A group of people, mostly men, are marching in a protest. They are wearing white t-shirts and dark pants. They are holding a large banner with text that is partially visible. The background shows a building with a large archway and trees. The overall scene is outdoors and appears to be a public demonstration.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

APOSENTADOS EM MOVIMENTO:

TENSÕES E CONVERGÊNCIAS
COM O MOVIMENTO SINDICAL

Eulália Lima Azevedo

Salvador – Bahia
2004

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.



EULÁLIA LIMA AZEVEDO

APOSENTADOS EM MOVIMENTO:

TENSÕES E CONVERGÊNCIAS
COM O MOVIMENTO SINDICAL

Dissertação submetida ao Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Ciências sociais da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciências Sociais, sob a orientação da Profa. Dra. Alda Britto da Motta.

Salvador – Bahia
2004



BANCA EXAMINADORA

Prfa. Dra. Alda Britto da Motta – Orientadora

Prof. DR. Júlio Assis Simões

Prfa.Dra. Maria da Graça Druck

AGRADECIMENTOS

Foram muitos os caminhos que se entrecruzaram e me trouxeram até aqui. Alguns apenas tentados, outros parcialmente percorridos e outros perseguidos. Nesse processo longo entrecortado por grandes dificuldades que caracteriza a vida de uma mulher que sozinha tomou a responsabilidade de uma família de quatro filhos, foram muitas as pessoas com quem contei e reservo este momento para dizer-lhes obrigada.

Quero destacar, sobretudo, Alda Britto da Motta, a quem devo, primeiro, a decisão da realização deste trabalho. Por seu incentivo acreditei nessa possibilidade e iniciei-me na investigação científica dessa temática. Depois seguiu-se a orientação da intelectual criativa, paciente, perspicaz com quem tive o privilégio de partilhar trabalho e vivência instigantes, tecidos por uma amizade franca e generosa.

Ao Núcleo de Estudos Interdisciplinares Sobre a Mulher – NEIM-UFBA por oportunizar em seus eventos científicos a discussão com outras pesquisadoras (es), o que levou ao aprimoramento de conhecimentos, e ao amadurecimento indispensáveis para esse percurso.

A Cecília Sardenberg pelo estímulo intelectual desde o primeiro momento.

A Cláudio Pereira pelo desprendimento em sua valiosa contribuição.

À colega e amiga Susana Diaz, com quem partilhei inquietações e dúvidas, pelo encorajamento de sempre.

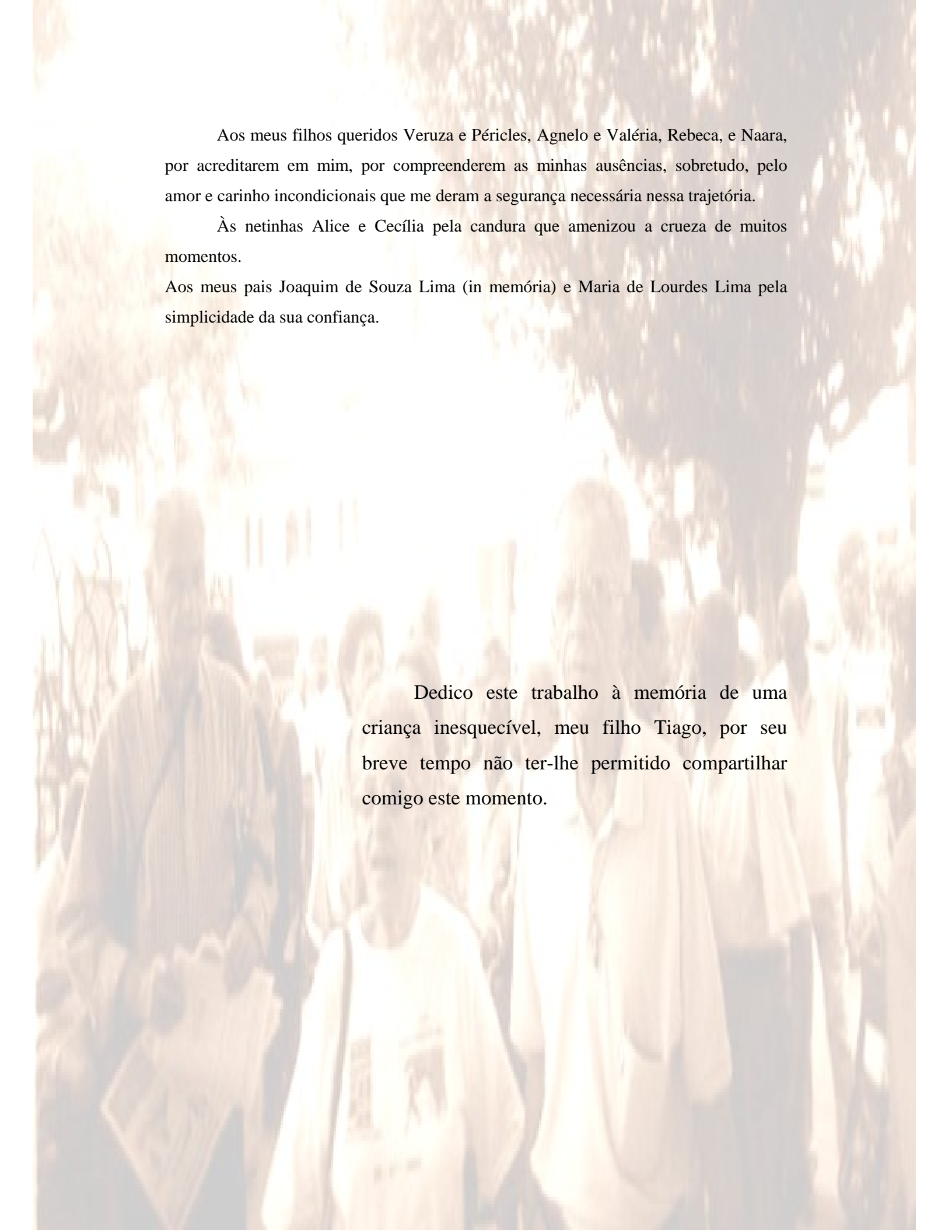
A Márcia Gomes pela amizade e apoio constantes.

A Ana Alice Costa e Graça Druck, pelo incentivo e preciosas indicações por ocasião do Exame de Qualificação.

Ao Programa de Pós –Graduação em Ciências Sociais, pelo apoio à formação de pesquisadores/as

Ao Sr. Gilson Costa, a Antônio Pinto, Lino Davi, Luiz da Guia, Alaíde Prazeres Marise Sansão, todo o pessoal da FRENTE, da FEASAPEB, da ASAPREV, do SINDNAP da Bahia, os verdadeiros sujeitos desta história, pelo acolhimento e cooperação prestados à pesquisa, sobretudo, pelo exemplo de resistência na desconstrução dos estereótipos estigmatizantes da velhice.

Às irmãs/amigas Ana Claudia, Lívia Castro, e aos familiares que não me faltaram com a solidariedade.



Aos meus filhos queridos Veruza e Péricles, Agnelo e Valéria, Rebeca, e Naara, por acreditarem em mim, por compreenderem as minhas ausências, sobretudo, pelo amor e carinho incondicionais que me deram a segurança necessária nessa trajetória.

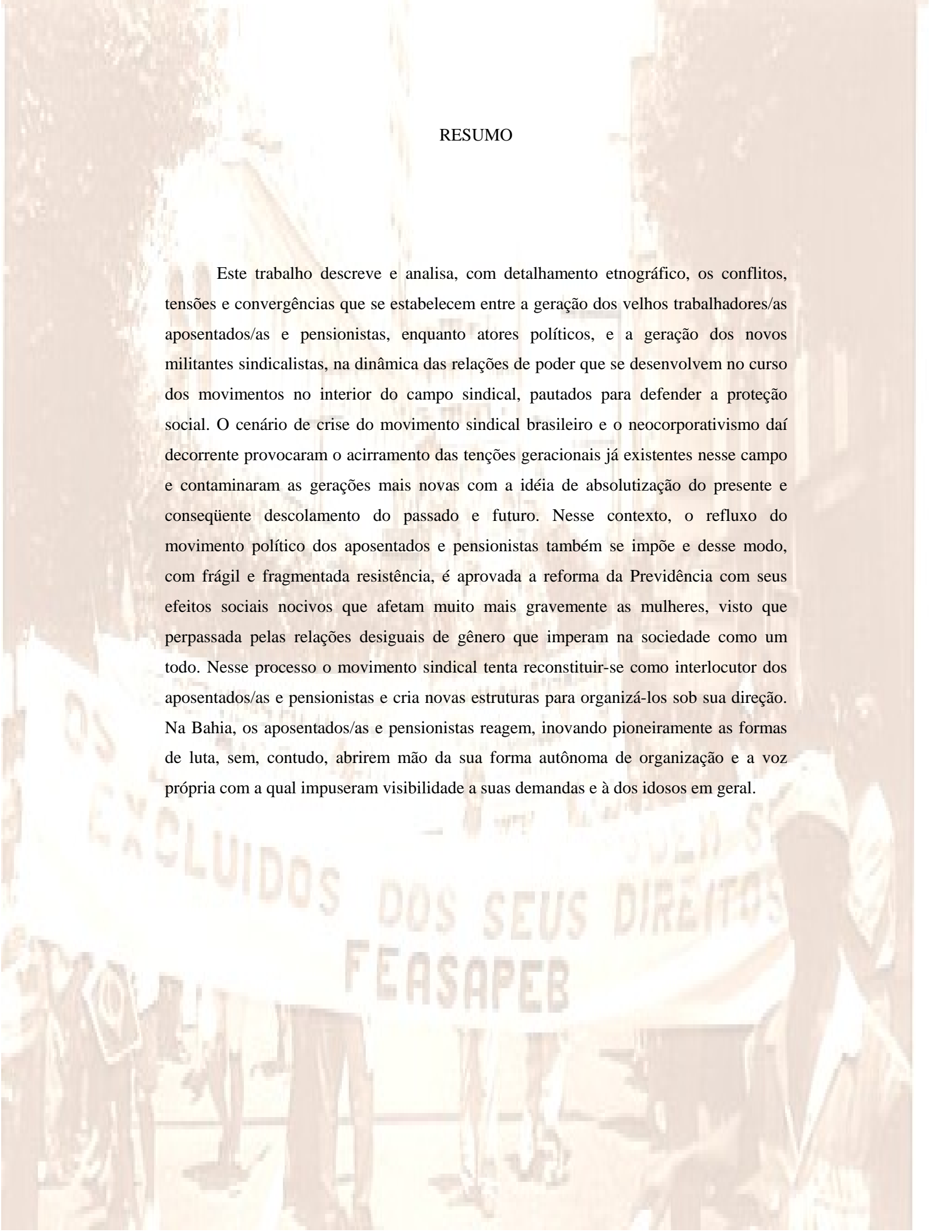
Às netinhas Alice e Cecília pela candura que amenizou a crueza de muitos momentos.

Aos meus pais Joaquim de Souza Lima (in memória) e Maria de Lourdes Lima pela simplicidade da sua confiança.

Dedico este trabalho à memória de uma criança inesquecível, meu filho Tiago, por seu breve tempo não ter-lhe permitido compartilhar comigo este momento.

RESUMO

Este trabalho descreve e analisa, com detalhamento etnográfico, os conflitos, tensões e convergências que se estabelecem entre a geração dos velhos trabalhadores/as aposentados/as e pensionistas, enquanto atores políticos, e a geração dos novos militantes sindicalistas, na dinâmica das relações de poder que se desenvolvem no curso dos movimentos no interior do campo sindical, pautados para defender a proteção social. O cenário de crise do movimento sindical brasileiro e o neocorporativismo daí decorrente provocaram o acirramento das tensões geracionais já existentes nesse campo e contaminaram as gerações mais novas com a idéia de absolutização do presente e conseqüente descolamento do passado e futuro. Nesse contexto, o refluxo do movimento político dos aposentados e pensionistas também se impõe e desse modo, com frágil e fragmentada resistência, é aprovada a reforma da Previdência com seus efeitos sociais nocivos que afetam muito mais gravemente as mulheres, visto que perpassada pelas relações desiguais de gênero que imperam na sociedade como um todo. Nesse processo o movimento sindical tenta reconstituir-se como interlocutor dos aposentados/as e pensionistas e cria novas estruturas para organizá-los sob sua direção. Na Bahia, os aposentados/as e pensionistas reagem, inovando pioneiramente as formas de luta, sem, contudo, abrirem mão da sua forma autônoma de organização e a voz própria com a qual impuseram visibilidade a suas demandas e à dos idosos em geral.



ABSTRACT

This work describes and analyzes, with ethnographic detail, the conflicts, tensions and convergences that occur between the generation of retired old workers and pensioners, as political actors, and the generation of new militant unionists, in the dynamics of the power relations which have their development in the course of movements inside the union field and which are intended to defend the social protection. The crisis setting of the Brazilian union movement and the resulting neocorporativism have caused the increase of the tensions between generations already existing in this field and have affected the newer generations with the idea of rending absolute the present and consequent scission between past and future. In this context, the reflux of the political movement of retired people pensioners also takes place and thus, with a fragile and fragmented resistance, the reform of the Social Security is approved, with all its noxious social effects which affect more seriously women, since these undergo the unequal relations of gender that prevail in society as a whole. In this process, the union movement tries to (re)constitute itself as an interlocutor of retired people and pensioners and creates new structures in order to organize them under its direction. In Bahia, retired people and pensioners react, innovating, in a pioneer way, the forms of struggle without, however, giving up their autonomous form of organization and its own voice with they have given visibility to their claims and to that of old people in general.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
Um mergulho nos pressupostos teórico – metodológicos	13
CAPÍTULO 1: APOSENTADORIA: O LIMIAR DE UM TEMPO INCERTO.	26
1.1. Solidariedade ameaçada em tempos de reforma	36
1.2. Mulher, trabalho e reforma da Previdência	47
CAPÍTULO 2: A FACE MULHER: FAZ A (IN)DIFERENÇA NO MOVIMENTO DE APOSENTADOS?.....	53
2.1. O assistencialismo na imagem de mulher	68
CAPÍTULO 3: E OS CABELOS BRANCOS VÃO AFUNDANDO NA ONDA NEOLIBERAL	78
3.1. Aposentados & velhas lutas: gerações trabalhadoras e conflitos em tempos de novas tecnologias.....	78
3.2. Um período sombrio da nossa história.	86
3.3. O sindicalismo do final do século XX.....	96
3.4. O movimento dos aposentados e “o novo sindicalismo” no Brasil neoliberal. ...	103
CAPÍTULO 4: AS PEGADAS DO MOVIMENTO: PARA ONDE APONTA ESSE CAMINHO?	113
4.1. Os velhos baianos fiéis aos heróis de sua história.	117
4.2. “A Praça da Resistência”.	120
4.3. Velhas lutas e conflito intrageracional.....	138
4.4. Uma manhã de Força na direção dos benefícios.....	140
4.5. “Berzoini, basta de crueldade com os aposentados”	144
4.6. A Casa do Aposentado.....	148
4.7. “O primeiro Congresso do novo Brasil”	164
4.8. “Acolher a chegada do tempo com sabedoria”	170
CONSIDERAÇÕES FINAIS	176
Vislumbram-se perspectivas no amanhã?.....	176
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:	184

INTRODUÇÃO

Os velhos/as trabalhadores/as, enquanto atores políticos, constituem o tema desta pesquisa etnográfica desenvolvida em Salvador/Bahia, cuja descrição e análise, centradas nas atividades desenvolvidas pelo movimento dos aposentados/as e pensionistas, em articulação com o movimento sindical, procura explicitar as suas tensões, convergências e divergências suscitadas pela dinâmica do campo político, no qual atuam estes segmentos de trabalhadores/as inseridos no contexto da luta de classes.

O estudo desenvolve-se a partir de observação participante, entrevistas com militantes dos movimentos de aposentados/as e do movimento sindical, além de análise de material documental, material impresso pelas entidades organizativas desses movimentos e divulgações na grande imprensa local e nacional referentes à Seguridade Social Pública. A Associação dos Pensionistas e Aposentados da Previdência Social da Bahia – ASAPREV/Ba é tomada como entidade foco desta pesquisa, procurando-se estabelecer suas relações com outras entidades vinculadas às questões de proteção social. Neste exercício de investigação procura-se analisar o entrelaçamento das categorias gênero, geração, e classe social nas práticas e nos discursos dos agentes pesquisados, como uma dimensão das relações de poder no interior do campo sindical, da qual não estão ausentes o conflito e a solidariedade inter e intrageracional, construção /desconstrução de identidades, concepções político-ideológicas, no curso da luta para garantir as políticas de Seguridade Social.

A experiência vivida, ao mesmo tempo enquanto militante e como observadora/pesquisadora neste trabalho etnográfico, suscitou diversas questões que os dados apresentados procuram discutir nos quatro capítulos deste trabalho, cujos temas centrais estão focados nos parágrafos seguintes.

No Capítulo I está posta uma resumida retrospectiva histórica da instituição do sistema de proteção social, desde as primeiras iniciativas no final do século XIX na Europa, até os dias atuais no Brasil. O modelo de seguridade social inclusivo, como forma de redistribuição dos bens sociais, sempre constituiu-se numa das principais bandeiras no conjunto das reivindicações do movimento das classes assalariadas. O princípio da solidariedade intergeracional subjacente aos sistemas de proteção social

desde as suas origens no final do século XIX, aspecto moral essencial para garantir a universalização dos mesmos, foi obscurecido no conjunto das reformas da Previdência Social Pública brasileira, de cunho privatizante, recentemente aprovada no Congresso Nacional, em obediência à lógica da nova ordem liberal, pautada na redução das políticas sociais universais sob a égide do Estado.

A análise dessas reformas não se faz completa sem a discussão das implicações de gênero de forma mais acentuada. Vários elementos são apontados para ilustrar os condicionantes dessa situação em que as mulheres estão em condições precarizadas no mercado de trabalho, em maioria nas ocupações não remuneradas, no trabalho informal, no trabalho doméstico e ocupam quase sempre as funções que requerem menor qualificação, com os mais baixos salários, na medida em que o mundo do trabalho pauta-se também pelas mesmas regras e normas que definem as relações de gênero na família e na sociedade como um todo. No quadro de um sistema de proteção social que tem como referência central o trabalho formal e a renda adquirida neste, são os sujeitos menos incluídos nessa situação, como as mulheres, que padecem mais com as mudanças que vêm sendo implementadas na Previdência Social Pública brasileira, desde 1995, no bojo das reformas sociais impostas pelas políticas de ajuste fiscal, ditadas pelo contexto neoliberal.

A discussão sobre a participação das mulheres no movimento dos aposentados/as e pensionistas é apresentada no Capítulo II, estabelecendo um paralelo com a atuação da atual geração de mulheres trabalhadoras militantes no movimento sindical. É visível o salto de qualidade no que se refere à consciência da geração atual de sindicalistas em relação às desigualdades de gênero que se reproduzem no seio das classes proletárias, com forte expressão no campo sindical, por constituir-se num espaço de acirradas lutas políticas, em comparação com a geração das mulheres aposentadas, também participantes do mesmo campo, mas que ainda não se organizaram enquanto especificidade da luta pela emancipação não só de classe, mas de gênero, raça, geração e outras formas de opressão. Entretanto, mesmo com seu alto nível de consciência e organização em fóruns específicos no interior do movimento, conquistados a duras lutas, as mulheres militantes sindicais não despertaram para a defesa da seguridade social pública, visto que não se deram conta de que são as mulheres as mais penalizadas numa sociedade sem um sistema de proteção social de âmbito universal. As mulheres

desse campo não atentaram devidamente para os determinantes de uma velhice de mulher, marcada por mais carências e precariedades, mesmo aquelas que já estão vivendo na prática esta situação. Em função disso, nas reuniões e definições das pautas de reivindicações no movimento dos aposentados/as e pensionistas, sequer tais questões são ventiladas. As mulheres desse movimento trazem a marca dos papéis de gênero definidos pela sociedade e aí figuram, em minoria, como coadjuvantes, auxiliares, mais afeitas às atividades assistencialistas.

O capítulo III analisa que as demandas dos aposentados e pensionistas foram negligenciadas pelo “novo sindicalismo”. Este, na pretensão de apresentar-se exorcizado de tudo o que é “velho”, consolidou sua identidade grupal em oposição às práticas sindicais dos períodos anteriores, configurando-se um conflito de gerações no interior do campo sindical. Vale ressaltar que no contexto do nacionalismo/desenvolvimentista populista do pré-64 as reivindicações relativas à proteção social eram constantes das pautas de negociações sindicais, articuladas às demais reivindicações trabalhistas. O campo político sindical caracteriza-se como espaço social no sentido empregado por Bourdieu, (1989), demarcado por correlação de forças definidoras de posições hierarquizadas de diferentes grupos, em função da maior ou menor capacidade de aglutinar as massas trabalhadoras em torno de suas concepções político-ideológicas, constitutivas do capital simbólico em disputa nesse campo.

Os aposentados/as e pensionistas organizaram-se em Associações próprias, em Federações por Estado e uma Confederação a nível nacional, e com esta estrutura organizativa responderam à situação de orfandade política a que foram submetidos e deram testemunho de sua surpreendente força, ocupando as ruas em grandes manifestações e conquistando muitas das suas reivindicações, cuja efervescência no final da década de 80 e início de 90, ocasião em que os velhos/as trabalhadores/as foram os principais protagonistas do que havia no cenário político de então, culminou com a inquestionável vitória que ficou registrada na história do movimento como a “mobilização pelos 147%”.

As práticas diferenciadas que as gerações dos novos e velhos trabalhadores/as utilizam para fazer face às questões previdenciárias são o resultado do processo de socialização específico de cada geração em diferentes períodos históricos, nos quais o sistema de proteção social se estrutura de forma fragmentária por empresa, categoria

profissional, ou unificado em uma instituição específica, de âmbito nacional, separada da pasta do Trabalho, o que enseja a oposição, não de grupos de idade definidos pela natureza, mas *habitus* engendrados em diferentes condições de existência. (BOURDIEU, 1994).

Esse conflito de gerações torna-se mais acirrado a partir da emergência, no Brasil, das políticas neoliberais na década de 1990, no cenário da reestruturação produtiva. Essas políticas surgem, no âmbito internacional, como resposta “globalizada” ao esgotamento do modelo keynesiano no plano político, e taylorista/fordista no plano da produção além de profunda crise do socialismo real. O sindicalismo brasileiro, nesse contexto, viu-se mergulhado numa profunda crise política e ideológica, sob o impacto da perda de uma referência de desenvolvimento alternativo ao capitalismo. As gerações mais novas, frente a uma realidade que indica a ruptura com o passado e as incertezas sobre o futuro, viram-se premidas a centrar-se no presente. Nessa conjuntura, no campo da esquerda, a saída escolhida pelo movimento sindical, de extração cutista, configurou uma nova concepção, o “sindicalismo propositivo”, pautado pelas negociações nas câmaras setoriais e abandono do confronto sustentado em mobilizações públicas - a marca do “novo sindicalismo” da década de 1980, orientado, naquele momento, por uma visão de totalidade da classe trabalhadora, cuja luta entendia-se como inserida no contexto mais amplo do conflito de classes. O surgimento de um novo corporativismo no movimento dos trabalhadores/as brasileiros foi o resultado mais imediato dessa postura de prioridade propositiva, levando a um maior isolamento dos trabalhadores/as aposentados e conseqüente aprofundamento das divergências entre estes e os ativos no interior do campo sindical. No campo da direita, por sua vez, surge o sindicalismo de resultados articulado em uma nova central sindical, a Força Sindical, que se apresenta como porta-voz do neoliberalismo no movimento dos trabalhadores/as e vai galvanizando recursos e ocupando os espaços abertos pelas fragilidades estruturais, organizativas e ideológicas do sindicalismo brasileiro.

O capítulo IV traz, com detalhamento etnográfico, o movimento em seus meandros pela defesa da ampliação da Previdência Social Pública, contra sua privatização, ressaltando, sobretudo, as atividades da “Frente da Sociedade Civil em Defesa das Aposentadorias e da Previdência Social Pública”, enfocando suas contradições e limites. A criação desse fórum é a expressão da tentativa permanente de

resistir à fragmentação das lutas dos trabalhadores, homens e mulheres, ativos e aposentados, jovens e velhos e constitui-se num laboratório de novas experiências, aonde vão-se desenhando novas formas de organização para dar conta da complexidade da dinâmica de atuação da classe trabalhadora ante sua heterogeneidade, de modo a garantir a unidade de classe dos proletários em bases novas, construídas nesse esforço de substituir aquelas superadas pela história.

As tensões observadas neste estudo, no interior do campo sindical, não se resumem à oposição entre gerações, revelam-se também no âmbito intrageracional, marcado por acusações mútuas entre unidades de geração, (Mannheim, 1928), diferencialmente agrupadas por concepções políticas de esquerda e de direita que disputam a hegemonia das principais fontes de poder historicamente construídas no processo de formação das classes trabalhadoras.

A conjuntura crítica, econômica, política e social, de âmbito mundial, diante da qual o neoliberalismo irrompe como resposta, teve ressonância profundamente negativa no campo sindical brasileiro, levando-o a se debater numa crise sem precedentes. O acirramento dos conflitos inter e intrageracional relativos à defesa da Previdência Social Pública é uma das conseqüências desse processo. O impacto desse cenário na orientação política do movimento dos aposentados/as e pensionistas a nível de sua estrutura organizativa nacional, a COBAP - Confederação Nacional dos Aposentados e Pensionistas, traz reflexos profundos no curso de suas mobilizações. A interrelação desses elementos é considerada, neste estudo, como principal determinante do refluxo do movimento dos aposentados e pensionistas em todo o país.

As últimas páginas fazem uma síntese, dando encaminhamento conclusivo a todas as questões suscitadas no curso deste trabalho.

Um mergulho nos pressupostos teórico – metodológicos

Esta pesquisa é fruto de minha militância como dirigente sindical no período de 1988 a 2002, que me oportunizou levantar algumas questões sobre as relações que se estabelecem no seio da classe trabalhadora no curso das demandas características da luta de classes desse período.

As noções de classe, luta de classe, sobretudo de classe trabalhadora, proletariado e classe operária, utilizadas nesta pesquisa, fundamentam-se nas

formulações resultantes do desdobramento do debate teórico realizado por vários autores, no interior do marxismo, sobre a teoria das classes sociais¹. Esses autores compreendem que são, virtualmente, constituintes da classe trabalhadora todos os assalariados portadores de uma massa de trabalho abstrato, diferencialmente expropriado pelo capital. (RIDENTI, 2001; LÖWY, 2000; ANTUNES, 1995; 2002.), referenciados na formulação “classe dos trabalhadores assalariados modernos que, privados de meios de produção próprios, se vêem obrigados a vender sua força de trabalho para poder existir” (MARX/ENGELS, 1989: 30). A esta idéia, eu me filio. Empregar essa definição de forma atualizada significa incorporar não somente os trabalhadores/as industriais, mas a totalidade da mão-de-obra disponível, englobando, todos/as aqueles/as em situação de precarização, inclusive os que estão na condição de desempregados/as, isto é, todos os que compreendem o subproletariado moderno ou a classe – que – vive – do – trabalho para lembrar a formulação de Antunes (1995; 2002) envolvidos na produção, distribuição, troca e consumo, ou seja, no processo capitalista global que direta ou indiretamente contribuem para a produção e realização da mais-valia.

No entanto, não se trata de tomar a classe trabalhadora como um todo monolítico, é preciso ter claro sua heterogeneidade, suas diferenciações internas, bem como o lugar estratégico daqueles trabalhadores que ocupam os setores de ponta da economia imprescindível ao funcionamento do sistema, para a ação política de construção da classe trabalhadora como uma unidade na sua diversidade. Cabe, inclusive, a possibilidade da liderança desse processo por trabalhadores não produtivos, na fase atual do capitalismo financeiro.

A noção de classe social, também, não se confunde com algo já dado pela estrutura econômica do capitalismo “entidade empírica no sentido positivista do termo, isto é, no sentido imediatamente observável” (RIDENTI, 2001:111) tampouco, é um mero agregado de indivíduos ocupando lugares no modo de produção capitalista. Alguns indivíduos ocupantes desses lugares experimentam a exploração, outros, a necessidade de manter o poder sobre os explorados, identificam pontos de interesses antagônicos, começam a lutar por estas questões e no processo de luta se descobrem como classe e esta descoberta se constitui na consciência de classe. As classes e a

¹ RIDENTI, 2001; LÖWY, 2000; THOMPSON, 1989, 1978; PZERWORSKI, 1989; IANNI, 1979;

consciência de classe são sempre as últimas e não as primeiras fases do processo histórico real. (THOMPSON, 1989) São, portanto, a relação entre estes indivíduos no processo de luta política no sentido da organização dessas relações a partir do antagonismo potencial entre capital e trabalho objetivamente dado. A sua existência é construída a partir da luta, cuja dinâmica resulta em sua auto-identificação coletiva e na identificação do seu outro. A identificação coletiva é mediada pelas práticas ideológicas e políticas dos movimentos engajados no processo de formação de classes e não o resultado da transformação por si mesma da experiência imediata das relações sociais, aquela baseada na renda, caráter do trabalho, lugar no mercado, prestígio das ocupações etc, (PZERWORSKI, 1989).

As relações sociais no capitalismo aparecem mediadas pela troca de mercadorias, mistificadas como relações entre coisas trocadas no mercado entre os contratantes, em que o mundo dos homens passa a ser dominado pelo mundo das coisas. Esta mistificação das relações sociais em coisas, como tendo valor em si mesmas na forma de valor de troca, Marx. (1985) denomina de “fetichismo da mercadoria” A troca no capitalismo é a forma necessária de fazer aparecer o valor, que oculta o que na verdade ele é, fruto do trabalho social. Assim, as relações sociais mostram-se como relações naturais entre coisas e o seu conteúdo não parece ser o que é: relações de trabalho entre classes sociais opostas.

Na realização da troca no modo de produção capitalista, o Estado aparece fetichizado como entidade de mediação política e jurídica, acima dos interesses inconciliáveis de classe e dos membros da sociedade, como representante do conjunto dos cidadãos, aparentemente neutro e imparcial, como se tivesse vida própria e não fosse produto dos antagonismos de classe de uma sociedade civil na qual a burguesia é classe dominante. O Estado reconhecido como único em seu poder de coação para dirimir os conflitos entre capital e trabalho, que aparecem na troca sob a forma de conflitos entre indivíduos proprietários de mercadorias, livres e iguais para competir no mercado, surge como mediação necessária para conter a violência, resultado do acirramento da disputa entre as partes que se contrapõem na luta por seus direitos. Na medida em que o Estado, como mediador, garante a mistificação das relações entre capital e trabalho ao garantir, por meio das normas jurídicas, a realização da troca de

mercadorias, ele está garantindo, legalizando e legitimando o modo de produção capitalista que se fundamenta nessa troca. Desse modo, configura seu caráter de classe. (RIDENTI, 2001).

Os contratantes, proprietários de mercadorias, sejam elas capital, terra ou força de trabalho estão diferencialmente representados no Estado mediados por suas entidades associativas, partidos políticos, associações, sindicatos ou lideranças isoladas, as quais representam interesses conflitantes de diferentes indivíduos, membros virtuais de diferentes classes no interior do Estado. Por meio dessas representações ocorre a aparente conciliação entre classes sociais antagônicas, condição necessária para que os interesses da burguesia subjuguem os das demais classes, o que garante, além da ampliação da produção de mais-valia, o controle das contradições de classe para não extrapolar os limites que convêm à continuidade do regime. (IANNI, 1979 apud RIDENTI, 2001). O surgimento das entidades associativas dos trabalhadores/as implica a organização da luta no sentido da sua constituição enquanto classe e nesse processo de formação a classe trabalhadora desvenda o caráter mistificador do Estado, como representante imparcial do conjunto dos cidadãos, que passa a ser identificado, além da burguesia, como seu inimigo de classe.

Assim, os aposentados e pensionistas, objeto/sujeito desta pesquisa, organizam-se em associações para lutar por seus direitos no processo de luta da classe trabalhadora, em confronto com a burguesia representada no Estado, este tomado como interlocutor. A luta dos aposentados/as e pensionistas, por conseguinte se insere no contexto da luta de classes.

Observou-se nesta pesquisa que as práticas desses trabalhadores/as são contraditórias em relação à formulação expressa no seu discurso público, no que se refere à defesa de uma sociedade sem qualquer forma de opressão. Em suas práticas são reproduzidas, em muitos aspectos, as relações que caracterizam as opressões de gênero, raça, geração, opção sexual, diferentemente do que asseveram em suas falas, de que a luta dos trabalhadores/as pela emancipação de classe tem que ser associada à luta contra todas as formas de opressão, pautando suas práticas, desde já, por relações de respeito aos diferentes, para não permitir a continuidade das desigualdades na nova forma de sociedade propugnada. E mais, a problemática relacionada às questões de envelhecimento social dos trabalhadores/as não se constitui como relevante nas pautas

de reivindicações elaboradas pelas direções sindicais. Essas contradições, na medida em que eram não só percebidas como sentidas, suscitaram questões acerca da sua dinâmica e do contexto em que se efetivam as relações de poder no interior do movimento político dos aposentados e pensionistas, em suas alianças ou não com o movimento sindical. Essas questões mobilizaram-me no sentido de buscar junto às pesquisadoras do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher - NEIM, da UFBA a valiosa orientação pertinente à investigação da temática acerca das relações de classe, gênero raça e geração o que contribuiu decisivamente na definição desta investigação.

Desse modo, tendo como referência os estudos que apontam a heterogeneidade da classe trabalhadora, em decorrência da diversidade das experiências de vida ensejadas por trajetórias singulares de suas diferentes categorias relacionais² nos diversos contextos sócio-históricos, tomo como objeto desta pesquisa etnográfica, desenvolvida em Salvador/Bahia, o campo político em que atuam o movimento dos aposentados/as e pensionistas e o movimento sindical, cuja análise está centrada na identificação de continuidades/rupturas, confrontos/convergências, tensões/alianças que ocorrem nas relações entre as gerações de novos e velhos trabalhadores/as, assim como internamente a cada geração. A apreensão desses aspectos torna-se possível pela observação das atividades, das falas, dos gestos desses agentes organizados formalmente, em suas entidades específicas, sindicatos e associações de aposentados/as e pensionistas, na perspectiva de um instrumento eficaz para suas pelejas políticas.

Iniciou-se o trabalho com cinco associações de aposentados/as e pensionistas, sediadas em Salvador, afiliadas à Federação das Associações dos Aposentados e Pensionistas da Bahia e Sergipe – FEASAPEB, selecionadas em função da maior atuação enquanto participantes da Frente da Sociedade Civil em Defesa das Aposentadorias e da Previdência Social Pública; com o Sindicato Nacional dos Aposentados/Bahia – SINDNAP e com as Centrais Sindicais organizadas em Salvador – a CUT/Central Única dos Trabalhadores e a Força Sindical. No curso, porém, do trabalho investigativo constatou-se a inviabilidade de tal plano, visto que a amplitude do

² Vários estudos, especialmente na literatura feminista, (BRITTO DA MOTTA, 1999; SOUZA-LOBO, 1991; SAFFIOTI, 1992; CASTRO, 1992a,1992b e 1995.) discutem diversas categorias relacionais, enfatizando – classe, gênero, raça e com menos frequência geração, que articuladas entre si e perpassadas pelas relações de poder a elas inerentes são determinantes das variações internas a cada uma dessas condições.

recorte empírico desenhado mostrou-se incompatível com o pouco tempo destinado à conclusão e defesa da dissertação final.

Optou-se, então, por tomar como centro empírico da investigação as atividades desenvolvidas pela Associação dos Pensionistas e Aposentados da Previdência Social da Bahia – ASAPREV-BA e suas relações com a FEASAPEB, com a CUT/Bahia e com o SINDNAP, este último vinculado à Força Sindical. Esta estratégia metodológica deu-se no curso do trabalho de campo, ao constatar-se que a ASAPREV-BA constitui-se no núcleo central de articulação do movimento dos aposentados/as na Bahia, visto que ela aglutina a geração pioneira que vem dirigindo a luta em defesa da Previdência Social Pública e dos aposentados e pensionistas, desde a década de 1980. Outro critério considerado nessa seleção diz respeito à concepção político-ideológica, tomada como um dos elementos de análise desta pesquisa, que orienta as ações dos agentes ou grupos de agentes das entidades selecionadas e que, grosso modo, foram agrupadas em duas grandes correntes: uma, pautada pelo ideário dito de esquerda e outra, pelo ideário dito de direita. Na primeira, aglutinam-se os/as militantes da ASAPREV-BA, FEASAPEB e os/as sindicalistas organizados na CUT, todos participantes da Frente da Sociedade Civil em Defesa das Aposentadorias, Pensões e da Previdência Social Pública - fórum de unificação das lutas dessas entidades. Na segunda, estão os/as militantes do Sindicato Nacional dos Aposentados vinculados à Força Sindical.

Aproximei-me dos aposentados por meio da participação em suas atividades, na dupla condição de militante e pesquisadora, e assim, consegui, sem muita resistência, tanto na ASAPREV-Ba quanto no SINDNAP-Ba, estabelecer uma relação de confiança - “o acordo, a harmonia” de Geertz (1989:282) com os pesquisados, requisito imprescindível para o bom êxito na obtenção de dados para um estudo etnográfico como o deste trabalho. Os aposentados/as e pensionistas demonstraram grande interesse, e até certo orgulho, em divulgar o trabalho realizado por eles/as, de quem a expectativa da sociedade, até bem poucos anos, era unicamente baseada na imagem social de velho/a, segundo a qual não teriam mais saúde física e mental, entusiasmo, capacidade de luta, criatividade para se constituírem em concorrentes significativos no jogo que impõe as relações de poder que se desenham e redesenham no convívio social. A expressão “velho é o mundo” citada por Waldivino Santos (73 anos) em entrevista no dia

15.06.2002 revela a rejeição às construções simbólicas que o social utiliza para representar os velhos aposentados/as.

A interação com dirigentes e militantes do movimento sindical do campo da CUT ocorreu naturalmente como consequência da minha relação anterior enquanto militante. Os nomes de alguns dos agentes mencionados são verdadeiros, mas outros são fictícios, visto que estes não concordaram em explicitá-los, mantendo-se, porém, as idades reais de todos eles.

O processo gradual de construção do conhecimento, neste estudo, parte do entendimento de que o mesmo só se efetiva por meio de um constante exercício de modelagem do objeto, ou seja, o levantamento de questões informado por pressupostos teóricos específicos, requerendo opções técnicas empíricas apropriadas, isto é, uma determinada técnica se impõe em função de um determinado corpo teórico. Desse modo, a investigação da problemática em pauta segue a orientação de Bourdieu, no sentido de apreender o objeto como realidade relacional, isto é, não como fato dado, mas como teias de relações construídas no interior de um espaço social no qual os agentes lhe conferem significados. (BOURDIEU, 1989; 2003) Aqui é tomado o campo sindical como esse espaço social no qual interagem os agentes desta pesquisa num complexo entrelaçamento de relações tanto de conflito quanto de solidariedade, tensão e sociabilidade, demarcado por suas diferentes identidades de geração, gênero e classe social.

A compreensão dessas redes de relações e significados constitui-se como eixo central desta pesquisa. Partindo de tal entendimento utilizo, ainda, o referencial teórico, sintetizado pelas noções de campo e *habitus*. O campo é entendido como espaço social de relações de forças em que as lutas se efetivam para manter ou modificar as posições sociais hierarquizadas que cada agente ou grupo de agentes ocupa, em função do maior ou menor capital simbólico que estes detêm e que define a especificidade do campo. (BOURDIEU, 1989) O *habitus*, estruturado no interior do campo a partir da incorporação das experiências passadas, funciona como esquemas mentais que os agentes utilizam como matriz de apreensão e percepção que orienta suas práticas. (BOURDIEU, 1994)

Por meio dessas noções projeta o objeto pesquisado, o movimento dos aposentados/as e pensionistas, nas dimensões necessárias para torná-lo inteligível,

inclusive como dimensão específica do movimento dos trabalhadores/as, como bem coloca Haddad “O movimento de Aposentados e Pensionistas abriu um espaço político extremamente rico que, ao questionar os limites impostos pela previdência social, ao reconhecer a necessidade do envolvimento sindical, coloca a questão dos direitos dos inativos como uma extensão do direito do trabalho” (HADDAD, 2001: 66). Ensejam, também, interpretar as representações dos agentes desse movimento sob a lógica do campo sindical, em suas conexões com outros campos sociais nos quais as relações entre seus ocupantes são marcadas pelo diferencial do capital simbólico que estes detêm, o que lhes confere diferentes posições, das quais depende um maior ou menor poder de decisão no interior dos mesmos. A noção de *habitus* traz-me a possibilidade de considerar as convergências e divergências entre novos e velhos trabalhadores/as como expressão dos diferentes esquemas mentais que a posição por eles ocupada no interior do campo sindical pôde condicionar em diferentes tempos e contextos históricos. E mais criticamente, que meus próprios esquemas de percepção e ação são também produtos de um determinado campo social e me servem de orientação para a escolha individual dos conceitos e categorias analíticas que informam esta investigação. Deduz-se, a partir dessa compreensão, que um conhecimento não se constitui como absolutamente objetivo, visto que é produto de uma construção sobre o objeto investigado. Assim, no esforço para não correr o risco de me limitar às afirmações dos meus informantes, isto é, aos objetos pré-construídos, optei mais uma vez pela indicação de Bourdieu (1989) no sentido de recorrer à história social dos problemas, objetos e conceitos.

O esforço intelectual dessa investigação tem-se referenciado também, no princípio teórico-metodológico indicado por Geertz de uma abordagem semiótica da cultura, como forma de acesso ao mundo no qual os sujeitos pesquisados vão tecendo e amarrando-se às teias de estruturas significantes, de modo a apresentar, de forma inteligível nos termos de uma “descrição densa” (GEERTZ, 1989), os significados das práticas dos novos e velhos trabalhadores/as.

Neste exercício de investigação tomo como pressuposto que o texto produzido nesta pesquisa não se constitui numa descrição de conteúdo substantivo, mas está calcada em termos das representações que imagino que os sujeitos estudados elaboram para definir os acontecimentos no interior do movimento investigado. Neste sentido, as ações e as falas dos informantes são produtos de representações - noções, conceitos,

concepções construídos socialmente a partir da posição determinada desses agentes no campo sindical.

Constitui-se como objetivo deste trabalho identificar como os indivíduos dos movimentos dos aposentados/as e do movimento sindical incorporam os símbolos e significados construídos no processo característico das relações de poder que se efetivam no interior do campo sindical, em que os agentes e grupos de agentes são localizados diferencialmente em função de serem homens/mulheres; jovens/velhos; de direita/esquerda; classe média/classe popular. Se e como as identidades posicionais se expressam no conflito e convergência, inter e intrageracional, que se desenrola no seio das lutas concernentes à defesa dos trabalhadores/as mais velhos e da Seguridade Social Pública.

Como lembra Bourdieu (1983), considerar um grupo de idade (os jovens, os velhos, por exemplo) como uma unidade social constituído por interesses comuns relacionados a uma idade definida biologicamente constitui uma manipulação social evidente. E neste sentido, é no contexto em que a idade ganha significado na atualidade que está colocada a luta dos trabalhadores/as aposentados e pensionistas neste trabalho, além de que, como bem explicita Britto da Motta (1999: 207) “ser jovem ou ser velho é uma ‘situação’ vivida, em parte homogeneamente e, em parte, diferencialmente segundo o gênero e a classe social dos indivíduos de cada grupo etário”.

As mulheres constituem a maioria dos beneficiários da Previdência Social Pública. Na Bahia são emitidos 854.959 benefícios femininos (51% do total), 602.662 masculinos (36%) e 220.035 (13%) ignorados quanto ao sexo. Em Salvador esta proporção ainda é maior. São 212.070 mulheres (56%) para 165.961 homens (44%) atendidos com esses benefícios.³ Considerando esses dados e o que foi observado, uma participação pouco expressiva das mulheres no movimento dos aposentados e pensionistas em Salvador, sobretudo nas instâncias de decisão, a categoria gênero se impõe como elemento fundamental de análise neste estudo. O conceito de gênero é tomado nesta investigação enquanto construção social dos atributos diferenciais a partir da observação e suposta correspondência aos caracteres anatômicos que o ser humano traz ao nascer, numa clara rejeição ao determinismo biológico conferido às diferenças entre masculino e feminino. Deve também ser destacado a compreensão de que as

³ Fonte: MPAS/DATAPREV-SINTESE Gold-Fev/2005. In: FAC-SIMILE Ass. de Com INSS-Salvador

relações entre homens e mulheres estão centradas na hierarquia de poder, cabendo aos homens um maior quinhão nessas relações. Desse modo, gênero é referido como um conceito relacional. O ser homem e o ser mulher não se constituem em papéis isolados, só se definem à medida que se estabelece uma relação recíproca entre eles. (SCOTT, 1990; BRITTO DA MOTTA, 1999; SAFFIOTI, 1992; SOUZA-LOBO, 1991; KERGOAT, 1996; LAURETIS, 1994; STOLKE, 1991).

Constituindo-se, os aposentados, em um segmento de idade bastante definido, e aqui enfocados enquanto participantes de um movimento político, torna-se fundamental a análise também do ponto de vista das categorias geração e unidade de geração tomadas na acepção de Mannheim (1928). Este autor define e compreende a geração como posição comum de indivíduos no processo histórico-social, que se constitui como um problema sociológico, visto que é fruto da construção cultural sobre o ritmo biológico da existência humana. Então, jovens e velhos sujeitos aos mesmos acontecimentos compõem uma mesma geração? Mannheim (1928) formula o conceito – “estratificação da experiência” para dar conta desta questão. A contemporaneidade só é socialmente significativa se os indivíduos forem submetidos aos mesmos acontecimentos, à mesma fase do processo coletivo e dotados de uma consciência estruturada de forma semelhante, isto é, as experiências posteriores se orientam pelas primeiras impressões criadas na infância e juventude, numa sucessão estratificada de esquemas mentais, aos quais os indivíduos se reportam sempre que lhes é oferecido algo novo a conhecer. Desse modo, grupos de indivíduos mais jovens que experimentam as mesmas circunstâncias históricas de grupos mais velhos não pertencem a uma mesma geração, visto que as experiências que serviram de base para os estratos iniciais nos quais se referenciam cada grupo não são as mesmas. Isto define a diferenciação na estratificação da experiência que caracteriza cada geração.

Isto posto, como explicar a diversidade de comportamento no interior de uma mesma geração, como observado entre os aposentados na Bahia, em que dois grupos de aposentados semelhantemente localizados no processo histórico-social e cujas experiências são também semelhantemente estratificadas dão sentidos diferenciados às mesmas ocorrências? É que dentro de uma mesma geração real, isto é, onde os indivíduos participam das correntes sociais e intelectuais próprias da sua sociedade e período e têm uma comunidade de vivência quanto às interações de forças que

conformam a nova situação, pode ocorrer que, ainda assim, grupos de indivíduos dêem, ativa ou passivamente, resposta intelectual diferente ao mesmo estímulo histórico experimentado. Neste caso, grupos de indivíduos que conferem significados diferentes a uma mesma idéia corrente dentro de uma geração real formam “unidades de geração” diversas. Os laços que constituem uma unidade de geração são, portanto, mais estreitos que aqueles que definem uma geração real. (MANNHEIM, 1928).

A formulação de Mannheim sobre estratificação da experiência traz uma aproximação com a elaboração de Bourdieu, quando este afirma que o *habitus* adquirido a partir da integração das experiências do mundo familiar funciona como princípio estruturante das experiências escolares, isto é, da recepção e assimilação dos conteúdos trabalhados de forma pedagogicamente definida. Esse *habitus*, modificado pela atividade escolar, por sua vez diversificada, está na gênese da estruturação das experiências posteriores que definem a vida profissional, a exemplo da recepção e assimilação das experiências profissionais e dos produtos da indústria cultural, num processo contínuo de estruturação em estruturação. (BOURDIEU, 1994).

Por isso, para explicar e analisar o conflito entre as gerações de “novos” e “velhos” dirigentes envolvidos nas organizações dos trabalhadores/as, como já foi colocado, lançou-se mão do conceito de *habitus* conforme Bourdieu, por considerar que propicia a análise de uma situação micro, como o estudo em foco, ao permitir recortá-la num espaço social específico. Sendo os esquemas do *habitus* aplicados por essas gerações o produto da incorporação das estruturas do campo sindical, eles tendem a se ajustar espontaneamente a essas estruturas. (BOURDIEU, 2001a). Podemos assim entender porque as práticas que se expressam no movimento dos aposentados e pensionistas socializados entre 1945/1964 são, em muitos aspectos, divergentes daquelas dos ativistas sindicais cuja base estrutural se conformou no contexto do pós – 64.

Como forma de dar conta das representações tomadas como objeto dessa pesquisa, várias técnicas de trabalho foram utilizadas:

- Observação direta e participante nucleada na ASAPREV-BA, com anotações em diário de campo sobre a rotina do dia-a-dia da Associação, sobre as passeatas e manifestações de rua, reuniões e festas comemorativas, o que tornou possível apreender, não só o dito, como o

não formalmente dito, bem como contradições entre o dito e o realizado. As observações estão centradas nas concentrações regulares que a Frente da Sociedade Civil em Defesa das Aposentadorias, Pensões e da Previdência Social Pública realiza todas as terças-feiras em frente à sede do INSS, à Rua da Polônia, na Cidade Baixa, e que será objeto em um dos capítulos deste trabalho.

- Análise de material documental (fichas de filiação, atas e listas de frequência das assembleias e reuniões, as resoluções de plenárias, encontros e congressos), boletins, panfletos e outros materiais impressos produzidos por essas entidades sindicais e dos aposentados/as e pensionistas; as divulgações na grande imprensa local e nacional relacionadas à Seguridade Social Pública, com o intuito de estabelecer parâmetros comparativos entre os encaminhamentos práticos e os discursos dos agentes, assim como levantar dados quantitativos relacionados aos pesquisados.
- Entrevistas com os dirigentes e participantes dos dois movimentos, visando captar as representações que os diferentes atores – homens, mulheres, velhos/as e jovens elaboram sobre a realidade em que vivem, se e como elas são reelaboradas com o viver a situação de aposentado/a, por considerar a fala um dos melhores meios de expressão dessas representações. As questões enfocam, principalmente: os aspectos relativos à unidade ou não de ambos os movimentos e das diferentes correntes de opinião no seu interior; o tratamento dado pelos sindicatos aos aposentados, se de priorização ou negligência; o histórico político dos sujeitos entrevistados; o papel que as mulheres jogam nos movimentos e como elas se vêem num espaço tradicionalmente masculino, se aceitas como iguais ou não, para detectar o grau da reprodução, no campo sindical, dos papéis de gênero estabelecidos na sociedade como um todo; se os aposentados/as ainda se identificam como trabalhadores/as; a prioridade ou não dada pelo movimento dos

aposentados/a e pensionistas aos aspectos políticos, em relação aos assistencialistas e de lazer voltado para a sociabilidade; se e como a condição de classe interfere nas relações no interior do campo; qual o sentimento vivenciado ao se aposentar.

Foram entrevistados 35 militantes de ambos os movimentos, conforme tabela abaixo, cujo critério de escolha levou em conta a influência da atuação dos mesmos em suas respectivas categorias.

	APOSENTADOS	PENSIONISTAS	SINDICALISTAS	TOTAL
HOMENS	17		05	22
MULHERES	08	01	04	13
TOTAL	25	01	09	35

O mergulho na estrutura que informa as práticas dos sujeitos pesquisados, do ponto de vista, inclusive, da sua história, tem-se tornado possível pelo acompanhar a dinâmica da luta dos aposentados/as e pensionistas e a partir daí caracterizar, numa perspectiva de classe, gênero e geração as convergências, tensões e conflitos que configuram o campo sindical, espaço social cujo cenário é protagonizado por trabalhadores/as ativos e aposentados/as.

Minhas conclusões são informadas pelas oposições, negligências ou concordâncias, tanto no sentido dos discursos de alguns atores, quanto no sentido do encaminhamento das lutas referentes à Seguridade Social, sobretudo, a defesa da Previdência Social Pública.

As discussões que dão corpo a esta pesquisa, nas quais os aspectos teórico/metodológicos serão materializados, ocorrerão nos próximos capítulos, iniciando pela demarcação do contexto histórico em que as conquistas relativas à Seguridade Social Pública foram possíveis e em seguida discorre sobre o processo da luta para preservá-las e ampliá-las na conjuntura atual, tendo como parâmetro a heterogeneidade da classe trabalhadora.

CAPÍTULO 1

APOSENTADORIA: O LIMIAR DE UM TEMPO INCERTO.

As primeiras iniciativas com vistas à proteção social, no Ocidente, datam do final do século XIX, porém a consolidação e universalização da Seguridade Social Pública, regulada pelo Estado, ocorreram na Europa nos países capitalistas no início do século XX (MURAD, 1993 apud BOSCHETTI, 2000).

A origem da proteção social remete-nos a uma análise dos dois modelos clássicos de proteção social nos países capitalistas. O modelo bismarckiano, cuja origem remonta à Alemanha do final do século XIX, inspirado nas caixas de poupança e previdência das sociedades mútuas.⁴

Nesse modelo, os benefícios estão condicionados a uma contribuição direta anterior e o valor das prestações é proporcional a esta contribuição. Objetiva manter a renda dos trabalhadores em situação de risco social decorrente da ausência de trabalho. Como se vê, o trabalho é o elemento que define a capacidade e possibilidade de políticas que garantem o acesso a essa proteção social, identificada como sistema de seguro social semelhante aos seguros privados. Os recursos para o financiamento são provenientes, fundamentalmente, da contribuição dos empregados e empregadores de acordo com a folha de salário. A gestão, teoricamente, deveria caber aos contribuintes, empregados e empregadores.

O outro modelo, denominado beveridgiano, inspirado na assistência social pública originariamente destinada aos pobres incapazes de trabalhar, geralmente idosos doentes, deficientes e crianças, foi implementado primariamente na Inglaterra, na década de 40 do século XX, em conformidade com o Estado de bem-estar social. Luta contra a pobreza de um modo geral por meio de um sistema assistencial cujos direitos universais se estendem a todos os cidadãos incondicionalmente, ou sob condição de recursos, desde que atenda minimamente àqueles em situação de necessidade. O financiamento é proveniente dos impostos fiscais e a gestão é pública, estatal, orientada pelo princípio da

⁴ As caixas de socorro mútuo eram formadas pela contribuição dos operários com uma pequena parcela de seus salários para uma “caixa de assistência” com o objetivo de garantir a sobrevivência do operário e/ou sua família em situação de doença invalidez e outras necessidades provocadas, sobretudo,

unificação institucional e uniformização dos benefícios. (Beveridge 1943; Palier & Bonoli, 1995 Apud BOSCHETTI, 2000).

Evidentemente que não existe hoje um “modelo puro” em qualquer sistema de seguridade social, mas uma mesclagem dos dois modelos, com predomínio de um ou de outro. No Brasil há um predomínio do modelo bismarckiano na previdência social, sendo que no sistema público de saúde e de assistência social há uma predominância do modelo beveridgiano. É importante destacar que todos os sistemas de seguridade social incorporam elementos tanto do seguro quanto da assistência social.

Nessa mesclagem de modelos que constitui os sistemas de seguridade social o trabalho é um elemento comum que define a capacidade e possibilidade dessas políticas em garantir o acesso aos direitos. Este é o elemento que garante a inclusão na previdência. Têm direito à previdência somente aqueles que, via trabalho, contribuíram diretamente para a mesma. De forma contrária, a renda assegurada pela assistência se destina àqueles que por algum motivo (doença, idade e/ou deficiência) estão impossibilitados de trabalhar e assim contribuir para a previdência. No entanto, para que esse sistema possa garantir a proteção social universal, é imprescindível que se implemente um modelo econômico de inclusão no processo produtivo para atender ao conjunto das necessidades e direitos a toda a população. Mas como assegurar proteção e renda àqueles economicamente ativos que reúnem todas as condições de trabalhar, mas são expulsos do processo produtivo num sistema de seguridade social centrado no trabalho? No Brasil somente 43% da População Economicamente Ativa contribui para a previdência social, cerca de 30 milhões de brasileiros (Fórum Brasil Cidadão, jan/03), portanto, mais da metade da PEA cerca de 57%, mais de 40 milhões (“A TARDE” 07.06.2003) de trabalhadores/as estão no mercado informal ou desempregados, conseqüentemente, excluídos de qualquer forma de benefício previdenciário, o que torna o sistema injusto e provocador de desigualdades.

Até as primeiras décadas do século XX os trabalhadores permaneciam em seus empregos enquanto tivessem saúde e vigor físico. Em decorrência disto a aposentadoria conforme a lógica do seguro do modelo bismarckiano alemão se destinava aos doentes e inválidos e estas situações se igualavam à velhice, na medida em que os recursos da proteção social se restringiam àqueles incapazes para o trabalho. E mais, a renda dos

pelas condições precárias de vida dos trabalhadores/as nos primórdios da indústria moderna.

sistemas de aposentadoria não era substitutiva, mas suplementar aos salários diminuídos dos trabalhadores mais velhos que continuavam na ativa. Mesmo os benefícios destinados aos mais pobres não propunham assegurar o sustento, ainda que mínimo, do velho trabalhador. (SIMÕES, 1997)

Com a introdução de novas tecnologias e a gestão racional da mão-de-obra, no bojo das transformações na organização da produção, os trabalhadores mais velhos passaram a ser discriminados por não atenderem às expectativas da indústria moderna quanto ao aumento da produtividade, considerada diminuta em relação aos seus salários mais altos. Desse modo o envelhecimento profissional passou a ser definido em função da menor produtividade justificada pela inadaptação às novas condições de trabalho, visto que seria irracionalidade econômica manter uma força de trabalho com capacidade produtiva em declínio, mesmo se a saúde e vigor físico permitissem a continuidade desses trabalhadores em atividade. (Idem op.cit).

Nesse contexto da reestruturação etária da força de trabalho a formação da classe operária na Europa já se encontra em um estágio de consolidação das organizações sindicais. Emergem desse processo as mobilizações reivindicativas dos trabalhadores por direitos sociais garantidos pelo Estado, principalmente sob a forte influência do novo Estado socialista trazido pela Revolução Russa em 1917 em franca expansão, face ao seu desempenho juntamente com as forças aliadas vitoriosas na Segunda Guerra Mundial⁵.

A partir desse período, os sistemas de aposentadoria passaram a ser instituídos sob a lógica da assistência, inspirados no modelo beveridigiano de alcance universal, direcionados não só ao mundo do trabalho, mas a toda a sociedade civil, incluindo todo cidadão independente da sua contribuição e status profissional, diferenciando - se da lógica de seguro referenciado no modelo bismarckiano no sentido da inclusão somente sob condição contributiva restrita ao trabalhador⁶.

Esse novo regime de aposentadoria, com base no princípio da seguridade social, trouxe em seu bojo uma nova ampliação da esfera da solidariedade que, não obstante já

(FENAFISCO-Nº 2)

⁵ Há uma vasta literatura que se refere à luta da classe trabalhadora para assegurar a seguridade social pública nos termos do princípio da solidariedade entre as gerações: Todeschini, 2000; Coggiola, 2003; Braz, 2003, Hadad, 1991; Cohn, 1980.

⁶ Ver: Simões, 1997; Boschetti et.al.,2003; Boschetti, 2000;

haver-se estendido do mundo exclusivamente familiar para o mundo do trabalho por meio das caixas mutualistas e ainda se manter restrita às empresas, agora alcança, não só diferentes categorias profissionais, mas toda a sociedade civil. Os sistemas de proteção social, portanto, se constituem em uma dupla dimensão: para enfrentar os riscos de mercado (lógica do seguro) e como estratégia para criar um mundo social com base nos vínculos de solidariedade intergeracional. No entanto, toda vez que o sistema de proteção é pensado exclusivamente do ponto de vista de proteção ao risco, isto é, do ponto de vista unicamente da lógica do seguro, inviabiliza a dimensão política da solidariedade pública entre as gerações (SIMÕES, 1997).

No Brasil, historicamente, prevaleceu o modelo bismarckiano de proteção social, desde a instituição do sistema de CAPs - Caixas de Aposentadorias e Pensões. As primeiras Caixas de Aposentadorias e Pensões foram instituídas em 24 de janeiro de 1923, ano tido como o grande marco da previdência social brasileira, cujo projeto nesse sentido foi apresentado pelo deputado paulista Eloy Chaves, logo transformado no Decreto-lei nº 4.682, assinado no governo de Arthur Bernardes, em atendimento à reivindicação de uma categoria profissional combativa, vez que jogava papel significativo na economia agro-exportadora da época – os ferroviários. Em cada companhia de estrada de ferro foi criado um fundo de aposentadorias e pensões, e a partir daí os ferroviários passaram a usufruir a cobertura previdenciária quando se desligassem da produção, isto é, na velhice, na invalidez, ou quando completassem o tempo de serviço. Em caso de morte os dependentes faziam jus à pensão e assistência médica. Em 20 de dezembro de 1926 foi a vez dos trabalhadores da estiva e marítimos conquistarem o sistema de CAPs. Esse sistema foi-se estendendo a outras categorias, sendo atendidas, primeiro, as mais combativas, chegando a 183 o total delas em 1937.

Vale destacar, diante do que foi discutido acima, que cumpre analisar o movimento pela instituição e defesa da previdência social pública no contexto das políticas trabalhista e sindical, visto que todas estas políticas são direcionadas aos trabalhadores/as regidos pelas normas jurídicas, portanto reconhecidos pelo Estado. Sendo assim, o entendimento da relação entre os processos econômicos e os políticos no estudo do movimento dos aposentados/as e pensionistas passa pelo entendimento do entrelaçamento do populismo, do trabalhismo e da previdência social. Nesse sentido, as políticas previdenciárias iniciadas em 1923 com as caixas e ampliadas a partir de 1933

com os institutos de aposentadorias e pensões, compõem o conjunto de medidas voltadas para as massas trabalhadoras, com o duplo caráter de atendimento a reivindicações preexistentes e ao mesmo tempo como mecanismo de controle das mobilizações do proletariado no contexto do populismo. Este, entendido como uma modalidade específica de relações de classes, onde se expressa também, para além do caráter controlador e mistificador dessas relações, o seu caráter mobilizador. (COHN, 1980).

A partir de 1930, com a quebra do regime oligárquico e com a participação cada vez mais marcante das classes assalariadas urbanas no cenário político e econômico, o sistema previdenciário brasileiro, até então fragmentado por empresa e no âmbito do privado mediante contratos de seguro empregador-empregado, passa a ser objeto de atenção do Estado e a adotar uma organização administrativa mais centralizada, incorporando todos os empregados de uma categoria profissional específica como segurados, por meio dos Institutos de Aposentadorias e Pensões – IAPs. Estes, agora sob a égide do Estado, foram criados por meio de diversos dispositivos legais ao lado da regulamentação do trabalho. Em 1938 o sistema previdenciário compunha-se de 98 CAPs remanescentes e 5 IAPs: Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos-IAPM (1933); o Instituto de aposentadoria e Pensões dos Bancários – IAPB (1934); Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes – IAPC (1934); Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários-IAPI (1936; Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transporte e Carga – IAPTEC 1938) que incorporava os empregados nas empresas de petróleo e condutores de veículos. Os servidores do Estado e os militares possuíam sistemas próprios de previdência. (Haddad, 2001; Todeschini, 2000; Cohn, 1980; Hochman, 2000).

A forma de administração desses institutos caracteriza a grande diferença entre estes e as CAPs, visto que nestas o Estado abstinha-se de participar. Agora, cabe ao poder público o direito de escolha e nomeação do presidente dos institutos, cuja escolha, referendada pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC), criado em 1930, deverá recair entre cidadãos de reconhecido saber em questões sociais, particularmente previdenciárias. O controle do Estado sobre essas instituições faz-se sentir ainda pelo fato de competir ao presidente do instituto designar um dos

funcionários do próprio instituto, como secretário do conselho administrativo, que se submeterá ao referendo do próprio conselho.

Nessa fase o sistema previdenciário se caracterizava pela diferenciação da qualidade e volume dos benefícios e serviços prestados, pois estes dependiam, além do poder de pressão política de cada categoria profissional organizada, conforme a importância econômica das mesmas, da capacidade financeira de cada uma delas. Na medida em que a contribuição era feita com base num percentual dos salários dos empregados, aqueles institutos que abrangiam uma categoria profissional mais privilegiada obtinham mais recursos que os demais. Nesse sentido, a forma pela qual a previdência social foi implementada acabou por reforçar as desigualdades entre as diversas categorias profissionais, mantidas até a unificação de todo o conjunto das instituições previdenciárias.

Os assuntos previdenciários, anteriormente sob a responsabilidade do Conselho Nacional do Trabalho, passaram a ser supervisionados pelo Ministério do Trabalho Indústria e Comércio - MTIC, no contexto do Estado intervencionista do governo Vargas, no qual se entrelaçavam a legislação trabalhista, sindical e previdenciária. Essa interdependência é fundamental, pois se processa também no nível da atuação, de tal modo que sindicatos mais atuantes estão estreitamente relacionados com uma melhor cobertura dos benefícios e serviços da previdência e vice-versa. Nesse sentido, a previdência social constituiu-se num forte elemento de mobilização política.

Há que se destacar também que na medida em que o Estado vai assumindo de forma mais estreita a gestão das instituições previdenciárias, pela quase substituição das CAPs pelos IAPs, a previdência social vai também estreitando seus vínculos aos interesses das classes dominantes pela via da aplicação de seus recursos, isto é, mediante o regime de capitalização.

No curso da retomada das mobilizações das classes assalariadas a partir da segunda metade da década de 40, ocorreram intensos debates sobre as questões previdenciárias e vários projetos foram propostos para modificar o sistema no sentido da racionalização. A promulgação da Lei Orgânica da Previdência Social - LOPS, no governo de Juscelino Kubitscheck em 26 de agosto de 1960 atende em parte a essa demanda. Os direitos, benefícios e serviços, foram uniformizados, a contribuição padronizada em 8% sobre o salário para todas as categorias trabalhadoras urbanas, os

benefícios ampliados, seguindo o padrão dos melhores IAPs, assim os segurados fizeram jus aos seguintes benefícios: auxílio - doença, aposentadoria por invalidez, aposentadoria por velhice, aposentadoria especial, aposentadoria por tempo de serviço, auxílio-natalidade, pecúlio e assistência financeira. Tanto os segurados quanto os dependentes passaram a desfrutar de assistência médica, assistência alimentar, assistência habitacional, assistência complementar, assistência reeducativa e de readaptação profissional. (Haddad, 2001).

Com a LOPS o sistema dos IAPs foi submetido a uma unificação no plano da legislação, dos benefícios e custeio, continuou, portanto descentralizado quanto a administração sob a estrutura pluralista dos diversos Institutos e do SASSE (Serviço de Assistência e Seguro Social dos Economiários) (Pedroza,1995). Todos os trabalhadores regidos pela CLT-Consolidação das Leis do Trabalho foram cobertos pelos mesmos benefícios, continuando sem cobertura previdenciária as empregadas/os domésticas e os trabalhadores rurais. Estes últimos foram incorporados à política social nacional por meio do Estatuto do Trabalhador Rural – ETR, Lei nº 4.214 promulgada em 02/03/63 no bojo das lutas dos trabalhadores do campo no processo da emergência das Ligas Camponesas, expressão de destaque no cenário político nacional. Entretanto, foi apenas parcialmente regulamentado pelo governo Goulart, que em relação aos aspectos previdenciários instituiu o Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural – FUNRURAL.⁷ Completamente descaracterizado no regime militar o ETR não cumpriu o papel de ordenador das relações de trabalho agrícola como ansiavam os trabalhadores/as rurais.

Em 1961, no âmbito do populismo janguista, o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio foi desmembrado no Ministério do Trabalho e Previdência Social – MTPS e no Ministério da Indústria e Comércio – MIC pela lei nº 3782.

A proposta de unificar o sistema previdenciário, como forma de resolver as dificuldades dos IAPs, inclusive alguns deles às voltas com grave crise financeira, se efetivou no regime militar, por meio do Decreto-Lei no. 72/66, que criou o Instituto Nacional de Previdência Social – INPS que passou a filiar todos os trabalhadores, independentemente das suas categorias profissionais, com exceção dos servidores públicos civis da União atendidos pelo IPASE - Instituto de Pensões e Aposentadoria

⁷ Ver CABRAL, 1986 sobre o processo de construção da proteção social dos trabalhadores/as rurais.

dos Servidores do Estado. Os tecnocratas, cuja ação foi a marca de todo o período da ditadura, foram chamados a concretizar essa proposta polêmica e contraditória de unificação, que permeou toda a história do sistema previdenciário brasileiro. Os tecnocratas assumiram a dianteira em todos os níveis de decisão.

No que se refere à proteção social, várias modificações ocorreram no período do regime militar, valendo destacar as mais significativas, conforme demonstrado no quadro abaixo:

ANO	MODIFICAÇÕES
1966	Unificação do sistema previdenciário por meio do Instituto Nacional de Previdência Social-INPS
1967	Coloca sob a jurisdição do INPS os seguros relativos a acidente de trabalho pela Lei nº 5.316 de 14 de setembro.
1971	Criação do Programa de Assistência ao Trabalhador Rural – PRORURAL e reativação com modificações do FUNRURAL, responsável por captar recursos financeiros para sua implementação.
1972	Estende-se às trabalhadoras/es domésticas/os a cobertura previdenciária pela Lei nº 5.859 de 11 de dezembro.
1973	Extensão dos benefícios da previdência social aos trabalhadores/as autônomos.
1974	Extinção do Ministério do Trabalho e da Previdência Social - lei nº. 6.036/74 e criação do Ministério do Trabalho – MT e o da Previdência e Assistência Social - MPAS pela Lei. Nº 6.062/74. Inclusão do salário-maternidade entre as prestações da Previdência Social, lei nº 6136/74, e a instituição do amparo previdenciário para maiores de 70 anos de idade e para os inválidos, lei nº 6.179.
1977	Instituição do Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social - SINPAS lei nº. 6.439, coordenado pelo MPAS. Criação do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social – INAMPS e o Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social – IAPAS vinculados ao MPAS. Foram extintos o FUNRURAL e o IPASE – Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado e transferiu para o INPS os benefícios antes a cargo dessas entidades.

A instituição do Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social - SINPAS consolidou a centralização administrativa e financeira do sistema. Em síntese, o SINPAS integrou as funções de várias entidades conforme quadro a seguir.

	SINPAS
INPS	Trata da concessão e pagamento dos benefícios para os trabalhadores urbanos, rurais, funcionários federais e respectivos dependentes, os maiores de 70 anos e inválidos.
IAPAS	Tem a seu cargo a arrecadação das contribuições, a distribuição dos recursos e a administração financeira e patrimonial do SINPAS
INAMPS	Cuida da assistência médica ambulatorial, hospitalar e odontológica dos segurados e da população carente.
DATAPREV	Cuida do processamento de dados das atividades do SINPAS
LBA	Presta assistência social à população carente
FUNABEM	Encarregada da política nacional do menor
CEME	Central de medicamentos

A extinção, fusão e criação de ministérios e de órgãos gestores, a criação e supressão de benefícios sem bases técnicas conhecidas, marcaram a história da Previdência Social brasileira. Desse modo, dando continuidade a esse processo, novamente em 1990 foram extintos o Ministério do Trabalho e o da Previdência e Assistência Social, criados em seu lugar o Ministério do Trabalho e da Previdência Social – MTPS e o da Assistência Social-MAS, pela lei no. 8028/90. O INPS e o IAPAS foram extintos e substituídos pelo INSS - Instituto Nacional do Seguro Social sob o controle do MTPS. (lei nº 8029 e Dec. 99350/90). O INAMPS foi transferido para o Ministério da Saúde até ser extinto em 1993, pela lei 8.863. A LBA e a FUNABEM (posteriormente, Fundação Brasileira para a Infância e Adolescência) antes da sua extinção em 1995, correram vários Ministérios sucessivamente o Ministério do Interior,

da Habitação e do Bem-Estar Social, da Ação Social. Hoje o Regime Geral da Previdência Social está subordinado ao Ministério da Previdência e Assistência Social – MPAS (Haddad, 2001; Pedroza, 1995; Santos, 1979).

O custeio da proteção social no Brasil, via de regra, baseia-se na contribuição tripartite, isto é, constituído por um fundo formado com a contribuição do trabalhador regido pela CLT, do empregador e do Estado, apesar das distorções, das sonegações destes últimos, recaindo sobre os trabalhadores o ônus maior pela manutenção do sistema.

A gestão, historicamente, foi intercalada, ora por períodos constituídos por administração colegiada, como no sistema de CAPs, em que o Estado se eximia da administração, ora centralizada sob o controle do Estado, em que o Presidente da República nomeia os seus dirigentes e na maioria das vezes inviabiliza os fóruns de participação dos segurados. Esta questão sempre se constituiu numa das principais bandeiras no conjunto das reivindicações do movimento dos trabalhadores/as, notadamente os aposentados, por meio das suas diversas instâncias organizativas, como forma de assegurar um modelo de proteção social que promova a inclusão de todos no processo de redistribuição dos bens sociais.

Não constitui redundância ressaltar, mais uma vez, neste estudo, o caráter conciliatório, em toda sua história, da política de proteção social no Brasil com o processo de acumulação, ou seja, o caráter controlador da radicalidade do trabalho por parte do poder estatal, no sentido de não exacerbar as desigualdades geradas no âmbito das relações de produção a ponto de torná-las ameaçadoras. Assim é que a produção de políticas governamentais no sentido da equidade social está baseada não só no peso relativo de uma categoria profissional no processo de produção, mas, sobretudo, na força da sua organização (SANTOS, 1979). Deve-se, desse modo, à fragmentação e dispersão das trabalhadoras domésticas e dos autônomos o atraso na definição de políticas destinadas à inclusão desses segmentos no sistema previdenciário. Pela mesma razão, a quebra do conformismo dos trabalhadores rurais a partir das mobilizações camponesas da segunda metade da década de 50, já citadas, é que veio garantir-lhes a atenção do poder público em relação às questões de proteção social, ainda que com limitações como as impostas ao ETR e PRORURAL criados com esse objetivo.

Os direitos garantidos pelo PRORURAL aos trabalhadores do campo foram bastante limitados, comparados aos direitos previdenciários urbanos. Além de garantir apenas a aposentadoria por velhice a partir dos 65 anos, visto que exclui a aposentadoria por tempo de serviço, merece destaque especial a concessão dos direitos previdenciários rurais tão somente ao chefe ou arrimo da unidade familiar, não podendo ser obtido ao mesmo tempo, por mais de um membro desta. Nesse sentido a mulher casada trabalhadora do campo é impossibilitada de habilitar-se à aposentadoria juntamente com o cônjuge, não obstante a sua inegável participação no processo produtivo tanto quanto ele, ao mesmo tempo em que se encarregam de gerar e cuidar dos filhos e de todas as tarefas domésticas, assumindo a dura jornada dupla de trabalho. Sem garantia do direito à proteção social, sequer o Salário Maternidade, já conquistado por todas as trabalhadoras do mercado formal urbano lhe era garantido. As mulheres que tinham sido casadas e não oficializaram a separação só eram reconhecidas como chefes e arrimos de família sob comprovação judicial do desaparecimento do cônjuge. Às solteiras exigia-se declaração idônea da não dependência econômica numa unidade familiar. Às viúvas com mais de 65 anos era facultada a escolha entre a pensão ou aposentadoria por velhice, sendo impossibilitadas de acumular os dois benefícios. A duplicidade de benefícios só se admitia quando tratava-se de pensão de filhos menores ou inválidos. Esta situação, também, só veio modificar-se por força das lutas das trabalhadoras rurais organizadas no bojo das mobilizações do processo constituinte da década de 80 informadas pela ideologia feminista.

1.1. Solidariedade ameaçada em tempos de reforma

A partir da Constituição de 88 foi incorporado ao sistema de proteção social brasileira o conceito de Seguridade Social, de acordo com a concepção Beveridgiana de universalização do direito aos benefícios. No entanto, apesar dos avanços conquistados, a Seguridade Social no Brasil encerra uma contradição de ordem prática, visto que as três políticas que a constituem, saúde, previdência e assistência, operam de forma desarticulada, isolada e até certo ponto concorrendo uma com a outra (BRAZ, 2003). Não se constituiu uma conta ou um fundo único para os recursos do orçamento da Seguridade Social separado do Tesouro Nacional, com a obrigatoriedade do controle

por parte da sociedade civil organizada para garantir a justiça e a transparência na alocação/distribuição dos recursos. Ao realizar-se isoladamente cada uma dessas políticas, nos termos da separação dos recursos oriundos da contribuição direta dos empregados e empregadores para custear a previdência e os oriundos do orçamento fiscal para a saúde e a assistência, nega-se uma das bases essenciais à efetivação da concepção de Seguridade Social. A fragmentação das políticas de Seguridade Social em blocos desarticulados como ocorre no Brasil indica uma perspectiva de nítida clivagem das lógicas de seguro e assistência, tendo em vista privilegiar a primeira em detrimento da segunda, inviabilizando, deste modo, a complementaridade entre essas políticas base de sustentação de “um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social”. (art. 194 da Constituição da república federativa do Brasil, 1988).

No Brasil a predominância da lógica do seguro e conseqüente secundarização da assistência, transforma em letra morta o que prescreve a Constituição. A solidariedade intergeracional se torna limitada num modelo de proteção social cujo direito é definido prioritariamente pelo trabalho, sobretudo numa realidade como a brasileira de aprofundamento da precarização do trabalho e exclusão do processo produtivo de grandes contingentes da população economicamente ativa. Nos termos de Cohn a previdência social brasileira “não é concebida como um direito do trabalhador, mas como algo contratualmente obtido: é a contribuição que dá o direito a participar na administração daquelas instituições”. (COHN, 1980 p.80)

As conquistas da Constituição de 88 no que diz respeito à Seguridade Social, não foram garantidas pelos últimos Governos, considerando-se essa realidade e a predominância da lógica do seguro, em que é basicamente a contribuição dos trabalhadores ativos inseridos no mercado de trabalho que assegura os direitos daqueles que por alguma razão (idade, e/ou doença) se encontram fora desse mercado. Permanece ainda a histórica tendência de predominância da contribuição dos trabalhadores em detrimento dos empregadores e do Estado. A contribuição direta dos trabalhadores e empregadores continua representando acima de 80% das fontes da Previdência Social. (AZEREDO, 1993. Apud BOSCHETTI, 2000:11).

Não obstante, o contrato social definido no sistema de proteção social traz em seu bojo o espírito da solidariedade intergeracional que extrapola o âmbito familiar e

alcança o mundo do trabalho, desde as primeiras formas de proteção social, as sociedades mutuais no advento do industrialismo. Hoje, essa solidariedade se materializa, também, no esforço pela unidade da luta empreendida pelos trabalhadores/as, ativos e aposentados para defender a Previdência Social Pública, alvo da política pautada pela minimização do Estado, cuja lógica significa fazer retornar a responsabilidade sobre a velhice, a cargo do Estado, para o âmbito privado da família, ou do próprio indivíduo. Deduz-se desse raciocínio a inviabilidade de um sistema de proteção social pública sem a base moral que garanta a ampliação da solidariedade para além do círculo restrito da família e da comunidade em direção à universalização desse princípio. É crucial, em um sistema de proteção social pública, a contribuição direta ou indireta dos mais jovens enquanto trabalhadores e/ou enquanto membros da sociedade civil, no espírito da solidariedade entre as gerações, tendo em vista a garantia das aposentadorias, pensões ou outro benefício aos idosos, sejam velhos trabalhadores dispensados das atividades laborais em função do envelhecimento profissional, sejam velhos que por qualquer razão não foram formalizados no mercado de trabalho.

O crescimento da população idosa no Brasil tem sido utilizado, pelos agentes e administradores públicos, como o elemento responsável pela situação de precariedade, sofrimento e desamparo em que consiste a vida da população de mais idade em nosso País. Os trabalhadores/as da ativa, os aposentados, os idosos em geral por meio das suas lutas organizadas por Sindicatos, Centrais Sindicais, Associações de Aposentados/as e Pensionistas, Federações e Confederações, estão conscientes de que a centralidade dessa situação de carência em que vivem não se baseia em fatores demográficos, como querem fazer crer os porta-vozes das instituições públicas, mas sim em fatores de ordem política, econômica e administrativa, radicados num modelo de desenvolvimento excludente.

O resultado das políticas implementadas a partir dessa lógica traz como consequência a degradação dos valores morais que sustentam os princípios éticos da justiça social, do respeito à dignidade humana, ao direito de expressar em plenitude o seu potencial criador, sem discriminação de idade/geração, sexo/gênero, raça/etnia, o princípio da solidariedade humana. Enfim, traz a degradação de todos os princípios éticos que alicerçam uma sociedade mais igualitária.

A justificativa para a reforma do sistema previdenciário brasileiro proposta pelos governos a partir do início de 1995, centrada num problema técnico fundamentado na análise do impacto do crescimento da população de idosos sobre a razão entre contribuintes e beneficiários, ou seja, no diagnóstico de uma crise contábil e demográfica, nega o reconhecimento à dimensão fundamental de ordem moral e política que orientou, desde sua origem, os sistemas de seguridade social, qual seja, o estabelecimento de uma solidariedade pública entre as gerações. (SIMÕES: 1997).

Simões apresenta, ainda, no trabalho citado acima, publicações da Folha de São Paulo sobre vários dados demográficos importantes. Segundo ele, um relatório do Banco Mundial intitulado: ‘Evitando a Crise da Velhice: políticas para proteger os idosos e promover o crescimento’, divulgado em outubro de 1994, apresenta a previsão, para o ano 2030, de uma população de 1,4 bilhão de pessoas com mais de 60 anos, significando o triplo da cifra registrada em 1990 (cerca de 500 milhões). ‘O relatório declarava que o envelhecimento da população mundial pressionava o sistema de previdência social em todo o mundo, a ponto de pôr em risco, não somente a segurança dos idosos, mas o próprio crescimento econômico. Ainda recomendava como recurso para enfrentar a ‘crise da velhice’ a diversificação dos sistemas estatais de assistência aos idosos, mediante a maior participação individual e do setor financeiro privado na gestão dos fundos de pensão’ (Folha de S. Paulo, 4 de out. 1994. apud Simões, 1997). O documento do Banco Mundial apontava dois fatores como determinantes dessa configuração demográfica – o aumento da expectativa de vida e o declínio da fecundidade, acelerados inclusive nos chamados países em desenvolvimento.

No Brasil as projeções demográficas brasileiras, calculadas já no final da década de 80, indicavam modificações rápidas e intensas para o final do século passado, esperando-se que no ano de 2025 a população de 60 anos e mais chegue a 34 milhões de pessoas, representando 15% da população brasileira. Os grupos etários de crianças, jovens e adultos até 49 anos de idade se estabilizarão⁸, as distribuições etárias deverão tomar a forma que é denominada “Pirâmide de Pilar” (BELTRÃO et al,1997). A tônica do discurso dos últimos governos brasileiros tem sido no sentido de apresentar dados da relação entre beneficiário/contribuinte como assustadores, como pode-se ler no discurso

⁸ Camargo, Saad, 1990, apud Hadad, 1991.

do líder do Governo na Câmara Federal: “na década de 50, era de 1 para 8, hoje, está em 1 para 2 e, nos próximos 25 anos, se nada for feito, passará à paridade, ou seja, chegaremos à relação de 1 para 1” (Folha de S. Paulo 6 de abr., 1995.).

Diante das perspectivas sombrias apontadas pelo Governo, a proposta da reforma da Previdência se impôs como a redenção racionalizadora sintonizada com a visão “global” que requer uma resposta “única”, tendo como pano de fundo transferir para a iniciativa privada vultosas somas da previdência, resultantes da contribuição direta de milhões de trabalhadores/as que, somada à contribuição dos empregadores, corresponde a segunda maior arrecadação em toda a América Latina, só perdendo para a arrecadação do imposto de renda brasileiro. (NEPOMUCENO, 1995).

A reforma da Previdência aprovada pelos últimos governos e justificada pelo discurso técnico do equilíbrio financeiro e atuarial, excluiu dos direitos conquistados durante longos anos de luta, e assegurados na Constituição de 88, milhares de trabalhadores/as que passam grande parte de sua vida laboral, se não toda, na informalidade, o que leva, como consequência, ao aprofundamento da situação de carência dos idosos deste país.

No contexto do esgotamento do modelo fordista-keynesiano de regulação das relações econômicas e sociais, as formas atuais de reestruturação produtiva materializam as dificuldades do pleno emprego, um dos pilares desse modelo, bem como da proteção social sustentada pela lógica exclusiva do seguro. Esta, embasada na contribuição dos trabalhadores ativos para assegurar os direitos daqueles que, por alguma razão, se afastaram das atividades produtivas, está ameaçada, considerando o contingente crescente de excluídos do processo produtivo.

Diante dessa realidade, a saída que se vislumbra vem no sentido de atenuar as regras de seguro social e incorporar cada vez mais a lógica assistencial radicalmente contrária ao ideário neoliberal que orienta a criação de um Estado cada vez menos participante com relação aos gastos sociais e às intervenções na economia, de conformidade com o arcabouço teórico e político que sustenta o argumento de que o solidarismo e o igualitarismo, sob a intervenção do Estado, destroem a liberdade dos cidadãos e a vitalidade da concorrência, da qual dependeria a prosperidade de todos. (ANDERSON, 1995).

No Brasil estamos nos orientando no sentido inverso. Respaldados nos argumentos de natureza contábil e demográfica, os governos de Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva, elaboraram a proposta de reforma da Previdência Social levando em consideração apenas os aspectos da dimensão do seguro que, como discutido anteriormente, se encontra em dificuldades diante da crise do mundo do trabalho. Nesse sentido, ao argumentar pela inviabilidade da Previdência brasileira nos moldes prescritos na Constituição de 88, o Governo Lula aponta como justificativa da reforma o déficit na Previdência Social, em torno de R\$ 56,8 bilhões, em 2002, levando em conta o setor público e o privado⁹, provocado pelo aumento dos beneficiários sem o correspondente aumento dos contribuintes e conseqüente desequilíbrio entre receita/despesa, decorrente do envelhecimento da população. Esses argumentos revelam o interesse em desconhecer e negar a imprescindível participação do Estado na eficácia do sistema de Seguridade Social Pública, notadamente, numa situação como a atual de elevado índice de desemprego, de relações informais de trabalho e de baixos salários, que implica na redução das contribuições diretas e aumento de demandas por proteção social.

É preciso atentar para inverter o enfoque nessa discussão sobre a reforma previdenciária. Discutir Previdência significa discutir Seguridade Social, que não pode ser tratada como resultado de cálculos matemáticos, restritos a números, quantitativos, proporções entre contribuintes diretos e benefícios. Trata-se de compreendê-la como um direito universal do cidadão/ã e como tal, independe de qualquer condicionante, como de resto muitos outros direitos inscritos nas políticas públicas, como educação, saúde, assistência, segurança, saneamento básico, etc. Não cabe, portanto, falar em déficit, por se tratar de direito. Não é uma atividade programada para auferir lucros. Desse modo, primeiro, define-se o direito, garante-se-o na Constituição, avalia-se os seus custos, fazendo-os constar, anualmente, do Orçamento Público e em seguida especifica-se as fontes para o seu financiamento. Assim é que foi feito. Os trabalhadores/as, ativos e aposentados, lutaram e fizeram constar na Constituição de 88 o direito à Seguridade Social Pública. Foi instituído um sistema amplo com a inclusão de novos direitos não contributivos, como saúde universal, benefícios assistenciais e ampliação da

⁹ Farto material, com esses dados, foi amplamente divulgado na imprensa. Ver: a Folha de São Paulo de 25 de janeiro de 2003: “Previdência fechou 2002 com déficit de R\$ 56,8 bi”, pg. A-4; A Tarde de 1º de maio de 2003: “ ‘A sorte está lançada’, afirma Lula”, pg. 12

Previdência Rural, para o qual foi definida uma base de financiamento, incluída no Orçamento Fiscal da União, mais ampla e diversificada. Neste sentido, foram criadas novas contribuições sociais: o COFINS – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social; CSLL – Contribuição Sobre o Lucro Líquido das Empresas; A CPMF – Contribuição Sobre Movimentação Financeira, esta, restrita ao financiamento da saúde. No entanto, o Governo quando apresenta a relação receita/despesa do sistema de proteção social brasileiro toma apenas as receitas provenientes da contribuição direta dos trabalhadores e empregadores sobre a folha de salários para fazer face às despesas com os benefícios previdenciários e assistenciais, numa evidente manipulação dos dados para simular um pretense déficit no sistema.

O alto índice de desemprego e conseqüente aumento do trabalho informal e/ou precarizado, somado à utilização dos recursos da Seguridade Social, pelo mecanismo da Desvinculação dos Recursos da União – DRU¹⁰, em outras áreas e/ou finalidades não sociais, sobretudo para manter o superávit primário, tendo em vista o pagamento dos encargos e amortizações da dívida pública, têm sido apontados por vários autores e entidades, como os responsáveis pela crise financeira existente no sistema. (FRAGA, 2000 apud BOSCHETTI et. al, 2003; APG-UFRJM, 2003; FILGUEIRAS, 2003; FILGEIRAS et. al, 2003; ANFIP, 2001/2003; FORUM BRASIL CIDADÃO, 2003). Na tabela 1, sistematizada pela ANFIP com dados do SIAFI, são apresentadas as retenções de percentuais feitas pelo Tesouro Nacional em 2002, relativas aos recursos da COFINS, CSLL e CPMF, perfazendo um total de 15,99 bilhões, que deveriam ser utilizados para fazer face ao custeio da Seguridade Social e que, no entanto, são remanejados para outras áreas, para as quais não foram especificados.

¹⁰ A DRU foi criada em 1999, para vigorar no período entre 2000 e 2003, e prevê que 20% da arrecadação de impostos e contribuições sociais da União podem ser desvinculados de órgão, fundo, ou despesa, o que na prática, possibilita redirecionar 20% da arrecadação que, constitucionalmente deveria ser aplicada na seguridade social para outras finalidades. (Fraga, 2000 apud Boschetti, 2003)

Tabela 1

Arrecadação e Aplicação dos Recursos da COFINS, CSLL e CPMF em 2001					
Áreas	Montantes e Percentuais Aplicados por Fonte (em R\$ bi)				
	Cofins		CSLL		CPMF
Saúde	4,97		5,89		10,49
Prev. E AS	17,00		2,90		2,38
Subtotal SS	21,97		8,79		12,87
Outras áreas	18,83		1,01		-
Retido TN	10,23		2,64		3,12
Total Arrec.	51,03		12,46		15,99

Fonte: ANFIP, 2003. AS: Assistência Social SS: Seguridade Social TN: Tesouro Nacional

As tabelas 2 e 3, abaixo, também sistematizadas pela ANFIP com dados do SAFI, mostram a arrecadação e as despesas da Seguridade Social em 2002, com respectivo excedente, incluindo previdência (privada e pública) saúde e assistência.

Tabela 2

Arrecadação das Fontes Destinadas ao Custeio Da Seguridade Social em 2002	
Recolhimentos	Montante (R\$ bi)
1. Contribuição do Regime Geral de Previdência empregadores/trabalhadores	71,03
outras receitas do INSS	0,36
COFINS	51,03
CSLL (Contribuição sobre o lucro líquido)	12,46
2. Concursos de prognóstico	1,05
3. CPMF	20,26
4. Receitas próprias do MS	0,89
Outras contribuições sociais	0,32
Sub-Total	157,40
5. Contribuição dos Servidores Públicos Civis	5,41
Militares	4,42
6. Contribuição da União	0,99
Sub-Total – Servidores Públicos	8,85
Total das Receitas	171,66

Fonte: ANFIP,2003. Não estão incluídos aqui os regimes do setor público dos Estados e Municípios

Os princípios constitucionais que garantem o financiamento integrado do sistema, não vêm sendo viabilizados. Os estudos realizados por respeitadas entidades ¹¹ vêm demonstrando, com base nas indicações constitucionais, que o saldo positivo no Orçamento da Seguridade Social é superior a 15 bilhões, computando-se todas as despesas com o sistema.

Tabela 3

Despesas da Seguridade Social em 2002	
Despesas	Montante (R\$ bi)
1. Benefícios Previdenciários	86,37
Urbanos	69,30
Rurais	17,07
2. Benefícios Assistenciais	5,08
Renda Mensal Vitalícia	1,66
BPC/Lei Orgânica de Assistência Social	3,42
3. Encargos Previd. Da União (legislação especial)	0,66
4. Saúde	24,53
5. Assistência Social Geral e Defesa Civil	0,35
6. Custeio e Pessoal do MPAS	4,64
7. Ações do Fundo de Combate à Pobreza	2,66
Sub-Total com Previdência do Regime Geral, Assistência Social e Saúde	124,29
8. Benefícios dos Servidores Públicos Federais	
Civis	20,14
Militares	12,14
Sub-total da Previdência Servidores Públicos União	32,28
Total da Despesa	156,57

Fonte: ANFIP, 2003

Com base nessas análises, vai-se fortalecendo a idéia de que a reforma da Previdência Social Pública vai de encontro aos interesses dos trabalhadores/as, visto que prioriza a visão securitária expressa na instituição da aposentadoria por tempo de contribuição, em substituição à aposentadoria por tempo de serviço; na redução do teto de contribuição, inclusive para os servidores públicos, para R\$ 2.400,00 (dois mil e

¹¹ A ANFIP – Associação Nacional dos auditores fiscais da Previdência; FENAFISP - Federação Nacional dos Auditores Fiscais da Previdência Social; FENAFISCO – Federação nacional do Fisco

quatrocentos reais) em termos nominais; na introdução da figura do fator previdenciário, que condiciona a aposentadoria à associação do tempo de contribuição, idade e expectativa de vida sob pena de enormes perdas no valor dos benefícios, cuja lógica se estende agora aos servidores públicos; na desvinculação do índice de correção dos benefícios daquele que corrige o salário mínimo; na contribuição dos aposentados do serviço público; na dissolução do Conselho de Seguridade Social, só para citar os mais significativos.

Os argumentos do Governo que fundamentam a reforma da Previdência contrariam a lógica da assistência embutida no conceito de seguridade social incorporado na Constituição brasileira, no sentido de uma proteção social universal baseada nos direitos de cidadania, uniformização dos benefícios, financiamento proveniente dos orçamentos da União, Estados e Municípios, das contribuições sociais (empregadores - folha de salários, faturamento e lucro - e os empregados/as) e das receitas de concursos de prognósticos, gestão pública e unificação institucional. Essa lógica de proteção social garantiria a ampliação do princípio da solidariedade intergeracional para o âmbito do Estado-Nação. A lógica, porém, que orientou a reforma da Previdência está centrada na visão securitária de equivalência contributiva, na qual os benefícios não se vinculam às necessidades, mas às contribuições. Nesse sentido, o financiamento da Previdência está centrado no trabalho – agora em crise – quando deveria apoiar-se na taxação do capital, mormente na sua nova versão, o capital financeiro. Um outro aspecto negativo dessa reforma que merece destaque refere-se ao fato dela apoiar-se no princípio antipopular de focalização dos serviços públicos. Esta, a política social neoliberal induzida e elaborada por agências internacionais, como o Banco Mundial e o FMI, para a América Latina. A idéia consiste em focalizar a oferta dos serviços públicos mínimos e reduzidos na população de baixa renda, em substituição ao universalismo do Estado de bem-estar e desse modo, segundo se diz, melhorar a distribuição dos gastos sociais. Seria uma alternativa, do ponto de vista neoliberal, para solucionar os problemas criados pela investida do neoliberalismo contra os direitos sociais.

Focalizar os gastos públicos significa, portanto, concentrar esses gastos num piso mínimo e reduzido de serviços, ou seja, “um programa pobre para os pobres”. Sustentada nesse raciocínio a reforma da Previdência está centrada em fornecer pensões

mínimas à população de baixa renda e estimular a migração dos trabalhadores/as de renda média e elevada para o setor de previdência privada, propiciando a ampliação dos negócios da nova burguesia de serviços. (BOITO, 1999). O que é mais grave, porém, é que esta é uma proposta para mitigar a pobreza com os recursos retirados dos próprios trabalhadores, inclusive daqueles dos setores populares, muito distante do postulado doutrinário de “dar mais a quem tem menos”, porque para esta proposta se viabilizar teria de ser sustentada a idéia de “tirar mais de quem tem mais”, o que sequer é cogitado. Na prática o que ocorre é o desenvolvimento de um sistema dual: um setor privado de serviços de melhor qualidade para atender os estratos de maior renda e um setor público de baixa qualidade destinado às camadas de renda inferior.

Assim, a reforma da Previdência, pensada segundo os aportes doutrinários do princípio de focalização da política neoliberal, ao centrar-se nos elementos contábeis e atuariais, (lógica do seguro) traz um forte apelo à privatização, na ótica da estabilidade monetária, com base na disciplina orçamentária de contenção dos gastos sociais, contra qualquer limitação dos mecanismos de mercado por parte do Estado. A redução do teto de contribuição/benefício para R\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais), trazida pela reforma, ilustra esse raciocínio. Significa, na prática, a transferência para a iniciativa privada de vultosos recursos provenientes daquela parcela de trabalhadores/as mais bem remunerados e, por isso mesmo, em condições de melhor contribuir para assegurar a viabilidade do sistema no espírito da solidariedade entre as gerações. Não é por acaso que os setores do mercado financeiro investem tanto na defesa de uma redução maior desse teto e os trabalhadores/as, sobretudo os aposentados, lutam no sentido inverso.

Do exposto, deduz-se a importância do aspecto moral que subjaz aos sistemas de proteção social. Com a efetivação da redução do teto dos benefícios, a face mais cruel da privatização da Previdência Pública está se consolidando e a solidariedade pública intergeracional do sistema de proteção social vai sendo cada vez mais apropriado pelo mercado, que submeterá aos seus mecanismos o que há de mais sustentável em sua aplicabilidade. E o lado mais frágil do sistema, incompatível com a cobiça do mercado – porque constituído por aqueles que recebem os mais baixos salários, ou que compõem o mercado informal, ou até mesmo marginalizados do processo produtivo – ficará à mercê dos poucos recursos provenientes da filantropia de um povo cada vez mais pobre.

1.2. Mulher, trabalho e reforma da Previdência

É preciso destacar nessa discussão que numa sociedade marcada por profundas desigualdades como as de classe, gênero, raça e geração os efeitos sociais dessa reforma serão ainda mais graves frente ao número crescente de mulheres vulnerabilizadas pela velhice, pela doença, pelo desamparo, pela responsabilidade familiar crescente, decorrentes, entre outros fatores, da reprodução no mundo do trabalho e que se potencializam no sistema de Previdência social, das desigualdades de gênero instituídas na família, locus privilegiado do trabalho não remunerado executado predominantemente pelas mulheres.¹² Em função da não mensuração desse trabalho nas contas nacionais, tanto em termos quantitativo quanto em relação à sua valorização o reconhecimento social da contribuição da mulher no desenvolvimento torna-se extremamente subestimado. Resulta desses fatores que a feminização da pobreza, agravada pelo impacto das políticas neoliberais, como demonstram, inclusive, as declarações mundiais a respeito¹³, tende a agudizar-se sob o impacto da reforma da previdência pela superposição de “novas exclusões” às antigas desigualdades, aumentando o contingente de trabalhadoras jogadas na dramática insegurança de uma velhice ainda mais desassistida, como veremos a seguir.

A substituição da exigência de tempo de serviço por tempo de contribuição exclui do sistema de proteção social, que é centrado na equivalência entre capacidade contributiva e benefício, 57% da população economicamente ativa que se encontra no mercado informal em cujo contingente se encontra a maioria das mulheres. Desse contingente do setor privado que corresponde a 40,7 milhões, de desprotegidos do sistema previdenciário, 16, 8 milhões são mulheres de uma população de 28 milhões de ocupadas, ou seja, mais da metade da mão-de-obra feminina está sem cobertura previdenciária.

Esta situação decorre do caráter precário das ocupações femininas, em que 51,4% da PEA feminina não têm renda mensal regular e o trabalho doméstico é majoritariamente ocupado por mulheres que absorve 19.2% das trabalhadoras, para não falar no trabalho não remunerado onde as mulheres são quase o dobro dos homens

¹² Incluem-se no trabalho não remunerado, o trabalho na agricultura, o trabalho doméstico, bem como o cuidado com as crianças, com as pessoas idosas, a preparação de alimentos.

¹³ Como exemplo pode-se citar a Conferência de Beijing. Declaração Final. Nações Unidas, 1995.

10,5% do total das trabalhadoras contra 5,9% do total dos trabalhadores ocupados. Para cada uma dessas categorias a cobertura previdenciária não chega a 30% das mulheres nelas ocupadas.¹⁴ Na Região Metropolitana de Salvador - RMS, 49,3% da mão-de-obra feminina encontra-se nessas condições vulneráveis, ao passo que essa proporção é de 34,8% quando se trata da força de trabalho masculina.¹⁵

A pequena parcela de trabalhadoras que está incluída encontra-se em inúmeras desvantagens em relação à mão-de-obra masculina. Vejamos algumas. As mulheres têm uma remuneração menor que a dos homens pelo mesmo trabalho. Comparando o rendimento com o nível de escolaridade as mulheres possuem um rendimento inferior ao dos homens em todos os grupos de anos de estudo, mesmo naquele de 11 anos ou mais de estudos elas recebem 43% a menos que os homens,¹⁶ do que decorre um valor menor da aposentadoria, visto que este é calculado com base nas contribuições recolhidas a partir de um percentual da remuneração. Os dados da PED, também, apontam que na RMS, o rendimento por hora trabalhada das mulheres corresponde a 77,6 % em comparação ao dos homens.¹⁷ Da equivalência entre benefícios e os salários recebidos decorre a reprodução da desigualdade entre homens e mulheres existente no mundo do trabalho no sistema previdenciário, no qual, apesar de serem as mulheres a maioria dos beneficiários, 56,4% do total, a proporção dos recursos recebidos por elas é menor, 46,8%,¹⁸ em função de ser mais baixo o valor médio de seus benefícios, visto que são mais baixos o salário médio e o tempo de contribuição das mulheres. A situação em Salvador não é diferente. Enquanto as mulheres são maioria dentre os beneficiários da Previdência, 56% do total, e a proporção dos recursos recebidos por elas é inferior a esse percentual, somando 44,42%, esta relação se inverte quando se trata dos beneficiários masculinos, 44% do total, para uma proporção superior dos recursos, correspondentes a 52,52%.¹⁹ Confirma-se aqui em Salvador, no que se refere a gênero, o quadro geral de desigualdade no sistema de proteção social. A participação da mulher

¹⁴ Fonte: PNAD 2001 –IBGE, Elaboração: SPS/MPS. Pessoas com 10 anos ou mais de idade, EXCLUINDO militares e estatutários apud TAVARES, Laura In: CFEMEA, 2003.

¹⁵ Fonte: PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego - 2003. Elaboração DIEESE In: Boletim DIEESE. Edição especial. Março de 2004.

¹⁶ Pesquisa nacional por amostra de domicílios 2001: microdados. Rio de Janeiro: IBGE, 2002, 1 CD-ROM, apud TAVARES, Laura, In: CFEMEA, 2003.

¹⁷ Fonte: PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego – 2003. Elaboração DIEESE. In: Boletim DIEESE. Edição especial. Março de 2004.

¹⁸ Fontes: DATAPREV, SUB, SÍNTESE. Elaboração; SPS/MPS. Apud TAVARES, Laura In: CEFMEA, 2003.

¹⁹ Fonte: MPAS/DATAPREV-SINTESE Gold-Fev/2005 In: FAC-SÍMILE Ass. Com. INSS-Salvador.

no mercado de trabalho é intermitente em razão de suas atividades na esfera da reprodução social, agravada com a taxa de desemprego, que na RMS é de 30,1% e corresponde a quatro pontos percentuais mais elevada que as encontradas entre os homens, 26,1%, segundo a PED já citada, o que dificulta completar o tempo de contribuição exigido.

Analisando os tipos de aposentadoria constata-se que as mulheres recebiam em 2001 apenas 19,86% das aposentadorias por tempo de contribuição, porém o valor recebido correspondia a 16,79% do valor total²⁰, com três pontos percentuais a menos que a dos homens. Quando, porém se analisa a aposentadoria por idade a situação se inverte. As mulheres recebiam 64,8% do total dessas aposentadorias, embora o valor das mesmas somasse 57%²¹ do total, continuando, portanto, mais baixo. Esses dados revelam o quanto a reforma da Previdência afeta as mulheres, agravando ainda mais suas dificuldades em comprovar tempo de contribuição e o que lhes resta como única alternativa é a aposentadoria por idade, apenas concedida universalmente às mulheres rurais, visto que as aposentadorias urbanas implicam em comprovar contribuição de no mínimo 15 anos e seu valor não ultrapassa a um salário mínimo, ou o benefício assistencial concedido aos indigentes, na medida em que exige que a renda per capita seja inferior a ¼ do salário mínimo.

Diante de todo esse quadro negativo no que concerne às mulheres na reforma do sistema previdenciário, pode-se avaliar a introdução do fator previdenciário nessa reforma, não numa dimensão agravante, mas perversa com a condição social da mulher. Ao associar tempo de contribuição, idade e expectativa média de sobrevida, como pré-requisito do direito a aposentadoria, obrigam os segurados e seguradas a trabalhar mais tempo para fazer jus ao mesmo valor da aposentadoria, afetando drasticamente, sobretudo as mulheres, porque além da dificuldade em comprovar tempo de contribuição, vez que estão em maioria no mercado informal ou sem remuneração, estão também em maioria nas faixas de baixa renda que entram mais cedo no mercado de trabalho, com especial destaque para as mulheres negras. Com a junção de todos os critérios da reforma as mulheres, sobretudo as mulheres negras, serão, de longe, as mais afetadas pelo enorme achatamento do valor dos benefícios. Por outro lado, ao trabalhar

²⁰ Fonte: Ministério da Previdência Social. Anuário estatístico. 2002. apud TAVARES, Laura .In:CFEMEA, 2003.

²¹ Idem.

com a média da expectativa de sobrevivência, ainda serão as mulheres as mais afetadas dentre aqueles que estarão fora do sistema em função da expectativa de vida inferior à média, na medida em que está associada à baixa renda dos trabalhadores rurais, trabalhadores nordestinos, negros em que elas figuram em maioria.

Um outro elemento que merece ressaltar é o impacto da reforma da previdência sobre as famílias crescentemente dependentes das mulheres que em grande parte as assumem sozinhas, bem como dependentes dos idosos/as. Das famílias brasileiras residentes em domicílios particulares em 2001, 27,3% eram chefiadas por mulheres. Desse contingente 71,5% pertencem ao grupo de mais de 50 anos, 91% assumem sozinhas, sem cônjuge, o sustento de suas famílias, dentre as quais 65% tinham filhos e mais da metade dessas últimas, 52,1%, estava na faixa de rendimento de até um salário mínimo mensal, o que subia para 72% se agregado a faixa de 1 a 2 SM. Estes dados denotam o quanto este grupo é vulnerável, na medida em que associa baixa renda e sustento de filhos sozinhas sem cônjuge,²² o que denota a necessidade de um sistema de proteção social que leve em conta essas especificidades que requerem atendimento diferenciado às mulheres.

Na RMS 32,9% das famílias são chefiadas por mulheres. Desse contingente de mulheres chefes de domicílio 92,1% não possuem cônjuge. Quando a chefia é masculina a situação se inverte. Assim, 82,5% dos chefes de domicílio são casados, repartindo, portanto, a responsabilidade familiar com uma outra pessoa. 84,7% são negras, 71,9% estão na faixa de 40 anos e mais, sugerindo que as mulheres assumem a chefia da casa numa idade mais avançada, certamente pela viuvez ou pelo fim do casamento. A escolaridade das mulheres chefes de domicílio é menor que a dos homens na mesma situação, totalizando 10,5% e 5% de analfabetos respectivamente, do mesmo modo, 38% e 37,2% com curso fundamental incompleto. A participação das mulheres chefes de domicílio no mercado de trabalho, 59%, também é reduzida em relação aos homens, 82,1%, ao contrário, a taxa de desemprego dessas mulheres de 18,6% é maior quase dois pontos percentuais nessa relação.²³ A combinação entre maior concentração das chefias femininas em faixas etárias mais elevadas com a menor participação no

²² Fonte: PNAD 2001: microdados. Rio de Janeiro: IBGE, 2002. 1 CD-ROM apud Laura Tavares, In: CFEMEA, 2003.

²³ Fonte: PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego – 2003. Elaboração DIEESE. In: Boletim DIEESE. Edição especial. Março de 2004.

mercado de trabalho é um indicativo de que muitas delas sejam aposentadas ou pensionistas. É inegável a melhoria da distribuição de renda da população brasileira devido ao sistema de proteção social, principalmente após a Constituição de 1988, no entanto a mudança da condição de dependente para o de provedores de muitos idosos brasileiros, sobretudo idosas, principalmente a partir da década de 90, ainda não pode ser comemorado como a saída dos velhos brasileiros da indigência e gozo de uma condição digna de vida, na medida em que essa condição de provedores em suas famílias foi premiada pelo aumento da pobreza da população de um modo geral, em função do desemprego e conseqüente volta dos filhos e netos para a casa dos pais, mães em sua maioria, para repartir a minguada renda de um salário mínimo, cujo poder aquisitivo real vem caindo e hoje não atende às necessidades vitais básicas de uma pessoa, muito menos da família, agora ampliada com a volta dos filhos desempregados.²⁴ Do mesmo modo não cabe falar em privilégio quando se refere ao acúmulo de aposentadoria e pensão por uma minoria de idosas, visto que, como comprovaram os índices apresentados, mais da metade das aposentadorias femininas está na faixa de até um salário mínimo. Toda essa situação de crise social concorre para uma vida de privações, longe da qualidade que uma velhice digna requer.

Quanto à questão da responsabilidade da população idosa pelos domicílios brasileiros, verificou-se no censo de 2000 que 62,4% da população idosa eram responsáveis por seus domicílios, desta população 37,6% eram do sexo feminino, índice que subiu para 42,5%²⁵ em 2001. Em média as mulheres vivem oito anos a mais que os homens, assim é que em 2000 a população idosa compunha-se de 55,1% de mulheres, ou seja para cada 100 mulheres havia 81,6 homens idosos. Os números indicam ainda que 17,9% dos domicílios sob a responsabilidade de idosos eram unipessoais, com 67% desses últimos sob o comando de mulheres. Dos idosos que moram sozinhos a maioria é mulher. O censo de 2000 revela que dos domicílios sob a responsabilidade dos idosos apenas 56,8% apresentavam condições adequadas de saneamento. Os rendimentos das pessoas idosas estão assim distribuídos. No ano 2000 44,5% do total da população idosa responsável por domicílio recebiam até um salário mínimo. Quando se analisa as áreas separadamente verifica-se que na área urbana esta proporção é de 39,8% e na área rural

²⁴ Ver Pochmann, 2000; Boletim DIEESE, 2004 sobre o poder aquisitivo do salário mínimo. www.dieese.gov.br

²⁵ A idade média do idoso era 70,2 anos quando o responsável era mulher e 68,9 anos quando homem.

é de 65%, verificando-se uma melhora desses índices em relação a 1991. Estabelecendo a relação entre renda proveniente do trabalho e rendimentos de aposentadoria os dados do PNAD em 1999 mostram que 54,1% dos rendimentos dos idosos homens são provenientes de aposentadoria e 35,6% correspondem a rendimento do trabalho. Considerando as idosas esta proporção passa a ser 80% dos rendimentos provenientes da aposentadoria, enquanto o rendimento do trabalho respondia por apenas 12% da renda.²⁶

Todos esses dados vêm indicar que os novos mecanismos trazidos pela reforma da Previdência Social brasileira, do ponto de vista da sua nocividade, afetam mais as mulheres, notadamente as mulheres negras e idosas, na medida em que aprofundam suas condições de grupo vulnerável, cujo futuro aponta na perspectiva de uma velhice mais pobre e mais desamparada no contexto da nova era, na qual a aposentadoria vai se enredando no torvelinho de um tempo cada vez mais incerto.

E o que é preocupante e merece estudo e maior discussão refere-se às organizações políticas que trazem em sua temática a luta em defesa da proteção social, a exemplo do movimento dos aposentados/as e pensionistas e o sindical, que ainda não incluíram os problemas relacionados à gênero em suas pautas de reivindicações. O próximo capítulo corrobora essa afirmativa, quando analisa e discute a participação das mulheres no movimento de aposentados/as e pensionistas na Bahia.

²⁶ Fonte: IBGE, Censo 2000. Apud TAVARES, Laura. In: CFEMEA 2003.

CAPÍTULO 2

A FACE MULHER: FAZ A (IN)DIFERENÇA NO MOVIMENTO DE APOSENTADOS?



Passeata de aposentados/as

...Se a mulher quer ter respeitabilidade ela precisa estar visivelmente representada no quadro da direção. Esse negócio da visibilidade, do poder, eu acho que é fundamental. É preciso está lá em cima, ter poder, ter uma voz ativa para difundir suas idéias e falar de igual pra igual...”(SERRA VALE, Rebeca -39 anos 25.10.01).

Na CUT-Ba. os assuntos pertinentes à Seguridade Social e, conseqüentemente, aos aposentados, estão a cargo de uma mulher. Este é um indicativo de que a questão da previdência, principal demanda dos aposentados/as e pensionistas no dia a dia do movimento sindical, é tão marginal que pode ser dirigido por uma mulher? Neste capítulo esta temática terá centralidade e trará elementos que podem apontar para o entendimento dessa problemática, sem, contudo, pretender esgotar esta discussão.

Compreender o movimento dos aposentados e pensionistas na Bahia passa pelo entendimento das condições diferenciadas de participação de homens e de mulheres no mesmo, bem como da exclusão destas nas políticas públicas de proteção social no Brasil, ou da inclusão sem levar devidamente em conta as especificidades decorrentes das relações desiguais de gênero a que são submetidas e que perpassam milenarmente as diversas instituições sociais. Nestas, ainda que com modos próprios de operar, há certas crenças e valores que são comuns a todas elas, de modo a construir certas desigualdades de forma generalizada. (KABEER, 1999).

A trajetória histórica das políticas de proteção social no Brasil revela seu caráter míope do ponto de vista da perspectiva de gênero, como ficou pontuado no capítulo anterior. Os condicionantes dessa questão estão relacionados à tendência comum a diferentes instituições, nos mais variados contextos históricos e sociais, de tomar como naturais e, portanto, fixos e imutáveis, os papéis diferenciados definidos culturalmente para o masculino e o feminino, e vão-se constituindo o ser homem e o ser mulher como categorias desiguais no âmbito das relações de poder, sobre as quais se pautam as relações sociais entre os sexos, as relações de gênero.

A cultura informada por essa ideologia de gênero tem perpassado as organizações dos trabalhadores/as, notadamente a mais recente delas, o movimento dos aposentados/as e pensionistas. Nesse movimento, as questões relacionadas à desigualdade de gênero não fazem parte das discussões, muito menos das pautas de reivindicações. Nestas, não se pensam, sequer, as especificidades de gênero que devem ser contempladas nas políticas de proteção social no Brasil.

A não atenção dos militantes desses movimentos a essas questões de desigualdade entre homens e mulheres vem perpassando várias gerações principalmente porque são os homens, na maioria das vezes, que desenvolvem as habilidades para mobilizar lealdades, trabalho, aceitação de outros que lhes garantem o poder autorizado para definir e modificar as metas e necessidades dessas organizações, isto é, o que deve ser feito, por quem, que pessoas serão incluídas ou excluídas nos processos produtivos ou distributivos de recursos, responsabilidades e benefícios.

Historicamente, o campo sindical constituiu-se num espaço masculino por excelência, como de resto os demais espaços públicos, notadamente aqueles específicos dos embates políticos, como retratam os impedimentos à filiação de mulheres característico dos primórdios do sindicalismo europeu e dos Estados Unidos durante o século XIX e início do século XX, que se manteve no Brasil até meados da década de 80 para as trabalhadoras rurais, reproduzindo as relações desiguais de gênero predominantes na sociedade.

Não obstante, as trabalhadoras, apesar do escasso registro, sempre estiveram presentes, junto com os homens, nas lutas operárias e sindicais, nos conflitos fabris e rurais, nas greves e manifestações, desmistificando os discursos correntes de que as mulheres não se identificam com as atividades políticas e não reagem à opressão. Muitas vezes por falta de espaço para a maioria das mulheres nas organizações institucionais, elas desenvolvem formas autônomas de mobilização e luta.

A entrada massiva das mulheres no mercado de trabalho assalariado forçou os sindicatos a buscarem formas de atrair a mão-de-obra feminina para aumentar os índices de sindicalização. Paralelo a isso as trabalhadoras foram se conscientizando dos seus direitos, em decorrência da expansão das idéias feministas, na década de 60/70, que propiciou, a partir daí, o crescimento acelerado da luta das mulheres por igualdade de direitos e representação entre os sexos, o que levou, por sua vez, as trabalhadoras a reivindicarem a ampliação da sua participação sindical e pressionaram pelo atendimento de suas demandas no mundo do trabalho.

A fala de Nair Goulart, em entrevista no dia 20/01/04, ilustra muito bem a luta das sindicalistas desse período²⁷:

A gente começou a ver que não tinha quase mulher no sindicato, comecei a perceber a importância da participação das mulheres, ter um espaço de mulher no sindicato. Isso em 1979. A gente foi pra dentro do sindicato, eu estava demitida nesse período, e propusemos fazer um congresso de mulher e a gente realizou o 1º Congresso da Mulher Metalúrgica em São Paulo em setembro de 1979. Meu filho nasceu no dia 20 de agosto de 1979 e no dia 30 de setembro nós estávamos realizando o Congresso em plena ditadura militar. Dez dias depois que meu filho tinha nascido eu estava lá. Eu era da comissão organizadora do Congresso. Uma das nossas reivindicações era para ter

²⁷ Nair Goulart é metalúrgica, presidente atual da Força Sindical-Ba e vice-presidente nacional da Força Sindical. Já foi militante da POLOP e do MR-8. Participou da 1ª CONCLAT em 1981.

mulher na direção. Nessa época o sindicato tinha 430 mil trabalhadoras na base. O maior sindicato de trabalhadores das Américas. Nós tínhamos uma base de 15% a 18% de mulheres nas empresas, principalmente de eletroeletrônica, e a gente não tinha mulher na diretoria. Mulher não participava de assembléia. Eu era uma das poucas, tinham duas ou três. Pra participar daquele meio que só tinha homem, só mesmo sendo militante de esquerda, porque não tinha espaço nenhum para a mulher. Ninguém discutia nada sobre a mulher. (...) a discussão também era muito dura. A discussão era sobre a repressão, arrocho salarial, condições de salário, condições de vida, o tempo todo. A ditadura muito fechada e as mulheres também não percebiam aquilo... Tudo era luta de classes. (...) Nesse período teve grandes debates com as mulheres do PCB, do Pcdob sobre se na classe operária eram todos iguais, se a exploração era igual. ... e um grupo de mulheres começa a perceber que a exploração contra a mulher era maior que a dos homens. Era diferenciada. O salário era menor, não tinha creche... Aí a gente começou a fazer esse debate fortíssimo dentro do sindicato dos metalúrgicos de São Paulo. (...) Eu estava demitida e dizia: eu tenho que trabalhar numa fábrica, porque eu tenho um objetivo: eu quero ser diretora do sindicato. A gente tem de ter mulher na diretoria e se eu não tiver numa fábrica não posso nem pensar em ser diretora... (...) aí quando veio a eleição de 1981 entraram duas mulheres na diretoria do sindicato dos metalúrgicos de São Paulo. Eu era uma delas. (...) eram 24 diretores e 2 mulheres na suplência. Eu era o último cargo na direção. Eu era a última suplente do Conselho Fiscal. E a outra também era suplente. (...) Aí o feminismo estava num período muito frutífero e influenciou decisivamente a nossa atuação dentro do sindicato. Naquele período foram criados os primeiros Conselhos da Mulher. O Conselho Municipal de São Paulo nos ajudou muito, além de grupos mesmo de mulheres...

No entanto, a geração atual das trabalhadoras aposentadas, que iniciou sua vida no mercado de trabalho no período que antecedeu a primeira metade da década de 60, estruturou seu *habitus* segundo o gênero em outras condições históricas concretas, cujo diferencial de poder era tão desigual em favor dos homens, que as mulheres, sobretudo aquelas das camadas populares, sequer podiam pensar em reivindicar direitos específicos. Compreende-se, assim, a situação das mulheres no movimento de aposentados na Bahia como pensionistas ou aposentadas provenientes de categorias profissionais consideradas como próprias às mulheres, assistentes sociais, professoras do ensino fundamental, comerciárias, que continuam cumprindo o mesmo papel

maternal, ou de auxiliar para o qual foram socializadas, com pouco ou nenhum poder nas instâncias de decisão na esfera pública. Suas práticas são informadas por esquemas de percepção e apreciação estruturados num contexto em que as mulheres estavam ausentes do jogo de poder no espaço público e por isso não dispunham, em sua maioria, das “tecnologias do poder” - falar em público, dominar os códigos da organização - mecanismos utilizados para mobilizar um grande número de participantes do movimento, no sentido da aceitação de suas idéias e propostas. Esses mecanismos constituem-se no capital simbólico necessário para concorrer com possibilidade de alguma vantagem nesse jogo de forças que caracteriza qualquer movimento político, enquanto relação de poder. Os homens desse movimento têm as possibilidades que as mulheres não têm de mobilizar esses recursos e assegurar apoio em relação às normas, regras e práticas instituídas por eles e que geralmente excluem as mulheres dos espaços de decisão.

Os depoimentos de mulheres que participam do movimento dos aposentados/as e pensionistas, em Salvador, expressam a ideologia do “cuidar”, do “servir”, do trabalho atrás dos bastidores, e a pouca consciência do seu papel político, bem como do movimento como um todo.

Eu sempre tive vontade de fazer alguma coisa por alguém, sem ganhar dinheiro, como voluntária. Eu me sinto útil. Também a gente vê pessoas como Irmã Dulce, uma mulherzinha tão frágil daquela, fazer bem pra tanta gente... a gente fica até pequenininha diante de uma pessoa dessa... (Zulmira 65 anos)

Na ocasião dos 147% nós fizemos mais de 7000 carteiras... aí eu chamei essa minha amiga e ela veio trabalhar aqui, ajudar aqui... (Eriani 76 anos).

Eu dou ajuda no Conselho Fiscal, auxílio um pouco, quando tem eventos nós ajudamos. (Edelzita 61 anos)...

Gosto de participar dessas coisas, assim... como aqui na Associação dos Aposentados. Sou uma pessoa que ajudo muito, gosto muito de ajudar. (Idália 82 anos)

Revelam também o medo de se expor à avaliação pública, numa demonstração de que essa prática não fez parte da história incorporada por elas. Respondem à questão de não participarem das direções, como uma escolha exclusivamente individual.

É muita responsabilidade. Não gosto que ninguém me censure, então eu não quero. Eu vi aí uma mulher que saiu da direção da Federação dos Aposentados e disseram que ela fez e aconteceu... (Eriani).

Revelam em suas falas as ambigüidades no vivenciar sua condição de “outsider” (ELIAS, 2000), afirmando que não participam da diretoria de suas associações porque não querem, embora nunca tenham sido convidadas.

Eu não quero ser da direção, porque eu quero ser livre pra fazer o que eu quero, da maneira que eu acho que deve ser. Eu nunca fui convidada para a direção. Me convidam para falar na rua, mas nunca me convidaram para participar da direção... Mas eu também não quero. (Eriani).

Na maioria das vezes, as aposentadas introjetam a ideologia de gênero que lhes imputam inferioridade e naturalizam suas diferenças, inclusive a capacidade e o conhecimento que alguns homens têm e que elas, “por natureza, não alcançarão”, porque não têm capacidade e “é da sua natureza” o não falar em público e o não assumir posições que impliquem em lidar com os meandros das relações de poder fora do mundo privado, o não gostar de política.

Eu não gosto de política, não gosto mesmo. Eu contribuo assim num movimento desse de aposentados, mas pra eu ir pra rua falar em público, eu não gosto. Eu nunca falei em público, é coisa minha mesmo, da minha natureza (Alaíde 70 anos)

Alguém tem de ficar na frente. Não serei eu porque eu não tenho capacidade pra isso não. (...) bom! com um grupo...(reticente) aí eu faria, continuava. Não com os conhecimentos que ele, o Sr. Gilson tem, porque ele tem muito conhecimento, muito mesmo. (Idália)

As mulheres desse movimento, em sua maioria, falam dele, não como um movimento político que luta por mudanças estruturais no sentido da melhoria das condições de vida dos aposentados/as, pensionistas e idosos em geral, mas como uma entidade de “ajuda mútua”, de “assistência”, de lazer, um espaço de socialização.

Também nós participamos do coral, participo de um grupo musical “caras e coroas”tem muitas atividades pra gente aqui dentro : tem dança de salão, funciona ioga, o Instituto Mauá está aqui com a gente ... porque essa parte política é com o sindicato... (Edelzita).

Tem de ter um movimento pra você vir conhecer pessoas do seu meio de aposentado. Pra mim isso é muito bom, preenche minha vida. Nós pretendemos promover atividades de lazer lá na Casa do Aposentado quando terminar a construção. Com o lazer, com certeza vai atrair mais os aposentados porque o idoso está muito afastado, até da família, às vezes fica em casa sozinho e tendo um grupo, um lugar para se divertir, eu acho que é ótimo. (Alaíde).

Demonstram ambigüidades entre o discurso e suas práticas no movimento, quando se referem à situação da mulher e suas conquistas, na medida em que não materializam as reivindicações das quais falam, no sentido de assumir posições que lhes conferem poder, cujo exercício possa contribuir para alterar a atual situação da mulher na sociedade.

Dizem que a mulher tem de ficar em casa pra lavar, passar, cozinhar, tomar conta de marido, e filhos, mas isso tem de ser mudado. Você está vendo, agora, as mulheres estão tomando um impulso maior: é governadora, deputada, prefeita, vereadora, ainda não tem presidente. Está aumentando esse lado da mulher ter uma posição maior na política. (Alaíde)

Eu tenho um ideal e o meu ideal hoje é essa Associação. Eu sempre não canso de falar: mulher não é só para parir, lavar, passar, cozinhar. A mulher é companheira e participante em tudo. Eu como mulher reivindico a liberdade, fazer parte de tudo, ser até “chofer” de caminhão, fazer tudo o que quiser, mas nós não conseguimos tudo o que devíamos ter direito. (Eriani)

Por outro lado, quando falam da possibilidade da mulher assumir postos de alto comando, imputam sua capacidade, não à sua igualdade intelectual em relação ao homem, mas referem-se a atributos considerados inerentes ao ser mulher, de acordo com seus esquemas mentais estruturados num contexto em que, comumente, não se oportunizam às mulheres experiências no campo político e intelectual do mundo público. “Eu acho que a mulher resolveria muita coisa. A mulher é mais sensível” (Alaíde)

As atividades que as aposentadas procuram fazer estão sempre relacionadas à profissão que exerceram durante sua vida ativa, quase sempre aquelas definidas socialmente como adequadas aos seus atributos femininos.

“Eu faço mais é ajudar na contabilidade (...) eu faço uma relação pra Seu Gilson todo final de ano fazer o balanço, eu auxílio nesta parte. A minha ocupação é só esta, faço tudo direitinho pra ele fazer o balanço”. (Alaíde Borges Prazeres (70) diretora da ASAPREV – 15. 10. 01. Trabalhava como auxiliar de escritório no comércio).

“Resolvi me engajar nesse trabalho com os aposentados. (...) o meu trabalho aqui é um pouco a continuidade do meu trabalho na ativa, porque quem trabalha como eu na área social, sempre tem essa questão no sangue...” (Marisa Costa Sansão (57) Diretora da FEASAPEB – 03.06.02 trabalhava como assistente social “preparando” os trabalhadores da Petrobrás em fase de aposentadoria para esse rito de passagem).

Diferentemente da maioria dos militantes homens do movimento dos aposentados e pensionistas, a geração atual das mulheres militantes aposentadas, em Salvador, não é egressa do movimento sindical, ou outro movimento de luta política pelos seus direitos como cidadãs e como mulheres numa perspectiva de igualdade, como faz a atual geração das sindicalistas.

Os homens percebem a pouca participação das mulheres aposentadas e pensionistas no movimento, comparado a sua maioria na condição de beneficiárias da previdência, como indicado no capítulo anterior, e referem-se a elas como importantes no movimento, mas as tratam como incapazes de realizarem suas ações no espaço público sem o concurso dos homens, visto que dominadas pela emoção, incapazes de racionalizarem essas práticas. Ratificam assim sua inferioridade nos moldes da ideologia biologizante e procuram manter a submissão absoluta da mulher. Deve-se a essa cultura patriarcalista na organização dos velhos trabalhadores/as, a acusação que sofreram as duas mulheres que assumiram as instâncias máximas de direção na estrutura organizativa dos aposentados a nível estadual e nacional, uma presidindo a FEASAPEB na Bahia e outra, a COBAP em Brasília. Vale lembrar que as mulheres que participam desse movimento de aposentados/as e pensionistas aqui na Bahia, em torno de 10% dos participantes nas atividades, estão quase ausentes dos cargos de direção e quando lá estão não ocupam funções de grande peso político. São secretárias, auxiliares, suplentes, organizadoras de eventos sociais. Daí a importância em analisar o fenômeno da assunção da direção por duas dessas mulheres.

A primeira observação que se faz é a acusação de terem desviado o movimento do curso da luta em defesa dos verdadeiros interesses dos aposentados e permitido que

oportunistas, com os quais passaram a manter relações amorosas, se apropriassem dos recursos dessas entidades em benefício próprio, levando ao insucesso de suas gestões e desencadeando uma crise interna no movimento. Aqui na Bahia a crise foi contornada pela deposição da dirigente antes mesmo de cumprir seu mandato, mas a nível nacional, a crise não foi superada até hoje e o bloco ao qual pertence essa dirigente se perpetua no poder há várias gestões.

O problema surgiu no momento da indicação dessas mulheres para as funções de direção. O bloco dirigente, à época, não atentou para a visão político-ideológica assistencialista que a maioria das mulheres dessa geração aposentada traz incorporada em seu *habitus* segundo o gênero e a geração. As mulheres que participam desse movimento, em sua maioria, justificam ter buscado essa atividade como uma forma de preencher o tempo livre de que dispõem, como uma forma de “ajudar como voluntária”, ou na expectativa de vantagens, mas quase nunca apresentam a luta política como motivação para a sua presença. Os homens nunca falam em ajudar nesse sentido, sempre se referem à questão política.

A idéia dos dirigentes era de que, como se tratava de mulheres sozinhas, sem companheiros, poderiam ser controladas facilmente pelo grupo que as elegeu. Porque, segundo os valores do patriarcalismo, se a mulher mantém uma relação com algum companheiro, é este quem deve ser considerado, porque é quem dita as regras às quais a mulher obedece. No momento em que essas dirigentes imprimiram o rumo político do movimento de acordo com suas visões políticas próprias, assistencialistas, o conflito ideológico, latente até então, tornou-se explícito, mas envolvido numa roupagem de gênero, isto é, a questão não é referida do ponto de vista político e ideológico, a avaliação que eles fazem do desempenho político das mulheres é carregado de juízo de valor de ordem moral.

Ao invés de seguir aquela linha que foi traçada desde o início, muda pra outras linhas que não são aquelas que eu estou de acordo e outros também estão. (...) coisa que moralmente eu não aceitei. E isso não foi só na Bahia. As mulheres do movimento dos aposentados deviam ter um pensamento diferente. Elas poderiam ter qualquer amor lá fora, não aqui dentro, não deviam misturar as coisas... (Gilson Costa 19.07.03)²⁸

²⁸ Gilson Costa de Oliveira, 75 anos, presidente da ASAPREV - Associação dos Pensionistas e Aposentados da Previdência Social, sendo o idealizador e fundador desta com mais 11 aposentados em novembro de 1985, sendo eleito e reeleito presidente até hoje, 21 de junho de 2001; vice-presidente da Federação Bahia e Sergipe em 1986, sendo eleito presidente em 1987,

A ideologia biologizante aparece com força nas falas dos aposentados, passando a idéia de que o sucesso ou insucesso da mulher em suas atividades públicas de maior vulto e responsabilidade depende do homem que a orienta e a quem se submete, porque ela é incapaz de qualquer isenção crítica.

Aldina Maria Carraro (65 anos), que não conseguiu completar a sua gestão como presidente da FEASAPEB, por entrar em desacordo com aqueles que a apresentaram como candidata e a elegeram, assim refere-se ao episódio:

(...) me elegeram presidente lá na Federação dos Aposentados e Pensionistas da Bahia e Sergipe, sendo eu a primeira e única mulher a ocupar esse cargo aqui no Estado. (...) mas por minha condição de mulher e porque eu não aceitei as regras do jogo, porque eu não lia na cartilha deles, eles passaram a não me aceitar e eu saí da Federação antes de completar o mandato. (Aldina 19.03.02)

Já no campo sindical relacionado aos ativos, a geração de seus dirigentes analisa as dificuldades da inserção da mulher nesse campo deixando transparecer entendimento das relações desiguais entre homens e mulheres, sem, no entanto, apresentarem propostas políticas que venham efetivamente superar essa situação. As políticas de cotas, que por si só não são suficientes para dar conta dessa problemática, são as únicas apresentadas.

“(...) Nós temos muita dificuldade no seguinte: a maioria dos sindicatos é muito machista, mas nós incentivamos. A Força Sindical incentiva que no mínimo 1/3 de toda representação seja de mulheres (...) Não é fácil, porque não é todo sindicato que acata essa decisão”.(Armando Gonçalves (60) 16.01.04)

“(...) O que a gente percebe no movimento sindical é que as mulheres ainda têm uma preocupação muito grande com a família. E a própria noção que a mulher tem é que ao participar do movimento sindical está se afastando da família e por isso nós temos um déficit de mulheres no movimento sindical...” (Germano Batista (51) 28.01.04).

reeleito até 1993. Hoje é assessor da diretoria e vice-presidente na condição de presidente da ASAPREV; vice – presidente de assuntos nacionais da COBAP por mais de uma gestão: duas antes de 1993 e outra depois de 1996. Presidente da COBAP de outubro de 1993 a novembro de 1996.

O movimento sindical termina reproduzindo os conceitos e preconceitos da sociedade que está aí. (...) o reflexo dessa reprodução você vai achar na pouca participação da mulher nas entidades sindicais.(...) Agora isso começa a mudar com a adoção das políticas de cotas (...) quando não tem melhorado, mas tem feito surgir o debate sobre esta questão. Isso remete a gente a uma série de discussões sobre composição da classe operária, sobre aspectos ideológicos, de formação, como é que a ideologia da classe dominante é assimilada pela classe operária, pela classe trabalhadora, como é que a classe trabalhadora reproduz essas idéias sem sentir, sem saber... Numa entidade de trabalhadores você termina consolidando idéias que acaba prejudicando a própria classe trabalhadora. (Everaldo Augusto, 04.05.02)

Deve-se, principalmente, à luta da nova geração de mulheres no interior do movimento sindical essa nova visão dos sindicalistas sobre as desigualdades de gênero implicando em barreiras para a emancipação da própria classe trabalhadora. Observando as mulheres sindicalistas, na atualidade, bem como ouvindo os seus depoimentos, destaca-se de imediato a compreensão que muitas têm dos limites da luta que travam contra a discriminação de gênero, numa sociedade marcada, em variadas dimensões, por profundas desigualdades e que o exercício público do poder reservado aos homens, no contexto das relações desiguais de gênero, reproduz-se também, cotidianamente, nas diferentes organizações sociais como no interior do movimento sindical e do mundo do trabalho.

Foi muito difícil. Éramos poucas como metalúrgicas. A gente era minoria na categoria e minoria no sindicato e na direção. Eu me lembro uma vez quando a gente estava discutindo em uma assembléia do sindicato e propusemos a realização do congresso das mulheres metalúrgicas teve um companheiro nosso, militante da esquerda, guerreiro, que foi lá e disse: ‘olha, eu acho que vocês estão no lugar errado, acho que aqui o que vocês deveriam propor era ter mais fogão para as mulheres, mais tanques e não vir propor no sindicato dos metalúrgicos congresso de mulher. (Nair Goulart 20.01.04).

No Brasil constata-se ainda hoje a diminuta participação das mulheres nas instâncias de direção do movimento sindical, até inexistente em muitos sindicatos. Em 1989, as mulheres assim se distribuíam nas diretorias dos sindicatos: apenas 15% dos membros das diretorias nos sindicatos de empregados/as urbanos, 25% nos sindicatos de profissionais liberais, 12% nos de trabalhadores/as autônomos e 7% nas diretorias sindicais de trabalhadores/as rurais, sem falar das diretorias compostas exclusivamente

por homens: 43% dos sindicatos de empregados/as urbanos. 54% dos de trabalhadores/as autônomos e 60% dos de trabalhadores/as rurais (DELGADO, 1996). Não obstante, as mulheres trabalhadoras lutaram com dificuldades e hoje já comemoram algumas conquistas. O trecho da fala abaixo exemplifica o quanto foi dura essa trajetória.

Eu era uma das delegadas. Briguei pra ser delegada na CONCLAT²⁹. Lá discutimos num grupo de mulheres que estava lá que queríamos um espaço dentro da Central que resultasse dali. Uma secretaria de mulher. Aí foi um pau danado. O primeiro pau que teve na CONCLAT foi esse. Todas as outras propostas defendiam contra. Na hora da votação subimos, nós duas eu e Albertina que era do Partidão para defender a favor e dois outros para defender contra a proposta. (...) Um diretor do sindicato dos metalúrgicos de São Bernardo, da diretoria de Lula, um aliado seu defendeu contra com o argumento de que a luta era de classe. Que havia uma exploração do capitalismo contra a classe operária e que separar os homens das mulheres significava dividir, que a gente estava querendo dividir a classe e se dividisse iria fracionar o movimento. Subiu também uma mulher e defendeu contra. Votou. Eles ganharam. Foi aprovado para não ter nenhum departamento, nada de mulher. O grupo que fundou o PT defendeu contra porque ali era luta de classe. O novo sindicalismo achava que não deveria ter esse espaço de mulher porque segmentava, dividia e na luta de classe os operários tinham de estar unidos contra a ditadura, contra não seu o quê. (Nair Goulart, 20.01.04).

Uma das conquistas consequente dessa luta das mulheres, é que os sindicatos do campo da CUT - Central Única dos Trabalhadores – têm sido orientados a adotar a política das cotas aprovada no 5º. Congresso Nacional da CUT (5º. CONCUT), em maio de 1994, que prevê um percentual mínimo de 30% e máximo de 70% de cada sexo nas instâncias de direção da Central, bem como a criarem departamentos, diretorias e comissões específicas para as questões da mulher trabalhadora. Ainda assim é muito pequeno o número de mulheres nas direções dos sindicatos, mesmo naqueles filiados à CUT. Quando ocupam cargos na diretoria, na maioria das vezes são os de menor poder político dentro do movimento, as diretorias destinadas a pensar e executar as políticas de menor importância naquela conjuntura, na visão dos diretores. O peso político de

²⁹ Primeira Conferência Nacional da classe trabalhadora.

determinados cargos nas diretorias das organizações sindicais, na maioria das vezes, é avaliado pelo fato de ser ocupado por um homem ou uma mulher. Quase sempre, as mulheres não estão nas presidências, nem nas tesourarias, muito menos nas diretorias de políticas sindicais, e de organização. Estão nas diretorias de políticas sociais e de formação de acordo com o que é instituído, desde a família, sobre o que é da responsabilidade da mulher - cuidar, educar - que se reproduz nas organizações sindicais.

A executiva nacional da CUT eleita logo após a aprovação da política das cotas compunha-se de nove mulheres para um total de 25 membros efetivos e sete suplentes. Na Secretaria Nacional de Formação e na Secretaria Nacional de Políticas Sociais estavam as mulheres. Compondo esta última secretaria está a Comissão Nacional de Seguridade Social, encarregada da política dos aposentados e da Previdência e a Comissão Nacional sobre a Mulher Trabalhadora, sendo esta contemplada com três dessas mulheres nesse mandato de 1994 a 1997. (DELGADO, 1996). No último Congresso Nacional, realizado de 03 a 07 de junho de 2003 para o triênio 2003/2006, foram eleitas 11 mulheres entre os 32 membros efetivos e suplentes da executiva e uma dentre os 6 membros do Conselho fiscal, numa proporção de 12 mulheres para 26 homens preenchendo a cota de, no mínimo, 30% para cada sexo. (www.cut.org.br/secretarias/sg direção 2003. 23/09/03). Observa-se um avanço não só quantitativo quanto qualitativo, visto que as mulheres conquistaram a Secretaria de Política Sindical, que tradicionalmente era cadeira cativa dos homens, e as questões sobre as relações de gênero, finalmente, conquistaram status de Secretaria.

A própria Central, teve dificuldades de compreender suficientemente a especificidade dessa luta, uma vez que as sindicalistas da sua base só agora, no último Congresso já referido acima, após 20 anos de luta, conseguiram modificar a estrutura organizacional da mesma, no sentido de dar mais visibilidade, autonomia e poder a essa frente, com a criação da Secretaria da Mulher Trabalhadora, em lugar de uma simples comissão diluída na Secretaria de Políticas Sociais, a fim de enfrentar a correlação desigual de forças num espaço genuinamente masculino. Esse tema sempre foi assunto de acirradas e polêmicas discussões nos fóruns da CUT durante esses 20 anos de sua existência. O depoimento de Rebeca Serravalle, (39), ex-funcionária da Caixa Econômica Federal, admitida em 1984, por meio de concurso público, ex-diretora para

Assuntos da Mulher Trabalhadora do Sindicato dos Bancários da Bahia, hoje advogada e assessora política da CUT-Bahia, revela, numa entrevista em 25.10.01, o fogo cerrado que muitas mulheres enfrentaram e ainda enfrentam, no interior do sindicalismo cutista, para garantir sua voz nesse movimento.

Aí nós passamos a participar dos fóruns da CUT e fomos para o 2º encontro da mulher trabalhadora da CUT. Só tínhamos quatro aqui da Bahia, falando uma língua e 180 falando outra, porque lá já defendíamos Secretaria, lá a gente defendeu cotas, lá a gente defendeu a descriminalização do aborto. Só tínhamos nós quatro contra 180. A CUT ainda estava na questão 'a classe operária tem dois sexos'. A CUT até hoje só tem comissão, até hoje ainda está discutindo se deve ter Secretaria Executiva da Mulher ou não. É uma guerra que o pessoal da Corrente Sindical Classista e algumas tendências mais à esquerda na CUT ainda trava com a Articulação sobre a linha interna dentro da CUT (...) Nós da corrente emancipacionista sempre defendemos as cotas. Tanto é que a maioria dos sindicatos que a gente dirige tem Secretaria, ou Diretoria para Assuntos da Mulher, tanto faz o nome, mas é um cargo efetivo na executiva. Amanhã vai ter uma Plenária Estadual da Mulher Trabalhadora da CUT e esse é um dos assuntos que vai ser tratado, para você ter uma idéia.

Maria Cecília Ferreira da Silva, (38 anos), diretora representante junto às Federações, do Sindicato dos trabalhadores da Construção Civil e da madeira, mas que iniciou no sindicato como diretora de assuntos da mulher trabalhadora, cargo que ocupou por dois mandatos, refere - se ao embate travado com os companheiros homens para garantir o espaço das mulheres nos fóruns de decisão, durante entrevista no dia 26.10.01.

A cota de 30% das mulheres não é cumprida lá no sindicato, às vezes é porque eles não aceitam, tentam manipular. Por exemplo: agora mesmo no Congresso Nacional da CUT o Presidente queria empurrar que a gente só tinha direito a uma delegada nos seis nomes, que pela cota a gente só tinha direito a uma. Nós dissemos que não, que tínhamos direito a duas, Vamos fazer conta, vamos brigar e aí foi que a gente conseguiu duas, mas na conta deles só era uma. Então isso não é uma forma de discriminação?

Lúcia Maia, (51 anos), diretora de formação do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil, em entrevista no dia 26.10.01, considera alguns avanços nesse sentido.

Nós temos notado um crescimento do entendimento. Hoje, por exemplo, no último encontro promovido pela CUT dois companheiros do nosso sindicato já participaram, então nós temos uma comissão de mulheres, além da diretoria nós formamos uma comissão de mulheres dentro do Sintracon, Fetracon e Contcon e já tem três companheiros que participam dessa comissão junto conosco, isso pra nós é um avanço e, por exemplo, quando nós vamos discutir viagem para participarmos de seminários é lógico que temos resistência de alguns, mas não é que eles não queiram que a gente participe, eles interferem na discussão de quem deve ir, muito poucos acham que não devemos ir, mas isso é minoria porque não temos unanimidade, é muito difícil, mas estamos percebendo um avanço nesse sentido, antes nós tivemos grandes dificuldades. Eu considero que a discriminação contra a mulher tem diminuído, embora ainda exista bastante, agora para o nível que era anteriormente nós avaliamos como uma vitória. Quando eu avalio a questão que eu acho que melhorou é que hoje a gente discute e conversa e antes era briga e só xingamento e a gente não conseguia falar porque eles não nos ouviam, hoje eles já nos ouvem, a gente já tem conseguido alguns avanços, porque você brigar com 40 homens extremamente machistas e um grau de escolaridade baixo, para entender as coisas é muito difícil. É nesse ponto que eu avalio como melhora. Mas ainda existe bastante discriminação.

As organizações do campo sindical são estruturadas de forma a favorecer aqueles sobre quem concentra o poder, os homens obviamente, ignorando as desvantagens e necessidades específicas, no que se refere ao gênero, que afetam a participação efetiva das mulheres, nesse espaço de luta política. Trechos da entrevista com Nair atestam o enunciado.

As mulheres não vinham ao sindicato, não era porque elas não queriam. Não vinham, não participavam porque o sindicato não tinha política que era do interesse delas. As assembleias eram sempre no início da noite. Muitas mulheres me diziam: 'Nair, não posso ir à assembleia porque tenho que pegar meu filho na creche' ou então porque iam fazer qualquer outra tarefa doméstica. Nunca nenhum homem me disse: ' não posso ir à assembleia porque eu tenho que pegar meu filho, ou porque eu tenho que ir pra casa lavar roupa, preparar o jantar ou o almoço do dia seguinte'. (Nair Goulart 20.01.04)

Quanto à questão da relação com o movimento dos aposentados, as dirigentes sindicais ainda não se sensibilizaram, não se aperceberam que pelo fato das mulheres serem as mais penalizadas com as novas mudanças no mundo do trabalho, por

formarem o maior contingente dos desempregados, no trabalho precarizado, no trabalho informal, pelo próprio fato de no Brasil a pobreza ter cara de mulher, por tudo isso, serão elas as mais atingidas com o sucateamento da Previdência Pública e a sua conseqüente privatização. Hoje, o objetivo principal da luta dos trabalhadores/as aposentados é estancar a onda privatizante que vem assolando o país, na qual a Previdência Social Pública figura como um dos alvos. O questionamento é o seguinte: qual será o futuro, principalmente das mulheres pobres, na ausência de um sistema de seguridade social público para garantir-lhes uma velhice digna? Ao que parece, nem mesmo as mulheres sindicalistas atentaram para esse futuro que nos acena obscuro, se consolidada a reforma do sistema de seguridade social do presente.

Do mesmo modo que a geração das militantes do “novo sindicalismo” trouxe para o espaço sindical, através do questionamento e renegociações, a possibilidade de novos arranjos organizacionais, nos quais se incluem algumas das necessidades da mulher trabalhadora, ela pode levar para o mesmo campo a ampliação de suas demandas em relação à Previdência Social Pública numa dimensão de Seguridade Social.

2.1. O assistencialismo na imagem de mulher



Coral da ASAP/CAP

Eu organizei um departamento de assistência domiciliar. Quando um velho adoecia, nós íamos a casa dele, víamos o que ele estava precisando e quando voltávamos de lá era para providenciar o dinheiro dessa caixinha para comprar colchão, lençol, remédio.(...) reunia a minha diretoria e dizia: olhem lá! Nós temos que mandar uma cesta básica pra fulano. (Aldina Maria Carraro – 16.03.02)

A observação e as falas dos agentes do movimento dos aposentados e pensionistas na Bahia indicam que a participação das mulheres nesse movimento não se caracteriza pela combatividade que marca a luta política do mesmo. Elas trazem os tons suaves do assistencialismo.

O assistencialismo no movimento dos trabalhadores/as no Brasil ganha expressão no contexto das transformações do Estado em 1930, decorrentes da mudança no eixo da economia - centrada, até então, em bases agrário-exportadoras - provocado pela intensificação do processo de industrialização. (TROYANO, 1978)

Naquele momento nenhuma classe ou camada social isolada dispunha de condições para impor-se sobre as demais no exercício hegemônico do poder, emergindo

dessa situação a política do Estado varguista de articulação do pacto social, baseado na tentativa de “colaboração” entre capital e trabalho. O Estado brasileiro, então, incentiva o fortalecimento de uma política desenvolvimentista voltada para os interesses da burguesia industrial emergente, ainda que se mostre como se estivesse acima dos interesses de classe. (Idem)

Essa política de pacto social e de colaboração entre capital e trabalho traz no seu bojo os principais fundamentos da legislação para o movimento operário, de caráter intervencionista e controlador, como forma de conter o potencial revolucionário do operariado industrial, que embora numericamente reduzido e frágil do ponto de vista organizacional, apresenta-se potencialmente capaz de pressionar a sociedade. Tanto é que muitas das vantagens trazidas pela legislação de 1930 já haviam sido conquistadas por aquelas categorias profissionais mais combativas vinculadas aos setores mais dinâmicos da economia, em função das suas reivindicações de forma articulada. (Idem)

O contexto criado pela ascensão do fascismo a nível mundial e seus reflexos no desdobramento da crise interna do bloco dominante, a derrota dos setores progressistas organizados na Aliança Nacional Libertadora-ANL e a própria fragilidade decorrente da inexperiência da classe operária em fase de formação, facilitaram a imposição, pelo Estado, de uma organização dos trabalhadores/as dentro dos limites de uma estrutura sindical baseada na prestação de serviços assistenciais e colocação de mão-de-obra que se constituíam como necessários, ainda que de forma indireta, para impulsionar o desenvolvimento industrial, condição fundamental para a reprodução do capital. A saúde do trabalhador/a é evocada nos pronunciamentos oficiais da época como condição essencial da produtividade, elemento chave para acelerar o desenvolvimento econômico. (Idem)

A doutrina da “harmonia social” e da “colaboração entre as classes” embutidas nas diretrizes da política de pacto social permite, pois, compreender o impasse do movimento sindical, naquele período, que de poderoso instrumento de defesa dos interesses da classe trabalhadora constitui-se quase como mera extensão dos órgãos assistenciais e jurídicos do Estado. A ação política reivindicativa no sentido da conquista de direitos e emancipação, enquanto classe, cede lugar a mecanismos eficientes para manter os trabalhadores presos aos estreitos limites de ação permitidos pela legislação. O atrelamento do sindicato ao Estado, e a conseqüente perda de

autonomia de organização e liberdade de ação, dificulta o livre desenvolvimento da ação política do operariado, transformando o sindicato num instrumento de ação governamental de controle da classe operária, voltando, em grande parte, o eixo de sua ação a mero atendimento assistencialista, confundindo-se em seu papel com os órgãos do Estado. (Idem)

O assistencialismo constitui-se como a principal atividade que marca o sindicalismo de Estado implantado na década de 1930, cujos recursos oriundos do imposto sindical - atualmente denominado Contribuição Sindical, instituído na década de 1940, correspondente ao desconto de um dia de trabalho, no mês de março, de todos os trabalhadores das diferentes categorias - fornece o alicerce necessário à manutenção desses serviços. Essa contribuição compulsória, naquele momento, garantia os recursos materiais independente da relação entre a eficácia da atuação política das direções sindicais e a receita oriunda da contribuição dos associados e mantinha os sindicatos dependentes do Estado, na medida em que são sustentados por uma norma jurídica que obriga todo trabalhador/a a contribuir. (BOITO, 1991a)

Sendo assim, a relação sindicato-trabalhador no sindicalismo de Estado é frouxa e distante, vez que suas modalidades de ação e conseqüente representação sindical sustentadas pela “ideologia da legalidade sindical” prescindem da luta pela ampliação e organização consistentes do quadro associativo e o imposto sindical pode cumprir papel nesse sentido, de modo a configurar um sindicato com pouca organização e militância dos trabalhadores/as.

Uma vez que, no sindicalismo de Estado, a luta política deixa de se constituir como prática indispensável na organização dos sindicatos, urge criar outros mecanismos que possam sustentar a estrutura sindical. A contribuição sindical surge, assim, para viabilizar essa estrutura, que até então era sustentada pelas contribuições voluntárias dos trabalhadores/as, cuja motivação para tal dependia da eficácia da atuação política dos seus dirigentes, o que lhes conferia na prática a legitimidade de representação junto às bases. (Idem).

Esta concepção assistencialista migra do movimento sindical para o movimento dos aposentados/as e pensionistas, visto que este se constitui numa continuidade daquele. Ao desenvolver sobre a tipologia das associações de aposentados e pensionistas do estado de São Paulo, Simões (2000 a) trabalha a questão do

assistencialismo nessas organizações. Baseado em classificação “nativa”, o autor desenvolve a caracterização de quatro tipos dessas associações, demonstrando que o assistencialismo é uma prática recorrente em todas elas. No entanto, alguns dos próprios aposentados militantes, expressam em suas falas transcritas por Simões, distinções/oposições entre essas organizações, conforme o expediente assistencialista seja utilizado como um fim em si mesmo, ou como instrumento a serviço da conscientização política e mobilização, no sentido da transformação das condições sociais mais amplas existentes no país e o respeito à cidadania, principais funções do movimento na visão desses militantes.

Aqui em Salvador, observou-se no movimento dos aposentados/as, sob a influência da COBAP, que o assistencialismo está mais impregnado na consciência das mulheres que o compõem, do que na consciência dos homens; nada mais compreensível se considerarmos os papéis definidos para as mulheres pelas relações de gênero na sociedade.

As mulheres que participam desse movimento, em sua maioria, justificam ter buscado essa atividade como uma forma de preencher o tempo livre de que dispõem, como uma forma de “ajudar como voluntária”, ou na expectativa de vantagens, mas quase nunca apresentam a luta política como motivação para a sua presença. Os homens não falam em ajuda nesse sentido, sempre se referem à questão política. Vamos ouvir as vozes dos entrevistados/as:

Agora eu sou voluntária, eu ajudo na Associação dos Aposentados e Pensionistas. (...) Eu me dediquei como voluntária. E... Também a associação é pobre. A gente está fazendo um esforço danado para terminar aquela casa. Então eu não vou cobrar nada. Sou voluntária mesmo! Desde quando eu fui... Eu fazia carteirinha, atendia as pessoas que iam lá procurar os chamados “espelhos”. A gente distribuía e organizava tudo direitinho. Depois que o rapaz que fazia a cobrança saiu eu fiquei no lugar dele. (Alaíde - 15/10/01)

Eu vim para o movimento em função de um ideal, pra defender nossos direitos que estão muito vilipendiados, mas é preciso que este movimento ganhe todo o Brasil... (Augusto Costa Andrade 73 anos 06.08.02)

Eu sou um lutador. Estou aqui pra defender a Previdência Social, pra não ser privatizada. Participei do movimento pelos 147% e nós ganhamos. Por isso acredito no movimento. (João da Silva - 84 anos 06.08.02).

Rivalda (65 anos) revela uma visão populista do movimento, ao afirmar que se associou esperando que a luta que os outros fazem lhe traga vantagens, não do ponto de vista da melhoria das políticas do Estado no espírito universalizante, mas no sentido da assistência restrita apenas aos associados da ASAPREV- Ba:

Eu me associei porque espero que tenha alguma vantagem, mas até o momento não teve... Mas como disseram que quando terminar a casa vai ter médico e tudo isso... Porque o plano de saúde que eu pago vai meu dinheirinho todo. O custo de vida é muito caro... é por isso também que eu fico, pra quando tiver um movimento inclusive de salário eu já sou sócia, eu também quero ter direito.

Como já foi mencionado acima, constatou-se que as mulheres estão em minoria significativa no movimento dos aposentados/as e pensionistas na Bahia e quando uma ou outra assume uma função na diretoria das entidades figuram aí, quase sempre, com a marca da concepção assistencialista. E quando a diretoria de uma entidade é composta por mulheres em sua maioria, toda ela é pautada no assistencialismo e no lazer, desde a sua origem.

Bom, aqui a gente absorve os servidores do Ministério da Previdência e do Ministério da Saúde. E nós não começamos como associação, não. Nós começamos como um clube. A gente pensou a princípio num Clube de Lazer... (...) aí eu comecei a me perguntar porque a pessoa após a aposentadoria falecia quase imediato? Na hora que ele ia colher o prêmio recebido pelo serviço prestado a sociedade, em pouco tempo ele morria? Descobri que é um processo de depressão. A partir daí...(pausa) como é que eu vou tirar meus colegas disso? Eu pensei: só pode ser através do lazer. Foi aí que eu disse: a gente vai formar um Clubinho, a gente vai fazer festa, comemorar aniversário, a gente vai viajar, porque o meu sonho era viajar... e aí fizemos o Clubinho. Só que este clubinho tem uma história muito bonita que é hoje esta Associação que vai fazer 10 anos agora no dia 30 de outubro. (Marina - 64 anos -09.05.02 ASAP/CAP).

A ASAP/CAP – Associação dos Servidores Aposentados e Pensionistas da Previdência Federal na Bahia/Casa dos Aposentados e Pensionistas é uma associação dirigida por mulheres em várias gestões, porque os atuais aposentados dessa categoria são em sua maioria mulheres, visto que os Ministérios da Previdência e da Saúde absorviam mão-de-obra, principalmente naquelas profissões definidas como femininas, dentro do modelo cultural estabelecido no processo das relações de gênero na

sociedade: atividades relacionadas ao cuidar e ao servir, como assistentes sociais, enfermeiras, e atendentes de saúde.

Para os homens, no entanto, as atividades de assistência devem ser desenvolvidas, visando, principalmente, atrair os aposentados para a luta política em defesa da Previdência Social Pública, mas sem perder de vista que a assistência é um dever do Estado.

(...) Tentar botar médico, lazer etc. vai ajudar o aposentado, mas de forma paliativa, mas é bom, não só porque minora as dificuldades deles, mas também porque atrai mais os aposentados e fortalece o movimento político. (Waldivino Santos - 73 anos. 15.06.02).

Eu acredito que o movimento vai reerguer na Bahia, ainda mais quando a Casa do Aposentado montar um gabinete dentário, um consultório médico, para atender os associados, além de promover atividades recreativas. Esta é uma maneira de atrair mais os aposentados que dependem do mau atendimento do SUS e envolvê-los na luta política do movimento. É preciso estas atividades assistencialistas, porque nós pobres não contamos com a promoção do Estado neste sentido. (Durval - 65 anos 06. 05.03).

No movimento dos aposentados/as na Bahia as mulheres pouco atentam para a dimensão política reivindicativa junto aos poderes instituídos; quando muito avançam, desenvolvem atividades denominadas por elas de “política de cidadania e qualidade de vida”. No entanto, a visão de cidadania defendida por elas não incorpora o que ficou esclarecido nos debates da década de 80 no bojo da redemocratização do país em que a cidadania deve ser entendida “não apenas como acesso a direitos, mas como a capacidade dos indivíduos de participar na organização do Estado e da sociedade, contribuindo na elaboração de políticas públicas capazes de concretizarem os direitos formais”.(BARSTED, 1994).

(...) A gente começou a desenvolver, não só trabalho de lazer, mas também um trabalho de “cidadania”, que é mostrar que eles tinham que reivindicar direitos, que eles tinham que chegar nos recursos humanos e exigir ser bem tratados, ser bem tratados no ônibus, dentro dos bancos, na própria família, serem respeitados como uma pessoa da 3ª idade e fazer valer a Constituição. (Marina).

Marina continua expondo as atividades da associação, revelando a incorporação da ideologia da velhice ativa muito em moda na atualidade e incentivada pelos gestores

das políticas assistenciais destinadas à velhice, mas, sobretudo, pelos setores vinculados ao turismo, visto que o segmento de aposentados de classe média constitui um filão mercadológico significativo.

(...) Agora nós estamos com um projeto mais abrangente, além da gente trabalhar a cidadania a gente está trabalhando, também a qualidade de vida. (...) Nós instituímos um projeto chamado PSTI (Programa da Saúde Total do Idoso). Então tudo que envolver a qualidade de vida como um todo. A gente está vendo o homem total. (...) Montamos as nossas oficinas, (...) a gente tem o trabalho cultural, tem lazer, tem teatro, dança, quem gosta de pintar, quem gosta de ler tem leitura. É de acordo com as características, a personalidade de cada um (...) e quanto mais eles solicitam a Associação corre atrás. (...) Hoje em dia a gente já está com um projeto trabalhando as famílias com relação às drogas. Os jovens, os netos, bisnetos. Temos problemas com noras, genros, filhos. Por isso começamos trabalhar a família, porque problemas familiares têm uma influência muito grande na qualidade de vida deles. Problemas de Ministério Público, Justiça, Polícia. Fazemos tudo para que eles possam ter uma vida mais tranqüila. (...) Nós já tivemos casos de cativo aqui: põe no abrigo de idoso e fica com o dinheiro dele. (...) Nós temos um setor jurídico que tem tido muito trabalho com isso. Temos aqui um grupo interdisciplinar de profissionais: enfermeiro, nutricionista, assistente social, médico e advogado.

Outra observação que merece destaque refere-se à trajetória, no movimento dos aposentados na Bahia, de Aldina Carraro, que foi presidente da FEASAPEB. Na entrevista já citada, ela revela a busca de vantagens pessoais que a levou ao movimento, bem como sua concepção de movimento conforme o modelo assistencialista.

Eu descobri que eu tinha direito ao SESI que é vinculado à indústria e meus filhos precisando fazer dança e essas coisas que eu queria. Na entrevista com a assistente social ela disse: para seus filhos se matriculem a senhora tem que freqüentar o Centro de Convivência de Aposentados e Pensionistas - CECAP que nós temos aqui. Eu fui como pensionista e passei a freqüentar o grupo. (...) No SESI fui presidente do grupo de Aposentados e Pensionistas de Caminho de Areia. (...) o que foi que eu fiz? Montei uma cozinha e os velhinhos, os aposentados iam pra lá, tinham merenda, jogavam dominó, dama e todos os tipos de jogos eu consegui. Passavam o dia todo lá. Tinha muitos velhinhos, coitados, que o que comiam no dia era o que comiam lá. Chegavam, tinha café com biscoito e o mingau. À tarde tinha de novo merenda. Eles passavam o dia todo e era tudo o que eles comiam.

A submissão à ideologia que sustenta o assistencialismo no movimento dos trabalhadores/as, como já discutido anteriormente, contribuiu, dentre outros fatores, de forma significativa para o desgaste de Aldina junto aos seus pares na direção da entidade, cuja história é marcada por uma visão mobilizadora e de confronto com as políticas oficiais do governo. É essa divergência ideológica que ela explicita quando afirma: “... eu não aceitei as regras do jogo, porque eu não lia na cartilha deles”.

(...) se você for numa reunião da Federação você só ouve xingamento contra o governo. Então você está com tudo na mão, ela chega toda hora lhe xingando, você vai dar a ela o que? Vai facilitar? Não pode facilitar nada! (...) Eu acho que o movimento dos aposentados tem de ter uma outra visão, não a atual. Qual? Não ir de encontro a nenhum partido e lutar pelos seus ideais. Como? Fazendo, mostrando através da Constituição, através das leis que não estão sendo cumpridas... (...) a COBAP ela luta muito. Estou dizendo porque eu acompanhei, mas tem esse pecado de ser radical em relação ao partido... (...) O Sindicato Nacional dos Aposentados da Força Sindical tem ligação com os partidos do governo porque eles ajudam. Aquilo que eu disse: se não pode pegar o bolo todo pega uma fatia. Eles estão tendo mais vantagem do que a COBAP. Esse Sindicato que foi fundado agora recente está angariando mais coisas do que a COBAP, porque eles estão se contentando com a fatia e a COBAP, não. A COBAP é muito radical, não quer nada com o governo. (...) Antônio Carlos, presidente do Sindicato Nacional dos Aposentados, conseguiu tanta coisa para a Federação dele lá de São Paulo que você nem imagina: cesta básica, cesta médica... eu fui taxada de maluca quando fui fazer um convênio aqui na Bahia com as clínicas médicas para os aposentados. O pessoal lá de São Paulo fez convênio com vários laboratórios. Pegam direto dos laboratórios os remédios para os aposentados com uma diferença estúpida. É um trabalho que todas as Federações dos Aposentados nos Estados devem fazer, já que não podemos... O governo não dá. (Aldina - 19.03.02).

A identidade de gênero, construída em toda sua trajetória de vida condicionada aos papéis estabelecidos pelo modelo social que define o ser mulher e o ser homem, marcou tão significativamente o comportamento das mulheres dessa geração, que mesmo quando após a aposentadoria elas escolhem atuar no espaço público da luta política, não conseguem imprimir, na prática, uma ruptura mais profunda com essas representações tradicionais de gênero, imbricadas nas representações de geração e

classe social, significadas pela moral característica das classes populares e médias que vão se reproduzindo no processo da luta que forma o conjunto da classe trabalhadora.

Diante dessa situação, e para que se assuma a equidade de gênero como estratégia política no movimento dos aposentados/as e pensionistas, ter-se-ia de investir em mudanças na sua cultura organizacional. Nesse sentido, seria essencial pensar tanto táticas quanto estratégias que favoreçam a criação de condições para que questionamentos sobre as atuais regras e práticas de gênero sejam articulados e levados adiante, num processo de construção de empoderamento das mulheres que estão, diretamente envolvidas nesse movimento, na medida em que os homens são os criadores e beneficiários diretos dessas regras. Assim, as propostas de criação, mudança e viabilização das políticas públicas de proteção social passariam a ter maior possibilidade de serem formuladas e defendidas, por meio da luta política, numa perspectiva de gênero, fundada no reconhecimento de que homens e mulheres são constrangidos de maneira desigual tanto no processo produtivo quanto reprodutivo da sociedade e, conseqüentemente, terão necessidades e prioridades diferenciadas em relação à Seguridade Social.

A discussão do próximo capítulo mostra os meandros da luta dos trabalhadores/as no contexto da inserção diferenciada de homens e mulheres no processo de industrialização, atravessado pelo conflito inter e intrageracional sob o impacto da nova reestruturação da produção, no cenário do avanço das políticas neoliberais.

CAPÍTULO 3

E OS CABELOS BRANCOS VÃO AFUNDANDO NA ONDA NEOLIBERAL

A categoria dos Aposentados se insere no contingente cada vez mais numeroso de idosos no País que ensejou, a partir da década de 80, visibilidade social crescente em decorrência da participação, com alto grau de organização, das Associações, Federações e Confederação dos Aposentados e Pensionistas no curso da elaboração da Constituição de 88, que culminou com o notável espetáculo nas ruas e praças de todo o país, de idosos/as protestando contra a correção do valor das aposentadorias proposta pelo Governo Collor, a conhecida “mobilização pelos 147%”. Vale ressaltar que a demanda inicial dessa mobilização era restrita àqueles aposentados cujos benefícios eram superiores a um salário mínimo, correspondente a cerca de $\frac{1}{4}$ do total dos segurados; a conquista dessa reivindicação beneficiaria, apenas, uma pequena parcela da “categoria” dos aposentados não incluindo a maioria, justamente aqueles que se encontravam em pior situação em termos do valor dos benefícios recebidos. No entanto, a mobilização ganhou força e envolveu os idosos e a população em geral, ocupando as manchetes de toda a imprensa nacional e o que seria a luta pela correção do valor dos proventos dos aposentados no mesmo nível da correção salarial dos trabalhadores da ativa, transformou-se num imenso protesto contra a situação de pobreza e sofrimento em que vive a população de mais idade no país. (SIMÕES, 1997, 2000 a).

3.1. Aposentados & velhas lutas: gerações trabalhadoras e conflitos em tempos de novas tecnologias.

A perspectiva de defender a Previdência Social Pública da onda privatizante, a fim de garantir melhor qualidade de vida aos velhos trabalhadores/as brasileiros, polariza, hoje, o eixo da luta dos aposentados/as e pensionistas na Bahia e no Brasil. Considerando o movimento dos aposentados/as e pensionistas como uma especificidade no interior do movimento dos trabalhadores/as em geral, podemos interpretar esse processo nos marcos do conflito entre estes e o Estado, numa dimensão da luta de classes entrelaçada ao conflito entre gerações de novos e velhos trabalhadores/as,

suscitado pela lógica do campo sindical. A realidade e os efeitos sociais previstos e imprevistos resultantes da atuação no interior do campo sindical se definem e se redefinem por meio da luta entre interesses distintos, em função das diferentes posições assumidas e do *habitus* dos seus ocupantes. (BOURDIEU, 1989)

Os conflitos entre essas gerações nada mais são do que consequência dos enfrentamentos entre diferentes *habitus*, atualização da história feita coisa pela história feita corpo, (Idem) isto é, imposição, no campo sindical, de diferentes práticas e visões em relação à Previdência Social Pública. A sustentação desse campo reside na luta inter e intrageracional que se destina a conservar ou aumentar o capital específico que cada geração ou grupo detém, no que tange à maior ou menor possibilidade de expressar em suas concepções político-ideológicas os anseios dos trabalhadores/as, adquirindo ou mantendo maior reconhecimento destes, e desse modo, conservar ou melhorar a sua posição em relação ao controle do campo.

A partir da análise das observações realizadas e da comparação de depoimentos sobre as práticas políticas desses dois segmentos da classe trabalhadora, consideramos importante discutir uma dimensão fundamental na estruturação dos esquemas mentais dos sujeitos desta pesquisa, o contexto sócio-econômico e político-cultural em que se deu a participação dos mesmos no campo sindical.

A formação da classe trabalhadora com suas especificidades de trajetórias geracionais, decorrentes, principalmente, da participação sindical e política e socialização profissional nos diferentes regimes, - populista, militar e democrático³⁰, da constituição do sistema de proteção social no Brasil, da instituição de novas tecnologias e, conseqüentemente, novas formas de gestão da produção,³¹ reflete-se nas diferentes concepções em disputa no sindicalismo brasileiro e deve ser entendida no contexto da estruturação da sociedade industrial no Brasil, levando-se em conta as características específicas do subdesenvolvimento e da industrialização tardia. Tema que tratarei a seguir.

Nos primórdios da organização da luta dos trabalhadores/as brasileiros o Estado procurou controlar o movimento destes, como ilustra a presença do então Presidente da República Hermes da Fonseca como presidente de honra do “Congresso Operário” de

³⁰ Para melhor entendimento deste tema ver PESSANHA e MOREL, 1991.

³¹ Ver GRUN, 1999 sobre as conseqüências das novas formas de gestão da produção para as relações intergeracionais.

1912. Data deste período o surgimento de uma tendência, no sindicalismo brasileiro, caracterizada pela prática de conciliação com o Estado, num confronto direto com os anarco-sindicalistas e os comunistas, correntes em destaque no movimento sindical de então. Os anarquistas e comunistas lançaram sobre os sindicalistas de tendência governista a denominação de “sindicalistas amarelos” e os sindicatos por estes dirigidos lançaram as bases do sindicalismo posteriormente conhecido como “pelego”, assim estigmatizado em função de sua aliança com o governo e os patrões, expressão da política de conciliação de classes. (ANTUNES, 1984) Essa corrente ideológica encontrou na ditadura do Estado Novo e no Regime Militar pós - 64 as condições objetivas que a permitiram experimentar seus períodos áureos no movimento sindical no Brasil.

Como visto, o peleguismo é um fenômeno antigo no sindicalismo brasileiro e significa a influência dos patrões e do governo no movimento operário. Os dirigentes denominados “pelegos”³² constituem uma massa burocratizada, para os quais o sindicato tem como função apenas o de prestar assistência social aos associados/as, em substituição ao Estado, e de mediador legal das relações entre o capital e o trabalho. São agentes dos patrões e do governo no movimento dos trabalhadores/as. (RUY, 1988)

Os progressos no campo da técnica, que já se encontram à disposição das indústrias brasileiras, a partir da década de 1930, permitem a absorção de uma mão-de-obra não-qualificada, originária do setor agrícola em relativa estagnação, objeto de um treinamento aligeirado para o trabalho fabril, e sem vivência de vida política e associativa que a dispusesse a incorporar as preocupações do velho movimento operário. O contingente desses trabalhadores, diferentemente do ocorrido nas fases iniciais da industrialização, supera em muito a capacidade de absorção do parque industrial. Desse modo, os empresários contam, então, com um enorme exército industrial de reserva que pressiona, de um modo geral, os salários para baixo. A impossibilidade da incorporação rápida dessas novas camadas de trabalhadores, face ao baixo nível educacional e profissional, a inexperiência política e os valores tradicionais que as caracterizam, em função de sua origem agrícola, torna extremamente difícil para

³² A palavra pelego é usada no movimento sindical para significar “amortecedor” dos conflitos entre classes antagônicas, em analogia à pele de carneiro com lã, assim denominada que é usada entre a sela e o dorso dos cavalos para reduzir o atrito entre ambos e não ferir o animal.

os sindicatos manterem, com êxito, uma política reivindicativa ofensiva. (RODRIGUES, 1966, 1970; RAMALHO, 1989; PESSANHA&MOREL, 1991).

Durante todo o Estado Novo, foi-se constituindo um corpo de dirigentes sindicais moldado sob as leis trabalhistas instituídas por Getúlio Vargas. No bojo dessas leis que redefinem as relações entre o Estado e a classe trabalhadora na sociedade brasileira, foi promulgada a lei de sindicalização, em 1931, que se fundamenta no sindicato único por ramo produtivo e por região, na intervenção direta do Estado no funcionamento interno dos sindicatos, por meio do Ministério do Trabalho, na contribuição compulsória controlada pelo Estado – o imposto sindical – enfim, a regulação das relações entre capital e trabalho sob o controle total do Estado.(ARAÚJO, 1998 apud Blass, 1999; ANTUNES, 1984).

A classe trabalhadora, nessa nova situação, composta por uma massa operária com baixo nível educacional e profissional, em sua maioria, não dispõe de um peso social significativo que lhe oferecesse condições para uma pressão eleitoral e política por meio de partidos operários de massa. Essa nova geração de trabalhadores, sem condições de arregimentar um poderoso partido da classe para o enfrentamento direto com o empresariado, torna-se presa fácil do populismo no campo político e da proteção do Estado no plano das relações de trabalho. (RODRIGUES, 1966).

Esta situação foi facilitada pelo vazio político e ideológico após o declínio do anarco-sindicalismo, cujo lugar não foi inteiramente ocupado pela concepção marxista divulgada, até então, pelo Partido Comunista do Brasil – P.C.B. Desse modo, as transformações ocorridas no sistema sócio-econômico e político-cultural, nesse período, trazem em seu bojo uma geração de trabalhadores/as conformada em um novo perfil. Perfil este, marcado, em função de sua origem agrária, por uma cultura política de forte relação com o Estado, baseada na visão de garantia de direitos respaldados numa legislação apoiada pelo governo, aliada à forte repressão que se abateu sobre os movimentos de esquerda, durante o Estado Novo. Embora os grupos de esquerda denunciassessem o paternalismo desse período getulista que colocou o movimento sindical sob severo controle, a legislação trabalhista trouxe um forte apelo populista, na medida em que atendia às aspirações desse novo segmento do proletariado, que trazia a história da passividade política do ambiente rural, incorporada em suas disposições sob a forma do *habitus*, que se defrontava com as condições de atualização do mundo urbano,

diferentes daquelas em que foram produzidas (BOURDIEU, 2001 a). Nesse sentido, as ideologias socialistas apareciam a esses trabalhadores como algo abstrato, muito distante, quase impossível de serem alcançadas, ao passo que o populismo se adequava melhor ao sistema de valores e aos componentes psico-sociais estruturados pelas condições objetivas características do mundo dedicado às atividades agrícolas. (RODRIGUES, 1966 e 1970).

Ao referir-se a esse período o Sr. Israel Ferreira dos Santos, (82 anos) ex-militante do Partido Comunista do Brasil – PCB, ex-diretor do Sindicato dos Comerciários, dirigente fundador da ASAPREV-Ba, em entrevista realizada em 15.07.2003, ilustra esse perfil da classe trabalhadora:

O sindicato (referindo-se ao Sindicato dos Comerciários) sempre foi como muitos hoje - pelegos, deixando de ser pelos interesses do trabalhador, da classe operária para ser levado pelos interesses pessoais. Desde aquele tempo que eu era sindicalista já era assim, mas a minha posição era diferente, porque o meu pensamento era outro, eu era revolucionário (soletrado com ênfase) e a maioria não. (...) porque a política principalmente a operária se não tem um esclarecimento devido sempre se coloca a serviço da classe dominante, nunca ao lado dos trabalhadores para lutar desesperadamente por suas reivindicações. (...) aqui na Bahia nós fomos muito poucos, muito poucos de atividade mesmo revolucionária.

Depois de 1945, com a queda do Estado Novo, com o impulso industrial da década de 50, e o arrefecimento do controle do Ministério do Trabalho sobre os sindicatos, o movimento sindical entra numa fase de reativação, tendo em vista a crise do modelo de gestão do aparelho sindical oficial da ditadura Vargasista em 1945-1947, no curso do processo de democratização do Estado, e ação das lideranças sindicais comunistas, até então afastadas dos sindicatos oficiais e parte das lideranças trabalhistas. Nessa conjuntura os comunistas disputaram com outras tendências a direção dos sindicatos e lograram influência naqueles mais importantes, na medida em que a burocracia sindical constituída no Estado Novo foi sendo obrigada a afastar-se ou a tornar-se mais adaptada às novas condições e menos aliada aos interesses patronais, (BOITO, 1991b; RODRIGUES, 1966; PESSANHA&MOREL, 1991).

Nesse período de ressurgimento do movimento sindical, a classe operária brasileira encontra-se ainda em formação e os governos populistas em ascensão. Não se verifica modificação da estrutura sindical brasileira, e é mantida a mesma criada no

Estado Novo, em que as organizações dos trabalhadores/as continuam como instituições vinculadas ao Estado e garantidas por ele, apesar dos esforços dos sindicatos, na tentativa de romper com a estrutura sindical oficial com relativo sucesso.(RODRIGUES, 1966; BOITO, 1991a e 1991b).

Depois da Segunda Guerra Mundial, a emergência das indústrias siderúrgicas, petrolíferas, químicas, farmacêuticas, automobilísticas, de autopeças, e eletrônicas, estas últimas no final da década de 50, superou em importância, no conjunto da economia brasileira, em número de empregados e em valor de produção, os ramos industriais mais próximos do trabalho artesanal.(RODRIGUES, 1966) Essas novas condições estruturais foram determinantes para o surgimento de uma geração operária com novas disposições, de acordo com a “lei que define as relações entre as estruturas, o *habitus* e a prática segundo a qual as aspirações subjetivas tendem a ajustar-se às oportunidades objetivas” (BOURDIEU, 2001/b), condicionando, assim, os comportamentos, aspirações e valores dessa geração trabalhadora, diferenciados da anterior. Essa nova geração deslocou ainda mais a camada operária semi-artesanal para posições inferiores e minoritárias no interior do campo sindical, que tende a produzir suas normas em obediência à lei fundamental da concorrência pelo reconhecimento, dessa ou daquela corrente sindical em disputa, concedido pelas massas trabalhadoras. (Idem).

No que tange à organização sindical, os comunistas conquistaram posições destacadas nos setores mais politizados do novo proletariado, imprimindo derrotas às velhas burocracias do Estado Novo, de tal modo, que pode-se dizer que em 1964, no final do governo Goulart, os velhos pelegos estavam praticamente fora dos sindicatos, garantindo apenas alguns postos nas federações. Os comunistas constituem-se numa das correntes mais importantes do movimento sindical, em função da sua maior disciplina e organização e de uma nova orientação tática, no sentido de atuar por dentro dos sindicatos oficiais, tendo como um dos objetivos conseguir romper com a estrutura sindical atrelada ao Estado, por meio da criação de organismos autônomos, como a organização de comissões no interior das fábricas. Em grande medida, essa proposta viabilizou-se na prática, principalmente nos setores estatais e da grande indústria, como demonstram os estudos mais recentes³³ e outra fala do Sr. Israel, já citado neste

³³ Há uma vasta bibliografia a respeito da ação dos comunistas no pré-64 no sentido da liberdade e autonomia sindical, bem como sobre o “novo sindicalismo”. Pode-se consultar, entre outros: Rodrigues, 1999; Ramalho, 1989; Santana, 1999; Pessanha & Morel, 1991; Antunes, 1991 e 1984 dentre outros.

trabalho, que sob o peso dos seus 82 anos não deixa de expressar com entusiasmo as atividades dos comunistas:

O partido comunista foi um Partido de respeito, de consideração, valente. (pausa) Companheiros valentes! (pausa) Mesmo no movimento sindical o Partido sempre foi valente, sempre foi! As decisões que a gente tomava, ou era ou não era. (...) a gente saía pra fazer comícios nas portas das fábricas... (pausa) nas portas... (nova pausa) isso é que era movimento! (...) Eu passava noites e noites pintando rua, fazendo comícios...

Nesse contexto, no qual a industrialização ganhou proeminência no sentido de garantir à nação independência econômica e soberania, e o desenvolvimentismo consolida-se como ideologia nacional, os comunistas vislumbram a possibilidade de viabilização de aspectos do seu programa realizável a curto prazo. As reformas estruturais apresentadas em termos de justiça social, como o sentimento das camadas proletárias, e que implicam na aceção de desenvolvimento não só do ponto de vista do crescimento econômico, passaram a ser adotadas por outros grupos políticos, porém, numa ótica diferente daquela do programa comunista. (RODRIGUES, 1966).

Na opinião desse autor, o P.C.B – Partido Comunista do Brasil obriga-se, nesta conjuntura, a selar uma aliança com os nacionalistas e trabalhistas como alternativa para não se isolar, enquanto força política, e não sofrer um processo de esvaziamento, na medida em que parte de suas teses estava sendo apropriada por outros grupos de esquerda e parcelas dos estratos superiores. Neste contexto desfavorável para sustentar a temática da luta de classes e da expropriação do capital privado ante a força ideológica do nacionalismo-desenvolvimentista, na qual se assenta a proposta de modernização da sociedade brasileira, a classe operária que nele se forma, com grandes contingentes de baixo nível de qualificação profissional e educacional, em grande medida, não entra em contato com as ideologias revolucionárias de caráter socialista. A influência dos comunistas na estrutura sindical não deu conta da mobilização do proletariado ou seus setores mais organizados no sentido de uma orientação mais radical que se opusesse à sociedade capitalista, baseada na intensificação dos antagonismos sociais. O Sr. Gilson Costa de Oliveira em entrevista realizada no dia dezoito de Julho de 2003 expressa a não correspondência entre a influência política de certa expressão dos comunistas nos movimentos sociais e sua base organizativa com acentuada debilidade “(...) Existia uma coisa interessante: militante mesmo tinha pouco, era alguns operários e poucos

intelectuais...” Já o Sr Israel, citado anteriormente, falando da participação dos trabalhadores, expõe contradição similar em relação à força política dos sindicatos e seu contingente efetivo de filiados, “(...) porque a grande maioria dos trabalhadores da ativa não pertencia ao sindicato, não era filiado, não queria. Dizia: ‘ah! Não vale nada essa coisa’...” Esse descompasso deixou aberto o espaço, do ponto de vista ideológico, e pode explicar o fato da incorporação da ideologia populista no processo de formação dos trabalhadores brasileiros desse período.

Ramalho (1989) refere-se à atuação dos operários comunistas na FNM no final da década de 50, no Rio de Janeiro, e mostra que, com a orientação do P.C.B diante da conjuntura nacional, no sentido de mobilizar os trabalhadores/as para a defesa dos interesses nacionais contra o capital estrangeiro, inevitável naquela conjuntura, e por imposição desta, principalmente nos últimos tempos do pré-64, a polarização política da época ganhou espaço no movimento sindical. Para o mesmo autor, ao ser extremamente enfocada a problemática política geral, de grandes temas da conjuntura nacional, comprometeu-se a eficácia política sobre os operários com nível de qualificação profissional, de escolaridade e, conseqüentemente, de participação sindical muito baixa, vez que esta camada não considera a atividade política como um instrumento de luta para consecução de suas demandas e perdeu-se a perspectiva de um trabalho sindical que levasse em conta uma organização de mais longo prazo. Mais uma vez a fala do Sr. Israel, na mesma entrevista já citada, vem corroborar essa idéia: “... mas não soubemos criar organizações permanentes pra defender os interesses da classe operária, de criar, de estender, de fazer crescer...”.

Nesse período, a bandeira do nacionalismo contra o capital estrangeiro passou a ser uma das bandeiras das lideranças do movimento sindical e também do governo Goulart. O governo, ao ser derrotado na tentativa de consolidar uma base própria de atuação no meio operário, não teve outra saída senão negociar com os comunistas e outras correntes de esquerda que dominavam as organizações sindicais. Os dirigentes sindicais entendiam ser possível criar, naquele momento, as condições para o avanço na direção de uma sociedade menos desigual, a partir das reformas estruturais e institucionais contidas na proposta política do governo, embora os comunistas não alimentassem ilusões sobre a posição política de Goulart:

“(…) João Goulart? João Goulart era outro, ele queria puxar a sardinha era pra suas brasas. Ele queria era que a classe operária ajudasse a ele a manter o seu apogeu de mandatário. Ele nunca foi uma pessoa, um homem de luta, de ir pra rua, ele sempre aproveitou... (pausa)” (Sr.Israel).

No entanto, diferentemente do que expressaram as críticas posteriores à atuação política dos sindicalistas desse período, estes não descuidaram das ações sindicais precípuas, aliaram a atuação estritamente política às práticas referentes às suas demandas imediatas, que lhes garantiram conquistas salariais e não salariais sem precedentes e foram assumindo posições de grande influência no controle da produção, tal era a força adquirida pelo sindicato, por meio da organização de delegações sindicais no local de trabalho, (PESSANHA&MOREL,1991; RAMALHO,1989) o que mostra uma perspectiva dos comunistas em colocar as empresas estatais sob a influência dos operários e defendê-la da privatização. Uma postura avançada naquela conjuntura, ainda que idealista, visto que não preparou a classe trabalhadora para o confronto devido com as forças políticas conservadoras que inevitavelmente reagiriam, como reagiram.

O que as pesquisas mais recentes apontam é que não se pode negar os aspectos positivos das ações possíveis naquela conjuntura desenvolvidas sob a direção da aliança comunista/trabalhista, no que concerne à tentativa de imprimir um caráter mais classista à luta, no sentido da ruptura com o sindicalismo de Estado corporativo e a estrutura sócio-econômica e política vigente.

3.2. Um período sombrio da nossa história.

A proposta de uma política desenvolvimentista com participação popular foi sufocada com o golpe militar de 1964 e começa a ser desenhada uma nova página na história do Brasil e do sindicalismo brasileiro. Os sindicatos foram invadidos, os dirigentes presos, perseguidos, demitidos, colocados em disponibilidade, submetidos a todas as formas de repressão e substituídos por interventores indicados pelos militares que assumiram o governo do País. Nessa conjuntura assume posição dominante no campo sindical a unidade de geração (MANNHEIM, 1928) dos sindicalistas estritamente submissa às normas do sindicato corporativo, cuja estrutura herdada do Estado Novo tornou-se ainda mais rígida – os “velhos pelegos”.

Entretanto, durante o período autoritário vai-se gestando uma nova geração operária a partir do ciclo de greves das décadas de 70 e 80. Essas greves iniciadas nos setores mais dinâmicos da economia paulista, especialmente os setores metalúrgicos do ABC em 1978, contaram com a adesão dos trabalhadores de outras categorias profissionais e logo incorporam setores médios e funcionários públicos e desdobram-se nas greves de 1979 e 1980, marcando um novo ascenso da luta dos trabalhadores/as no País.

Esta nova ebulição do movimento dos trabalhadores/as não surge do nada, apesar da sua aparência espontânea, em certa medida, mas como resultado de pequenas lutas quase invisíveis que foram se estruturando e tomando caráter de resistência no dia-a-dia fabril, durante grande parte do período autoritário. No bojo desse trabalho “de formiga”, de um lado, vários ativistas com grande influência em setores da igreja católica – o sindicalismo cristão³⁴ e setores da esquerda, organizam-se em torno das chamadas oposições sindicais e retomam a bandeira da organização do movimento operário pela base no interior das fábricas – as comissões de empresa, tendo em vista a contraposição aos sindicatos oficiais dirigidos pelos pelegos, e qualquer forma de atrelamento dos sindicatos ao Estado. De outro, o “novo sindicalismo”, que está simbolizado nas experiências do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, em meados dos anos 70, sob o comando de Luis Inácio da Silva – o Lula. Este segmento constitui-se por trabalhadores/as jovens desprovidos, em sua maioria, de militância política anterior, socializados como sindicalistas no curso dos embates concretos do cotidiano, aliados, inicialmente, aos sindicalistas vinculados à esquerda tradicional e mesmo a alguns segmentos oriundos do peleguismo sindical, agora dispostos a uma postura “reciclada”. O “novo sindicalismo” assim conformado, atuando por dentro da estrutura sindical, foi criando as condições concretas, sob formas independentes de luta, para romper com a estrutura vinculada ao Estado corporativo. (NEGRO, 1999; BLASS, 1999; PESSANHA e MOREL, 1999)

Sob o fogo cerrado da disputa entre várias correntes pela hegemonia no campo sindical, entra, novamente, em cena a mobilização em prol da criação de um novo organismo intersindical de âmbito nacional para encaminhar de forma unitária as diversas demandas da classe trabalhadora. O que seria uma Central Única dos

Trabalhadores desdobrou-se em duas - a CUT (Central Única dos Trabalhadores) e a CGT (Central Geral dos Trabalhadores). Esta última se fragmentou em mais duas. Um dos seus grupos dissidentes criou mais adiante a Força Sindical, em função das divergências de concepções inconciliáveis entre os diferentes grupamentos.

Pode-se classificar, grosso modo, em duas as correntes que se aglutinaram para a formação da CUT. Não obstante unificarem-se quanto ao posicionamento contrário àquelas forças que classificam como reformistas ou pelegas, são heterogêneas em muitos aspectos, em função dos vários grupamentos que as compõem, cuja contraposição se dá, principalmente, quanto à estratégia de encaminhar a luta pela liberdade e autonomia sindical, se por dentro ou não da estrutura corporativa vigente, e quanto à concepção político-ideológica, se de ruptura ou não com o sistema capitalista.(ANTUNES, 1991; RODRIGUES, 1991; SANTANA, 1999).

As práticas iniciais do “novo sindicalismo” estão assentadas em reivindicações direcionadas aos interesses imediatos dos trabalhadores, à organização no local de trabalho, em assegurar a autonomia e a liberdade sindical, tanto em relação ao Estado, quanto em relação à política global.

As preocupações dominantes dessa “nova” geração de sindicalistas, gestada fora do contexto populista, se apresentam como uma ruptura com as práticas desenvolvidas no passado, especificamente aquelas demarcadas pelo período compreendido entre 1945/1964 - o “velho sindicalismo”. No processo de negação de tudo o que foi feito no pré-64, capitaneado pela aliança comunista-trabalhista, mas recaindo sobre o PCB³⁵ o maior ônus pelos erros cometidos, em relação aos desvios reformistas e de colaboração de classes, é que o “novo” movimento sindical busca cunhar sua identidade, consolidando no meio sindical as visões basista e anti-reformista em confronto aberto com as práticas anteriores ao golpe militar de 1964 dos sindicalistas do PCB e do movimento populista. (SANTANA, 1999; PESSANHA/MOREL, 1999; NEGRO, 1999; NORONHA, 1991; RODRIGUES, 1991).

Nesse embate pela hegemonia no interior do campo sindical, o conflito entre gerações constitui parte integrante das práticas e representações simbólicas elaboradas

³⁴ O sindicalismo cristão não defende a ruptura com o capitalismo, mas que o mesmo cumpra função social. (Antunes, 1984)

³⁵ - A partir de 1962 o PCB se dividiu em dois partidos distintos: o PCdoB – Partido Comunista do Brasil que continuou com o nome e o programa da legenda e o PCB- Partido Comunista Brasileiro com novo nome e novo programa.

por esses distintos grupamentos de trabalhadores/as em torno desta luta e assume a forma de categoria acusatória (PESSANHA e MOREL, 1999). Os “novos”, por um lado, lançam sobre os “velhos” termos insultuosos e os “velhos”, por outro, respondem com atitudes semelhantes num processo de acusação mútua.

O grupo de sindicalistas orientados pela concepção comunista, que manteve sua hegemonia na liderança do movimento dos trabalhadores/as no pré-64, perdeu, na conjuntura criada após o golpe militar, a possibilidade de manter o monopólio das principais fontes de poder existentes no movimento sindical, na medida em que a vitória das forças militares garantiu, uma vez mais, a subordinação das massas à liderança das classes conservadoras vitoriosas. A derrota das propostas sindicais dos comunistas, juntamente com o projeto das reformas de base do governo Goulart, teve como efeito a redistribuição de forças que permitiu a organização silenciosa de outros grupos no subterrâneo da ditadura militar, sob forte influência do sindicalismo católico informado ideologicamente pela Teologia da Libertação, na medida em que as massas trabalhadoras retiraram seu apoio às lideranças derrotadas e as suas concepções e práticas políticas, visto que também elas estavam debilitadas, devido à repressão ditatorial. Com a perda do poder desses antigos dirigentes em relação aos grupos independentes em ascensão, movidos pelo anseio de recuperar a condição de hegemônicos do período anterior, uma acirrada disputa é desencadeada entre eles e uma troca de insultos entre os “novos” e “velhos” vai marcar esse momento do sindicalismo brasileiro.

Quando emergem as greves no final da década de 1970, tendo o ABC paulista como carro chefe, os novos grupos que se autodenominam “bloco combativo”, composto pelos grupos autodenominados, “oposições sindicais” e “sindicalismo autêntico”, já tinham acumulado força suficiente, não só em relação aos pelegos que assumiram como interventores e se fortaleceram nos anos da ditadura, bem como em relação à esquerda tradicional que também se incorporava às oposições sindicais, mas em minoria. Desse modo, os grupos emergentes partiram para a acusação, notadamente, dos comunistas, rotulando-os de “o velho sindicalismo” no sentido depreciativo, de “reformistas”, “conciliadores” “populistas”, defensores do sindicalismo de Estado corporativo. E mais, acusavam os comunistas de, em função de sua concepção reformista, serem responsáveis pela apatia e conseqüente derrota da classe trabalhadora

durante o golpe militar, por não ter sido preparada para uma ação de confronto revolucionária. Logo em seguida, na década de 80, com a mobilização que culminou na criação das Centrais Sindicais, o sindicalismo dito autêntico assume a hegemonia do movimento sindical brasileiro e várias correntes se abrigaram sob o guarda-chuva do “novo sindicalismo” organizado na CUT. Os comunistas, tanto do PCB quanto do PCdoB, reuniram-se na CGT com aquelas correntes oriundas do peleguismo, na expectativa de se constituírem como hegemônicos nessa Central. Posteriormente, perceberam a inviabilidade de suas aspirações, diante da convivência de concepções tão díspares, fizeram autocrítica e foram engrossar as fileiras da CUT.

A geração dos/as dirigentes sindicais atuais, portanto, foi forjada no contexto do conflito entre essas concepções no interior do campo sindical, num período ainda de repressão do regime militar, no qual o sistema previdenciário brasileiro sofreu profundas transformações, dentre as quais a unificação dos vários Institutos em um único, o INPS, deixando de ser interessante aos sindicalistas da ativa.

Naquele momento, o que estava em jogo era a construção de identidade grupal, e todo processo de construção identitária só se faz trazendo à luz situações de conflito e oposição. No entanto, o enfoque exagerado no qualificativo “novo” que se difundiu nas práticas que dominaram a cena sindical a partir do final da década de 1970, levou a obscurecer a continuidade das tradições políticas e culturais que caracteriza todo o processo formativo da classe trabalhadora brasileira. Os dados fornecidos pela memória histórica informam pesquisas recentes que apontam o caráter reducionista que tem marcado as visões sobre o passado na pretensão da ruptura total entre o “novo” e o “velho”.(SANTANA, 1999; NEGRO, 1999; RODRIGUES, 1991; BLASS, 1999; ANTUNES, 1991; PESSANHA e MOREL, 1999)³⁶.

A luta por liberdade e autonomia sindical, no pós-64, ocorreu na dinâmica da acusação mútua entre os grupos de sindicalistas da esquerda, que lutavam para conquistar a condição de hegemônicos naquele momento de declínio da burocracia sindical, junto com o regime que o sustentava. A geração de trabalhadores/as, militantes e dirigentes sindicais, cujas experiências foram moldadas antes do golpe de 1964 era desvalorizada pelos “novos” sindicalistas que a acusava de implementar os mecanismos de atrelamento dos sindicatos ao Estado. Essa crítica radical à submissão ao Estado

constitui um dos pilares do “novo sindicalismo” e ressurge como forma deste apresentar-se como um sindicalismo “puro”, completamente livre dos mecanismos do sindicalismo de Estado, sem nenhum indício de conciliação de classes.

A insistência dos “novos” em colocarem-se completamente em oposição às experiências, ditas negativas, dos “velhos”, está incorporada nas disposições que informam as práticas que levam à negligência do “novo sindicalismo” com relação aos direitos previdenciários, constitutivos das demandas principais dos aposentados/pensionistas até os dias atuais. Os dirigentes dos aposentados/as e pensionistas, na Bahia, queixam-se permanentemente do descaso, com relação à Seguridade Social, por parte dos sindicalistas. O Sr. Gilson Costa, revela, em entrevista no dia 09 de março de 2001, o descompromisso com relação às demandas dos aposentados por parte dos trabalhadores/as da ativa organizados no movimento sindical.

Nós fazemos muito trabalho que deveria ser feito pelo sindicato. Porque a aposentadoria, a previdência não se faz para o momento da aposentadoria, ela faz parte da vida do trabalhador. O indivíduo tem o benefício da Previdência não é só quando está aposentado, não. Então esta relação entre Previdência e trabalhador em atividade teria que ser defendida pelos sindicatos fortes e se os sindicatos tivessem fazendo isto, hoje a gente não era obrigado a estar fazendo associações para lutar depois que estamos aposentados. Eu digo sempre: essa obrigação é mais deles do que nossa.

Esse conflito fica evidenciado também nas falas dos sindicalistas:

“A maioria dos sindicatos, as suas diretorias, não tem sensibilidade para a questão dos aposentados. No movimento dos aposentados deveria ter pelo menos um representante de cada sindicato. Não tenho a fórmula de como mudar essa realidade, como sensibilizar os dirigentes sindicais”. (Walter Ribeiro, Secretário de Políticas Sociais da CUT-Bahia, em gestão anterior, por ocasião da reunião da Frente no dia 21 de Junho de 2001)

“O movimento sindical não procura fazer atividade para trazer o pessoal aposentado pra dentro do sindicato: jogos, filmes, algum trabalho voltado para o aposentado. A gente tem que mudar a mentalidade em relação à questão do aposentado. Não sei como,

³⁶ Para melhor entender a questão das continuidades na organização dos trabalhadores/as no Brasil, veja as análises críticas da estrutura sindical nas obras de Boito Jr, (1991a e 1991b).

mas a gente tem que dar uma virada...” (Deoclides-53, diretor para assuntos dos aposentados do Sindicato dos Bancários-Ba. Entrevista do dia 23.01.04).

A geração de trabalhadores/as que se socializou no contexto do pré-64, já descrito acima, cujos dirigentes sindicais pautavam em suas reivindicações as questões relacionadas aos direitos à Seguridade Social Pública, com destaque para a participação desses dirigentes na gestão do sistema, para influenciar na definição das políticas de seguridade social de acordo com as aspirações dos seus liderados, está hoje dando continuidade a esse processo de luta na condição de dirigentes do movimento de aposentados/as e pensionistas. As práticas dessa geração espelham, em grande medida, as disposições que foram conformadas pelas estruturas sociais, caracterizadas, no plano político, em parte pelo ideário socialista que aglutinava naquele período grande parcela dos atuais dirigentes do movimento dos aposentados/as e pensionistas e em parte pela concepção de direita do “peleguismo”, cujo diferencial de poder no campo sindical aumentava ou diminuía conforme a conjuntura política nacional de mais ou menos liberdade democrática. O Sr. Gilson, na entrevista já referida, deixa claro o quanto foi marcado pelas idéias socialistas:

Naquele mesmo período ressurgia os movimentos de esquerda, sobretudo, o PCB (...) eu me lembro, inclusive, que a gente discutia muito o Manifesto do Partido Comunista escrito por Marx e Engels. (...) Dentro do movimento estudantil a gente assumia muitos trabalhos de esclarecimento do povo no sentido de influenciar a massa trabalhadora. (...) Tinha uma linha muito democrática de pensamento, tudo se discutia, coletivamente. Uma consciência política muito voltada para a defesa do país, da soberania, da não interferência de países estrangeiros sobre nosso país, de uma luta de emancipação do trabalhador, da classe operária, sobretudo. Saíamos vendendo o jornal “O Momento” pelos bairros, principalmente os proletários. (...) Naquela época houve uma invasão do Corta Braço, na Liberdade. A gente ia pra lá com o jornal, distribuía, lia pra quem não sabia ler, passava o domingo inteiro como fazem hoje os evangélicos, batendo de porta em porta levando o jornal, discutindo, mostrando a realidade do mundo. Tudo isso foi feito e isso me ajudou muito. Ajudou na minha vida profissional, pra eu viver a minha vida baseado naquela experiência toda que eu vivi, naquilo que eu aprendi ali, me ajudou a entender o mundo melhor, entender os antagonismos entre capitalismo e socialismo, a razão da luta. Foi uma experiência muito boa. Nunca mudei o meu pensamento...

Essa geração, na condição de dirigentes sindicais, militantes de base, ou simplesmente membros de determinados ramos de atividade, foi protagonista da luta pela ampliação dos direitos previdenciários constantes das pautas de reivindicações nas negociações sindicais. Participou dos Institutos de Aposentadorias e Pensões - IAPs, então circunscritos a cada categoria profissional que conferiam, aos líderes sindicais, um forte poder político em virtude de sua inserção na estrutura desses Institutos, articulados às demais questões trabalhistas, por meio do Ministério do Trabalho e Previdência Social. A luta pelos direitos à Previdência e Assistência Social era, portanto, implementada pelos sindicalistas e se dava no seio do movimento sindical como um todo. (SIMÕES, 2000 a.).

Entretanto, as reivindicações dos trabalhadores/as aposentados não encontram eco no seio do “novo sindicalismo”, cujos agentes tiveram seu *habitus* estruturado nas relações que se deram no interior de um campo sindical cujas posições sociais estão objetivamente estruturadas pela distribuição desigual do poder, de acordo com a quantidade de capital simbólico que cada agente ou grupo de agentes possui. (BOURDIEU, 2003)

Os aposentados possuem uma quantidade menor desse capital, visto que, como afirma Hareven (1999), a aposentadoria é representada como um rito de passagem para a velhice, e esta é imaginada como o momento da decadência da existência humana, na medida em que, em suas diferentes etapas etárias, assume valores diversos, conforme sua maior ou menor possibilidade de produção e reprodução de riqueza. Numa sociedade pautada em valores sócio-políticos de acumulação de riqueza, centrados no paradigma da eterna juventude, a velhice perdeu seu valor, em conseqüência, seu lugar social. Marginalizada, por não participar mais do processo produtivo, perde, também, o seu valor simbólico. (BIRMAN, 1995). O Sr. Luiz da Guia, presidente da Federação das Associações dos Aposentados da Bahia e Sergipe - FEASAPEB deixa escapar esta idéia numa entrevista realizada no dia 21.05.02:

(...) vai indo ele vai ficando cada vez mais isolado da sociedade, principalmente num sistema em que a pessoa idosa não é valorizada. Existem pessoas jovens que discriminam os idosos. A pessoa pega um transporte coletivo, o condutor do transporte acha que aquele indivíduo não deveria pegar aquele transporte, que deveria ficar em casa. O que é que ele vai fazer na rua? A gente ouviu muito isto...

Procuramos, até aqui, ilustrar que a geração dos novos e velhos dirigentes dos trabalhadores/as responde às questões previdenciárias no Brasil utilizando práticas diferentes, vez que estas são produtos de processos de socialização específicos de cada geração em períodos históricos diferentes, configurando, desse modo, um conflito entre a geração dos dirigentes do movimento sindical e os dirigentes do movimento dos aposentados, o que corresponde ao que afirma Bourdieu (1994).

Os conflitos de geração opõem não classes de idades separadas por propriedades de natureza, mas *habitus* que são produtos de diferentes modos de engendramento, isto é, de condições de existência que, impondo definições diferentes do impossível, do possível, do provável ou do certo, fazem alguns sentirem como naturais ou razoáveis práticas ou aspirações que outros sentem como impensáveis ou escandalosas e inversamente.

É como se a geração dos aposentados/as e pensionistas cobrasse da nova geração de trabalhadores ativos, a fidelidade àqueles direitos previdenciários que lhe custou caro assegurar, fazendo-os constar nas pautas das lutas sindicais. A nova geração de sindicalistas não participou da luta para conquistá-los, e assim não se sente comprometida com eles e por isso não se empenha em preservá-los. (FORACCHI, 1972). Como essa luta não faz parte da história que estruturou o *habitus* dessa nova geração, aquelas necessidades não constam da sua estrutura. Ainda mais, naquela conjuntura as demandas relacionadas às questões previdenciárias agregam muito pouco ao capital específico do campo sindical, nos termos de Bourdieu (2003), na medida em que elas fazem parte, basicamente, dos interesses, sentimentos e anseios dos trabalhadores/as aposentados (posicionados no pólo dominado do campo sindical) e por isso, quase não são pautadas nas reivindicações dos ativos, visto que os novos dirigentes, (ocupantes da posição dominante desse campo) orientados pela ideologia do “novo sindicalismo”, vêem com desprezo as práticas políticas e sindicais desenvolvidas pelos velhos trabalhadores/as que viveram a experiência do pré-64 no contexto do populismo já discutida neste trabalho.

Os aposentados/as e pensionistas, cujas demandas eram pautadas como reivindicações dos sindicalistas, no seio das lutas por seguridade social, viram suas demandas negligenciadas pelo “novo sindicalismo”, quando este assumiu a condição de hegemônico no movimento sindical. Os velhos trabalhadores /as que se organizavam, de forma fragmentada, em associações vinculadas aos seus respectivos sindicatos e

dependentes destes em sua maioria, fragilizados, sentiram-se “órfãos” (SIMÕES, 2000 b). Para superar o sentimento de orfandade, os aposentados e pensionistas organizaram-se em Associações próprias, em Federações por Estado e uma Confederação a nível nacional e com esta estrutura organizativa surpreenderam o País com sua capacidade de luta, como bem ilustra a que ficou conhecida como a “luta pelos 147%” que mobilizou a opinião pública, não só com relação aos aposentados/as e pensionistas, mas, principalmente, em relação à extrema carência em que vive toda a população idosa do País³⁷ “num processo muito interessante de construção identitária, e simbólica, da qual não estava ausente a questão diretamente da idade” (BRITTO DA MOTTA, 1999, p. 217). O cenário principal da luta política é trazido, mais uma vez, às ruas, não pelos “*caras pintadas*”, mas pelos “*caras enrugadas*” (SIMÕES, 2000a) que naquele momento constituíam a vanguarda política do país (BRITTO DA MOTTA, 2000).

Esta situação de conflito tornou-se ainda mais complexa a partir do estabelecimento no Brasil, em 1989, de um padrão de desenvolvimento integrado ao novo padrão internacional de acumulação e novo regime de regulamentação, baseados na alternativa oferecida, a ideologia do livre mercado irrestrito - o neoliberalismo. Essa alternativa apresenta-se para responder à diminuição das taxas de crescimento dos países centrais, a partir da década de 70, que configurou uma profunda crise da política econômica keynesiana e do Estado de Bem – Estar, na Europa Ocidental, do modelo de socialismo do Leste da Europa e da União Soviética e da hegemonia do desenvolvimentismo e populismo nos países da América Latina, acompanhada de severa depressão, inicialmente em países periféricos, mas difíceis de negar posteriormente no mundo capitalista desenvolvido.

A força da construção hegemônica do discurso neoliberal definida no centro do sistema capitalista mundial, mas que se estendeu em escala planetária, justificou-se, na crise do socialismo real que culminou com a queda do Leste Europeu. As transformações sociais daí decorrentes, notadamente na esfera do mundo do trabalho, base real objetiva na qual a ação sindical encontra os elementos para suas elaborações discursivas, impingiram profunda crise no movimento sindical a nível internacional e no Brasil levaram a uma inflexão do discurso fundador do “Novo Sindicalismo” que se

³⁷ Sobre o movimento dos aposentados ver Simões, 2000a /b e HADAD,1991.

pautava por uma visão de totalidade das relações sociais na qual se inseria a unidade dos interesses e da ação de classe dos trabalhadores/as. (CRUZ, 2000).

Não constitui objeto deste trabalho uma análise detalhada desse processo, mas faz-se necessário delinear, a seguir, suas linhas gerais para que possamos situar, em seu conjunto, o contexto histórico em que se deu o encadeamento do processo de refluxo que se abateu sobre os movimentos de massa em geral, sobretudo, aqueles conformados pelo campo sindical brasileiro em particular, para explicar, não só a permanência, mas também a emergência de um novo acirramento do conflito inter e intrageracional no que se refere à defesa da Previdência Social Pública.

3.3. O sindicalismo do final do século XX.

A realidade do mundo após 1973 deparou-se com uma ruptura dos fundamentos que sustentaram a “Era de Ouro” anterior como a denomina Hobsbawm (1995) que, perdendo suas referências resvalou para a instabilidade e a crise. O retorno de problemas tidos como superados por toda uma geração, pelo menos nos países ricos e desenvolvidos, caracteriza a nova era. Na década de 1980 até mesmo muitos países ricos passaram a conviver no seu cotidiano com cenas degradantes de mendigos e desabrigados de todas as idades, tentando proteger-se sob os viadutos e marquises nas ruas. Patético retrato da impressionante desigualdade social e econômica expressa na pobreza, desemprego em massa, miséria, fome que arrebatam enormes contingentes da população mundial, desde o final do século XX, chegando aos limites do trágico nos países periféricos.³⁸ Esse clima de insegurança foi levado a termo pela crise dos padrões políticos e econômicos de base keynesiana, sustentados por altos salários, pleno emprego e o Estado de Bem-Estar caracterizado por um generoso sistema de previdência e seguridade social. Esse modelo, segundo seus defensores é criador da demanda de consumo, que por sua vez alimenta a expansão da produção. Por isso, investir na demanda significa a melhor maneira de enfrentar depressões econômicas. (HOBSBAWM, 1995). Esse cenário de crise foi seguido da emergência do modelo neoliberal da economia de livre mercado irrestrito, liberdade individual absoluta, frente aos quais o Estado Nacional perdeu seus poderes econômicos, assentando-se na política

³⁸ Para uma visão aprofundada desse tema ver Hobsbawm, 1995:393-420.

de privatização, abertura comercial, desregulamentação financeira e do mercado da força de trabalho. “Esse tripé que, grosso modo, caracteriza a política neoliberal, (...) mina o Estado de Bem-Estar nos países centrais e o pouco que se obteve de direitos sociais na América Latina, além de reforçar a influência e o controle das três grandes potências imperialistas – Estados Unidos, Japão e Alemanha – sobre as economias periféricas”.(BOITO, 1999).

Essa conjuntura de impossibilidade do modelo keynesiano produzir políticas para responder à diminuição do ritmo econômico, compõe-se também pelo processo multidimensional da globalização, expressão da redefinição das relações de poder entre as nações centrais do mundo e entre estas e as nações periféricas. Essa situação coloca todos os Estados à mercê das operações “incontroláveis” do mercado mundial, num contexto de transformação do sistema de produção agora transnacionalizado, visto que facilitado pela extraordinária extensão da revolução tecnológica que produziu conseqüências impressionantes que podem ser bem ilustradas através das mudanças no mundo do trabalho, em função da crise do modelo fordista de organização/gestão da produção. A substituição do trabalho humano pela capacidade das máquinas foi sempre uma tendência geral da industrialização, eliminando com isso numerosos postos de trabalho. O que sempre se apregou, e que em certa medida, o Estado de Bem-Estar aparentemente confirmou, é que novos postos de trabalho eram automaticamente criados em substituição aos eliminados, em decorrência do grande crescimento da economia possibilitado por essa revolução da indústria. Contudo, a crise das últimas décadas expôs a sua tragédia histórica: os seres humanos são dispensados da produção, sem que possa a economia de mercado criar novos empregos para eles, o que caracteriza um crescente desemprego não simplesmente cíclico, mas estrutural, na medida em que os postos de trabalho perdidos em função da depressão econômica, das mudanças tecnológicas e organizacionais da produção não retornam em outras circunstâncias melhores. Ainda que todas as pessoas jogadas para fora dos empregos fossem retreinadas para fazer face à exigência de alta qualificação que requer, não raro, educação superior, os postos de trabalho desse tipo em expansão na era da informação são insuficientes para compensar os empregos perdidos. Esse quadro é agravado, ainda, por outros fatores: Os governos pressionados, não só pela redução das receitas em vista da queda do crescimento econômico, mas principalmente pela lógica do livre mercado

irrestrito deixaram de ser, como antes, direta ou indiretamente os maiores empregadores individuais; os sindicatos, cuja luta pela produção do emprego sempre constituiu uma de suas principais bandeiras, encontram-se enfraquecidos frente à hostilidade dos governos neoliberais nesse cenário de depressão econômica e de competição global. (HOBSBAWM, 1995).

Os trabalhadores/as nos países ricos do capitalismo, nesse cenário de crise em que estão submetidos às incertezas dos novos tempos, podem recorrer aos generosos sistemas de previdência e seguridade social herdados da “Era de Ouro”, ainda que, por dependerem permanentemente da previdência social, constituam a “subclasse”, termo cunhado na década de 1980 e que bem caracteriza o desprezo a que são relegados em ralação àqueles que se mantinham ocupados, sobretudo à minoria de trabalhadores qualificados, cuja situação lhe permitia se beneficiar do livre mercado. Nos países pobres, na ausência de um sistema de seguridade social consistente, eles são jogados na incerteza da economia informal, onde uma combinação de pequenos empregos, prestação de serviços, informalidade, vai formatando o seu cotidiano.(Idem).

Desse modo, pode-se afirmar que a política neoliberal não produz efeitos idênticos em todos os países, nem provoca os mesmos danos aos trabalhadores em todo mundo. “Excluídos” na Europa Ocidental não é o mesmo que “excluídos” na América Latina. A deterioração das condições de vida não é igual em toda parte. Além de beneficiar, no plano econômico, todos os pólos imperialistas do capitalismo internacional onde se inclui a Europa Ocidental, ampliando a desigualdade entre o centro e a periferia do capitalismo internacional, no plano dos direitos sociais é notória a diferença entre países ricos e pobres. Embora a ofensiva do neoliberalismo contra os direitos sociais seja um fenômeno internacional e tenha restringido e suprimido direitos dos trabalhadores/as em todo o mundo, nos países da Europa Ocidental a resistência operária e popular impôs limites às pretensões do neoliberalismo e, apesar do recuo, as instituições do Estado de Bem-Estar têm sustentado uma cobertura social ampla. Instituições privadas de saúde, educação e previdência nesses países são marginais. Na periferia, a ausência de um sistema de proteção social bem desenvolvido possibilitou um avanço muito maior da política neoliberal. A substituição do sistema de aposentadoria pública por repartição pelo sistema privado de capitalização já se fez em grande parte dos países da América Latina e a pensão de aposentadoria pública vem se

degradando e tornando-se cada vez mais uma pensão simbólica nesses países, sem falar da deterioração dos sistemas públicos de saúde e educação e sua conseqüente privatização. Enquanto na Europa os trabalhadores/as que perdem seus contratos de trabalho por tempo indeterminado, continuam contratados por tempo parcial ou temporariamente, mas com todos os demais direitos sociais garantidos, nos grandes países da América Latina os trabalhadores/as estão, em maioria, compondo o mercado informal, sem regulamentação legal, portanto, sem qualquer direito daí decorrente. O seguro desemprego na América Latina, salvo engano, só existe no Brasil e mesmo assim só cobre um período muito curto. O movimento popular e sindical revelou-se pouco eficaz, comparado ao europeu, para defender as conquistas que lograram no capitalismo.(BOITO, 1999).

Profundas mudanças em turbilhão sacudiram e desequilibraram a aparentemente estável estrutura keynesiana e do socialismo real, permitindo a conjunção dos três movimentos – globalização, reestruturação produtiva, e neoliberalismo que caracteriza o capitalismo desse final e início de século. O proletariado empregado na indústria que alcançou, em fins dos anos dourados, proporções jamais vistas antes, passaram a apresentar nas décadas de 80 e 90 sinais de grande contração, ensejando inclusive a postulação do fim da centralidade do trabalho no mundo contemporâneo (OFFE, 1989), e um processo de metamorfose, nos termos de Antunes (1995; 2002), foi-se configurando no conjunto global da classe trabalhadora.

A complexidade dessas mudanças, tanto no sentido quantitativo em função da redução do operariado industrial, quanto qualitativa, configurada pela maior qualificação do trabalhador em um dos pólos do processo de produção e menor qualificação e até extinção de muitas funções em outro, provocando o crescimento paralelo de contingentes de desempregados, trabalhadores precarizados, terceirizados, trabalhadores parciais, informais, trabalhadores por hora, temporários, do setor de serviços, etc, vai formatando o novo perfil fragmentado do proletariado. Este cenário fornece o substrato ideal no qual o ideário neoliberal finca as raízes daninhas do individualismo associal que desestrutura a ação coletiva, desestimula a solidariedade e enfraquece a identidade de classe dos trabalhadores/as, além de promover o desenvolvimento de um neocorporativismo, trazendo como conseqüência a intensificação dos diversos conflitos em seu interior.

Merecem destaque especial analisar, com base em várias pesquisas e elaborações (HIRATA, 2002; BRUSCHINI et al, 2003; BAUDELLOT, 2003 dentre outras) as transformações sem precedentes na história da humanidade que sacudiram a condição das mulheres e as mergulharam no mundo da instrução e do trabalho. Mudanças, não só na classe trabalhadora, mas também nos demais setores das sociedades nas quais as mulheres entraram maciçamente no mercado de trabalho, sobretudo a partir da segunda metade do século XX. O grande salto que foi dado pelo emprego assalariado feminino, a criação de novas profissões, o aumento do nível de escolaridade das mulheres, que ultrapassou o dos homens, a conquista de profissões historicamente muito bem trancadas em feudos masculinos, a participação de igual para igual com os homens nas escolas de comércio, permitiram às mulheres ultrapassar a estreita porta que leva ao mundo econômico. No entanto, a magnitude dessa mutação social e os progressos consideráveis daí decorrentes estão assentados sob um fundo de desigualdades resistentes. A hierarquia entre os sexos e as representações tradicionais que dizem definir suas respectivas vocações teimam em permanecer, na medida em que o mercado de trabalho interpreta “necessidades” gendradas na família e as reproduz em suas normas, regras e práticas, como geralmente ocorre com a interpretação não só da necessidade de emprego para o homem como também de maior salário que o pago à mulher, pelo fato dele ter sido definido socialmente como o provedor da família, bem como a ele serem destinadas as funções consideradas de maior responsabilidade, conferidas somente a quem detém o status de capacidade superior, sem levar em conta que as mulheres muitas vezes são as únicas provedoras de suas famílias e sua capacidade é muitas vezes superior à do homem no exercício das funções que executam no trabalho.

Observa-se ainda que o deslocamento das fronteiras obedeceu ao estrito limite de desigualdades anteriores. A velha divisão do trabalho com seus papéis hierárquicos que definiam o sexo masculino e o feminino foi apenas transposto do universo familiar para o mundo novo profissional. Saíram do universo privado do doméstico e entraram maciçamente no espaço público das profissões e aí foram segregadas em setores profissionais fortemente feminizados, como as indústrias de trabalho intensivo, tecidos e roupas, e o setor terciário tradicionalmente menos bem pago.

Essas pesquisas indicam, ainda, diferenças fundamentais nas tarefas femininas e masculinas, e nem mesmo o advento da informática que trouxe ocupações que requerem trabalho leve, limpo e sedentário rompeu com a feminização e até guetização de muitos setores. O fenômeno mesmo da incorporação maciça das mulheres no mundo do trabalho no final do século XIX, sobretudo nas oficinas industriais do ramo têxtil, deveu-se ao desenvolvimento da maquinaria que ao transformar as ferramentas diminuiu a intensidade do esforço físico e simplificou o trabalho. Na indústria as mulheres executam tarefas predominantemente manuais que requerem rapidez, destreza, e capacidade de efetuar trabalho simples, monótono e repetitivo. São, assim, alocadas nas cadeias de montagem e nos trabalhos de controle. As máquinas modernas, complexas, de execução automática das operações, só são confiadas aos homens. Sendo assim a introdução da automação elimina as mulheres de certos postos de direção e supervisão das máquinas comuns e as coloca nos cargos intersticiais criados nesse processo. São ocupações não-qualificadas, em geral feminilizadas tanto no setor secundário quanto no terciário da economia. As novas ocupações não-qualificadas criadas com a informatização do terciário são todas exercidas por mulheres. Os homens exercem as funções de prestígio ligadas à informática. Desse modo a qualificação masculina aumenta e a feminina se reduz.

As mulheres estão também, conforme tais pesquisas, em minoria absoluta nos ramos industriais de alto desenvolvimento capitalista e grande modernização tecnológica, como a siderurgia a petroquímica, a indústria de vidro e do cimento. Quando lá estão executam os trabalhos de escritório, muito poucas nas fábricas de produtos acabados ou nos segmentos terminais do processo de trabalho, nos laboratórios de controle de qualidade. As justificativas patronais de que as mulheres só podem realizar trabalhos leves e limpos e por isso não podem trabalhar nesses ramos por causa dos trabalhos pesados, perigosos, sujos e insalubres revelaram-se de natureza ideológica e parcial, na medida em que com a automação essas tarefas tornaram-se mais complexas, porém sem necessidade de maiores esforços físicos em muitas oficinas e nem por isso essas ocupações foram feminizadas.

As pesquisas, desse modo, apontam dados confirmando que a divisão sexual do trabalho profissional está ancorada nas velhas relações sociais de gênero que se dão na sociedade como um todo, fora do mundo do trabalho e que manteve-se incólume, apesar

das novas tecnologias .As fronteiras apenas se movimentaram. Isso demonstra que aqui também na esfera das profissões mantém – se o jogo das relações de poder e autoridade entre homens e mulheres, do qual decorre a apropriação masculina da técnica, das ferramentas complexas, do trabalho mais qualificado, dos postos de operação que exigem raciocínios e cálculos abstratos, postos técnicos das indústrias de processo contínuo, dos melhores salários, das posições de comando e de administração e empurra as mulheres às tarefas de auxiliares, de ajudantes, os trabalhos de execução manual pouco especializados, monótonos, repetitivos, rotinizados, que requerem rapidez, execução simultânea de tarefas heterogêneas, mas sempre subordinados. O que há de mais grave no discurso dominante que ressalta esses aspectos das tarefas femininas, é o não reconhecimento das mesmas como qualificação, porque obtidas na esfera doméstica, não valorizada, distante do reconhecido mundo profissional e produtivo. O discurso sobre as tarefas femininas está embasado na ideologia de gênero e tem-se mostrado incoerente, na medida em que não atribui às mulheres os trabalhos leves e limpos, mas complexos, dos equipamentos informatizados e autoriza a elas, muitas vezes, o trabalho noturno.

Todo esse quadro veio contribuir para a desintegração dos elementos que garantiram a afirmação da coletividade caracterizada pelo domínio do “nós” sobre o “eu”, característico do fim do século XIX e que permitiu a unidade dos trabalhadores/as em torno de suas organizações, partidos e movimentos trabalhistas clássicos, movidos pela compreensão de que só pela ação coletiva poderiam melhorar suas condições de vida. A convicção de que as mesmas políticas, as mesmas estratégias e mudanças institucionais beneficiariam igualmente a todos os proletários, indistintamente, não se faz mais tão obvio.

3.4. O movimento dos aposentados e “o novo sindicalismo” no Brasil neoliberal.

A ausência de confronto militar direto entre as potências imperialistas e a ameaça representada pela União Soviética, condições internacionais que serviram de base para impulsionar o reformismo populista na América Latina e o Estado de Bem-Estar na Europa Ocidental, ambos caracterizados por uma aliança da burguesia com os trabalhadores/as criaram as condições para as burguesias imperialistas, agora mais coesas, implantarem a política de supressão dos direitos sociais nos seus países e obrigarem a um retrocesso no desenvolvimento capitalista periférico. Politicamente as burguesias industriais latino-americanas encontravam-se debilitadas pela crise da frente populista e em dificuldades econômicas em função dos crescentes déficits provocados pelos serviços e amortizações da dívida externa contraída para impulsionar o antigo modelo sob a tutela do FMI. Essas burguesias foram pressionadas a mudar suas estratégias de desenvolvimento para se inserirem na nova ordem econômica dos países centrais, supervisionadas pelo FMI. Na década de 1980 a onda de contra-reformas neoliberais fez palco na América Latina e vários países seguiram o exemplo do Chile e Argentina. O Brasil, porém, ficou de fora. Vários fatores concorreram para esse processo. O emprego industrial, base do sindicalismo operário, crescera muito durante o período da ditadura militar. Os movimentos operário e popular ganharam força na luta contra a ditadura e serviram de base para a criação do PT e da CUT, além da legalização dos partidos de esquerda tradicionais (PCdoB, PCB, etc). Todo esse contexto resultou em um dos grandes obstáculos às contra-reformas neoliberais – a Constituição de 1988, que mantinha o Brasil na contra-corrente da política latino-americana. (BOITO, 1999).

Esta situação de resistência, porém, não se sustentou a partir da década de 1990 e o sindicalismo brasileiro entrou numa nova fase de crise e refluxo, como, de resto, os demais movimentos sociais. (RODRIGES, 1999; GALVÃO, 1999; BOITO, 1999; DRUCK, 1996).

O “novo sindicalismo”, que na década de 1980 mobilizou os setores mais ativos das classes trabalhadoras e afirmou-se como movimento fundamental na luta contra a ditadura militar, pela ampliação dos direitos na Constituinte, pelo apoio à reforma agrária, além de ter sido a principal força responsável pela criação do Partido dos

Trabalhadores, encontra-se hoje numa situação muito difícil. A CUT, na década de 1980 era a referência central das lutas de resistência popular, inimigo público número um dos governos. Hoje, sem deixar de ser um movimento social importante, sua capacidade de intervenção na luta política e social diminuiu muito a partir da década de 1990. (Idem). Como explicar tal fenômeno? Como o neoliberalismo afetou o sindicalismo no Brasil? Qual a relação desse contexto com os conflitos entre os novos e velhos trabalhadores/as no interior do campo sindical? E entre os próprios velhos trabalhadores? Examinaremos tais questões nos parágrafos seguintes.

A plataforma neoliberal chegou ao poder no Brasil no processo de eleição presidencial de 1989, em que as forças populares e democráticas foram derrotadas e a política econômica do governo eleito colocou a frente burguesa conservadora na ofensiva. O enfraquecimento do movimento sindical que desempenhara um papel importante junto ao movimento popular urbano durante toda a década de 1980 era estratégico para a consolidação do neoliberalismo. Dois fatores, basicamente, somaram-se nesse processo. De um lado a crise do movimento sindical a partir de 1990 originada, no âmbito do trabalho e da produção, do processo de implantação de novas formas de organização/gestão da produção, que implicam em desemprego, terceirização, precarização, exclusão, enfim, na mudança da “forma de ser” (ANTUNES, 1995) da classe trabalhadora, num contexto de hegemonia neoliberal, aliado à globalização da economia e perda da perspectiva de uma alternativa ao capitalismo, num plano mais geral. Do outro, as novas orientações das direções sindicais contribuíram enormemente para reduzir a resistência ao neoliberalismo: a rearticulação do sindicalismo pelego, que em 1991 ganhou corpo com a criação da central Força Sindical apoiada pelo governo, empresários e o conjunto da mídia, e a estratégia do “sindicalismo propositivo” adotada pela CUT, cuja política contraditória e hesitante se conformava dentro dos limites da ordem neoliberal. (BOITO, 1999; CRUZ, 2000).

A Força Sindical merece destaque por se constituir em uma nova direita no movimento sindical, apresentando um discurso, programa escrito e ação prática conformados às principais idéias e boa parte das propostas políticas do capitalismo em sua nova fase neoliberal, constituindo-se em herdeira do velho peleguismo varguista, diferenciando deste só porque agora está a serviço de governos neoliberais reacionários e não de governos populistas. Congregou em seu congresso de fundação, em 1991, uma

massa de representantes do que havia de mais conservador e imobilista no campo sindical brasileiro, dirigentes oriundos, em sua grande maioria, da máquina sindical oficial do período da ditadura militar e de sindicatos pequenos organizados em setores de pouca capacidade de pressão. O que caracteriza essa central como pelega é a adesão de seus dirigentes às políticas governistas. E como neoliberal, é o fato de estar assentada no apoio de parte dos trabalhadores/as que adotaram certa adesão à ideologia do neoliberalismo sem, contudo, assumir compromisso doutrinário conseqüente com este.(ANTUNES, 1991; BOITO, 1999)

A Força Sindical traz no seu ideário a vitória do capitalismo como reconhecida, bem como a inevitabilidade da lógica do mercado; concorda com a minimização do Estado e por isso é favorável à política privatizante. Prestou inestimável apoio aos governos neoliberais durante o processo de privatização e de desregulamentação do mercado de trabalho e os auxiliou em suas ações contra a CUT. Como os sindicatos das maiores siderúrgicas estavam sob o controle da Força Sindical à época da privatização das mesmas, não foi difícil neutralizar a resistência dos trabalhadores/as a esse processo nas respectivas empresas em que trabalhavam, e o que se verificou foi uma adesão dos trabalhadores/as das siderúrgicas às privatizações, até porque atraídos pela possibilidade da aquisição de lotes de ações a menor preço e financiamento subsidiado. (BOITO, 1999)

De forma contraditória a Força Sindical nega apoio a alguns pontos dessa política no que concerne à abertura comercial e ao desemprego industrial dela decorrente, principalmente na base do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, quartel general dessa central. (Idem)

Do ponto de vista da ação sindical procura resultados imediatos dentro dos limites da negociação.

Nós sempre defendemos aquilo que a gente chama sindicalismo de resultado. (...) a gente viu que o sindicalismo muitas vezes fica fazendo só propaganda, fazendo aquele barulho. (...) O sindicato não é um partido que luta pelo poder institucional. O sindicato tem que lutar pela melhoria de vida social, salarial, lutar pelo emprego, pelas condições econômicas do trabalhador (Nair Goulart, 20.01.04).

Nesse sentido procura evitar o confronto, só aceita a greve como último recurso, defende a restrição da política sindical ao âmbito da melhoria das condições de trabalho, vez que a luta política é da competência exclusiva dos partidos, que devem manter-se desvinculados da ação sindical. O Sr. José Alves Marinho (64) Vice - Presidente do Sindicato Nacional dos Aposentados-Bahia, em entrevista no dia 24.04.2002 explica a proposta política da Força Sindical, Central a que se vincula o referido Sindicato e mostra sua prática conciliadora de negação do conflito.

A Força Sindical tem como objetivo uma proposta de sindicalismo de resultado. ... Aquele que faz alguns projetos, luta pacificamente (ênfase), chama pra conversar, discute os assuntos, vai ao governo, discute e briga, vamos dizer, na palavra, (com grande destaque) não arrebenta nada, não quebra nada, as coisas que são nossas, por exemplo, o que dizem que é patrimônio do governo: 'é do governo vamos quebrar!' (referindo-se aos sindicalistas e aposentados do campo da CUT) Então a Força Sindical não tem esse objetivo, o objetivo é fazer os projetos e efetiva-los dando os resultados, como é o caso do desconto nas farmácias para os aposentados associados no nosso Sindicato e outros projetos, como a capacitação e requalificação de pessoas, são resultados que refletem na população, na sociedade, inclusive reemprega pessoas, consegue dar alimentação, amparo etc estes são os resultados entre outros. (...) Nós temos, inclusive, de nos resguardar de conflitos...

No transcurso de toda a década de 1980 a CUT foi, gradativamente, consolidando, em sua estratégia sindical, uma plataforma que apontava para transformações econômicas e sociais antagônicas à política de desenvolvimento do Estado brasileiro, atrelada à concepção monopolista, imperialista e latifundiária, que se materializava pela intervenção ativa na luta em favor da democracia. As greves gerais de protesto contra a política econômica, que investiam na unificação do proletariado num processo crescente de politização, eram a consequência prática dessa linha de ação. (CRUZ, 2000; BOITO, 1999).

A politização do movimento sindical cutista crescia nesse período no processo constituinte, no qual a destacada intervenção da CUT em articulação com inúmeras organizações democráticas e populares logrou a constitucionalização de inúmeros direitos políticos, sociais e trabalhistas, que revelaram-se posteriormente obstáculo ao avanço da política neoliberal dos anos 90. Nesse contexto da Assembléia Nacional

Constituinte, o conflito de interesses entre as classes sociais foi colocado no plano geral da política. A imprensa da CUT estampava em suas páginas a visão de uma sociedade dividida por um conflito básico: trabalhadores/as de um lado, banqueiros, latifundiários, grandes empresários, de outro. Garantir os interesses do campo popular na constituinte dependia da formação de uma grande frente de massas. E a CUT se via nessa tarefa. (Idem)

Desse modo, a concepção que predominava na CUT era de que a ação sindical não se esgotava na luta reivindicativa por melhores salários e condições de trabalho, mas deveria extrapolar esses limites indo além do plano corporativo das categorias e colocar a própria luta reivindicativa no plano da política e do Estado. Concebia, enfim, o movimento sindical como parte integrante de um conflito mais amplo que opunha diferentes classes sociais, no qual o governo tomava partido, e apontava para a necessidade de uma alteração do bloco no poder para que os interesses dos trabalhadores/as pudessem ser contemplados, sem, contudo, conceber a luta sindical numa perspectiva marxista. (Idem).

No entanto, toda essa situação mudou com a eleição de Fernando Collor de Mello, que chegava ao poder com força para implantar seu programa neoliberal defendido durante a campanha, visto que foi consagrado nas urnas. A CUT percebera a defasagem da plataforma ofensiva da década anterior frente à nova conjuntura, que impunha ao sindicalismo um recuo no sentido da adoção de uma nova tática política. E a orientação predominante passou a ser a que defendia o abandono das práticas de confronto. (CRUZ, 2000; BOITO, 1999; DRUCK, 1996)

A conjuntura, segundo seus defensores, apontava para uma nova postura que priorizasse a negociação, sustentada na proposição de políticas a serem apresentadas e negociadas em fóruns tripartites, as câmaras setoriais, onde os sindicalistas se reuniam com o governo e os empresários para definir a política governamental. As greves gerais de protesto cederam lugar às diversas tentativas de negociação com o governo, todas fracassadas. Essa mudança de orientação, porém, não se restringiu a um recuo tático. Constituiu-se numa mudança de concepção: o abandono da luta tanto no plano prático quanto no plano das idéias contra o modelo de desenvolvimento econômico. E assim a CUT não assumiu devidamente a luta e a denúncia sistemática contra a política neoliberal. (DRUCK, 1996; BOITO, 1999).

A concepção e nova linha de ação da CUT rompem com aquela que vinculava a política governamental ao conflito de classe entre trabalhadores/as e capitalistas que orientou, como já visto, o movimento sindical cutista na década de 1980, ocultando a existência de interesses de classe em confronto na sociedade. Nesse sentido, a nova proposta de contrato coletivo de trabalho, por estar centrada na idéia de que os trabalhadores/as não deveriam mais privilegiar a luta por direitos sociais, desviou o movimento sindical da defesa, não só desses direitos, assim como dos demais direitos trabalhistas. (BOITO, 1999).

Considero, porém, como Druck (1996) que essa questão não pode ser posta no âmbito da oposição entre estratégia de confronto e estratégia de negociação. Ambas são formas históricas da luta dos trabalhadores. O problema é não tomá-las como um fim em si mesmas, elas têm de estar inseridas num projeto político claro na direção dos interesses de classe dos trabalhadores/as. Foi exatamente esse projeto político que a estratégia de “sindicalismo propositivo” não foi capaz de reelaborar. E na falta desse projeto político, a CUT sequer soube aproveitar as brechas, como a do impeachment de Collor, para colocar no eixo central da sua luta a crítica à política neoliberal.

O resultado dessa postura significou desestímulo na base sindical em relação à luta reivindicativa, visto que os trabalhadores/as foram dominados pela idéia de que não havia um outro caminho alternativo ante a ofensiva política e ideológica do neoliberalismo e um novo corporativismo foi-se desenhando no sindicalismo brasileiro, ainda não suficientemente dotado de força organizativa capaz de sustentar um processo de negociação de cunho nacional. O neocorporativismo trazido pela lógica dos fóruns tripartites viabilizados nas câmaras setoriais, ao levar cada sindicato a se empenhar exclusivamente em solucionar os problemas do SEU setor isoladamente, soluções que, via de regra, colidem em pontos fundamentais com interesses e propostas de outros setores, joga os trabalhadores/as num processo de concorrência e competição interna. A possibilidade de mobilização e luta de massa unitária dos trabalhadores/as torna-se então muito difícil, visto que os diferentes sindicatos da própria base da CUT estão divididos por interesses específicos, mantendo-se insulados em diferentes setores. O estímulo ao novo corporativismo, além de dividir e despolitizar o movimento sindical e desviá-lo da luta por direitos sociais, é uma forma de legitimação da ideologia e da política neoliberal por parte do movimento sindical combativo, porque introjeta nesse

movimento a idéia do inevitável, do inexorável. Desse modo, a ação reivindicativa dos trabalhadores se circunscreve dentro dos limites compatíveis com a hegemonia neoliberal e se restringe à luta por melhorias salariais. (DRUCK, 1996, BOITO, 1999).

O conflito entre a geração dos trabalhadores/as aposentados e a dos ativos nesse contexto tende a acirrar-se, visto que a geração que dirige o movimento dos aposentados/as e pensionistas, que também foi-se organizando na década de 1980, não abre mão, nesse momento, da concepção que vincula a luta pelos direitos sociais, sobretudo o direito à aposentadoria, ao confronto entre classes antagônicas: trabalhadores e capitalistas. Estes últimos, por meio dos sucessivos governos, dominam o conjunto da política de Estado. Essa concepção está incorporada às disposições internas dessa geração, estruturadas em um contexto histórico em que a classe trabalhadora se confrontava, como tal, com os capitalistas e apresentava uma alternativa socialista ou reformista ao modelo de desenvolvimento vigente até então, vinculado à tradição do movimento operário internacional.

A geração protagonista do “novo sindicalismo”, ao contrário, no processo de sua construção identitária de oposição às “velhas” práticas, no contexto dos anos 80, não incorporou em suas estruturas mentais uma concepção que pensava o Estado como instrumento de dominação de classe, posto que, de acordo com Boito (1999), abjurou também dos princípios até então aceitos de uma alternativa ao capitalismo – os postulados clássicos do socialismo. O seu discurso sobre o socialismo era genérico, na medida em que expressava apenas o desejo de apresentar-se afinado à tradição socialista do movimento operário internacional. Nunca se definiu como socialista, porque não chegava a ver a luta sindical como parte da luta pelo socialismo, apesar de muitas de suas correntes minoritárias assim se definirem. Apenas o governo era visto como defensor dos interesses dos capitalistas, portanto, integrante do conflito de classes.

E desse modo, concordando com Druck (1996), a falta de uma definição clara quanto a um modelo de sociedade alternativo ao capitalismo, enfraqueceu ideologicamente essa geração de sindicalistas. Sem um projeto político estratégico claro, voltado para os interesses de classe dos trabalhadores/as, tornou-se vacilante no enfrentamento à ofensiva neoliberal e embarcou no “sindicalismo propositivo”, cujo resultado acabou por reforçar o neocorporativismo, carro-chefe da luta fragmentada, setORIZADA, sem perspectiva classista de unidade. Não resistiu à onda destruidora dos

alicerces das velhas utopias e não foi capaz, por isso, de ressignificá-las. Por tudo isso, nos anos 90, quando o neoliberalismo chegou para ficar, essa nova geração de sindicalistas não teve como oferecer resistência às suas propostas políticas.

A dimensão corporativista, imediatista e utilitarista ainda presente no movimento sindical brasileiro ganha proporções dominantes nas práticas sindicais, o que torna difícil, até mesmo ao sindicalismo de esquerda, apreender a importância do alcance político que enseja a unificação das frentes que expressam as especificidades das variadas demandas que vão se formatando num estilo multifacético no curso da luta de classes. O depoimento de Antônio Jorge da Silva Vasconcelos, 45 anos, diretor da CUT – Bahia, em entrevista no dia 20 de julho de 2001, explicita essa questão, no que se refere à incorporação das demandas dos aposentados pelos atuais dirigentes sindicais.

Uma boa parte dos aposentados deixa de ter uma atuação política nos sindicatos. Eles não votam, não participam e como o sindicalista, de um modo geral, infelizmente, ainda têm uma visão muito utilitarista da relação com as pessoas e, aí nesse caso somos filhos do capitalismo e ainda não se conseguiu desprender disso (...) Como a gente tem uma visão utilitarista, as pessoas aposentadas ficam em um outro plano, porque não somam votos para as eleições, porque não participam de uma forma mais atuante nas assembléias com direito a voto, só em poucos casos (...) Quando a pessoa se aposenta e sai da folha de pagamento da empresa, automaticamente ela sai da consignação do sindicato, então o aposentado, a não ser que por iniciativa própria, deixa de contribuir financeiramente para o sindicato. Isso já é uma questão. Se deixa de contribuir, a grande maioria, se afasta e vai tocar sua vida em outro patamar, aparece no sindicato só por alguma questão trabalhista, a não ser que a pessoa seja militante, mesmo, e não se isola. Mas isso não é a regra é a exceção (...) A questão do utilitarismo das pessoas, esta relação economicista e esta relação política (...) Deixa de contribuir, na maioria das vezes deixa de votar, deixa de ser interessante para a vida ativa política do sindicato.

A aposentadoria, nesse contexto, simboliza, para as novas gerações de trabalhadores/as, tanto um passado que não deu certo e que se prefere esquecer, quanto um futuro impensável para o qual nada se pode formular. Assim o movimento dos aposentados/as e pensionistas, com suas demandas, foi sendo visto cada vez mais à distância pelos trabalhadores da ativa organizados na CUT, agora contaminados pelo imediatismo do presente, nos termos de Hobsbawm (1995).

O apagamento de todas as linhas de ligação entre passado e presente é uma das características do mundo do final de século XX e início do século XXI. Os vínculos entre as gerações foram desfeitos. O passado não tem mais papel no presente, “os velhos mapas e cartas que guiavam os seres humanos pela vida individual e coletiva não mais representam a paisagem na qual nos movemos, o mar em que navegamos. Em que não sabemos aonde nos leva, ou mesmo aonde deve levar-nos, nossa viagem”.(HOBSBAWM, 1995: 25) Este é o espírito da nova era muito bem expresso na formulação do mesmo autor ao caracterizar o viver das novas gerações como uma espécie de “presente contínuo”, no qual os jovens hoje vivem um descolamento do passado de sua época.

As novas gerações vivem esse estado desgarrado de um passado que não lhes serve de referência, porque na balança desse tempo o que mais pesa é o que ele produziu de guerras e de catástrofes humanas como a fome e o genocídio, a que sucumbiram todas as tentativas de uma humanidade parametrada contra todas as formas de desigualdade. Não se sabe em que moldura surgirá o futuro, cuja insegurança do presente aponta apenas incerteza. Só o que se sabe certo é que a história não chegou ao fim, visto que esta continuará enquanto houver raça humana. (HOBSBAWM, 1995). O “novo sindicalismo”, a partir dos anos 90, foi tomado por esse sentimento melancólico e caiu nas malhas do “participacionismo”, nos moldes da social-democracia européia, sem analisar, contudo, as diferenças de condições políticas das duas realidades, em que a fragilidade do sindicalismo brasileiro é condicionada até mesmo pela sua estrutura, que ainda não conta com total liberdade e autonomia.

Toda essa discussão acima serve para reafirmar o conflito de *habitus*, segundo a geração, entre os novos e os velhos trabalhadores/as ativos e aposentados, que se expressa no curso das demandas por seguridade social. No processo recente das reformas da Previdência a participação da CUT na defesa das aposentadorias e da Seguridade Social obedeceu às normas do propositivismo, como é evidenciado na fala de Everaldo Augusto³⁹ Presidente da CUT-Bahia, numa entrevista no dia 04.05.02.

A CUT tem discutido muito esta questão (da Previdência). Aí a gente pode até levantar uma posição crítica, porque a CUT aborda muito essa questão, mas dentro de uma estratégia propositiva, onde a prioridade não seria a luta e

³⁹ Everaldo Augusto da Silva, 43 anos foi Presidente do Sindicato dos Bancários-Ba, é também professor da rede estadual de ensino, licenciado e mestrando em letras pela UFBA.

a resistência no sentido de garantir o direito à aposentadoria, à existência de uma Seguridade Social Pública, mas no sentido de, diante do fato consumado (...) era necessário apresentar uma proposta de um tipo de Seguridade onde pudesse conciliar o direito de aposentadoria dos trabalhadores com os interesses do patronato, do Estado e do Governo de querer acabar com a aposentadoria. (...) Todo o esforço, toda energia, todo o tempo gasto nesse debate não está voltado para organizar os aposentados diante de seus sindicatos, organizar nas suas próprias entidades, em priorizar a mobilização e levar essa discussão para outros setores sociais, tem priorizado somente a elaboração de uma proposta alternativa Agora isto aí não é uma questão resolvida dentro da CUT, é uma questão que está em debate (...) existe muito questionamento a essa estratégia propositiva, não somente no que diz respeito à Previdência, à aposentadoria, à Seguridade Social...

O movimento dos aposentados/as e pensionistas, apesar de todos os esforços da sua luta, encontra-se também fragilizado em sua resistência, vivendo um processo de descenso, visto que isolado nessa conjuntura de fragmentação, setorialização das lutas no campo sindical em que os direitos sociais foram quase eliminados das pautas de reivindicação dos trabalhadores ativos e a postura defensiva, sem perspectiva de uma ação política unificada da classe trabalhadora parece uma constante, face à submissão, no plano ideológico, aos ditames do neoliberalismo.

Para ilustrar esse ponto de vista serão detalhados, a seguir, a apresentação e análise dos dados empíricos da pesquisa sobre o movimento dos aposentados/as e pensionistas em Salvador.

CAPÍTULO 4

AS PEGADAS DO MOVIMENTO: PARA ONDE APONTA ESSE CAMINHO?



Passeata

Na Bahia, sob a direção de um líder incontestado, Sr. Gilson Costa de Oliveira, os aposentados/as e pensionistas procuram, com denodo e criatividade, manter a resistência sob diversas formas de luta, não só a nível das ações judiciais, com vistas a recuperação das defasagens e perdas constantes nos benefícios, como também na organização de passeatas e atos públicos em defesa da Previdência e na criação de fóruns plurais na tentativa de articular a unificação dos diversos movimentos, a exemplo da Frente da Sociedade Civil em Defesa das Aposentadorias, Pensões e da Previdência Social Pública, e do Fórum Permanente Sobre as Questões do Idoso, inclusive na tentativa de servir de exemplo para outros Estados e à própria COBAP.

O Sr. Gilson Costa de Oliveira, despontou no cenário nacional como um dos mais destacados dirigentes dos aposentados e pensionistas, sendo logo em seguida eleito para dirigir o movimento a nível nacional, como presidente da Confederação Brasileira dos Aposentados e Pensionistas – COBAP no seu XIII Congresso, realizado em Salvador, para o triênio de 1993 a 1996.

Em sua administração foi adquirida e instalada a sede própria da COBAP em Brasília, foi convocado o primeiro Congresso Extraordinário no auditório Nereu Ramos, também em Brasília, cujo espaço foi pequeno para acomodar mais de dois mil

participantes, representantes de 40 entidades nacionais de aposentados. Esse Congresso contou com a presença de várias personalidades da política nacional e nesse evento foi formada a Frente Parlamentar e da Sociedade Civil e Militar em Defesa da Previdência Pública e da Seguridade Social, tendo Sr. Gilson como primeiro Presidente Coordenador ao lado do então Deputado Federal Paulo Paim, Presidente atual desse fórum, Arnaldo Faria de Sá, dentre outros. Essa Frente, que até hoje vem sustentando essa luta, contou com representantes da CUT e CGT. Outro feito na administração de Sr. Gilson foi o convênio com o INSS para fazer o desconto em folha das contribuições dos associados, um grande passo rumo à organização do movimento, visto que viabilizou a sustentação financeira das Associações de Aposentados em todo o Brasil.

As entidades organizativas dos aposentados/as e pensionistas na Bahia eram praticamente invisíveis até a década de 80. A criação da ASAPREV-BA é um marco significativo do novo cenário político do Estado – as ruas e praças ocupadas pelos velhos e velhas de cabelos brancos, que denunciam as condições precárias de vida a que são submetidos em decorrência dos limitados recursos provenientes das aposentadorias, pensões e outros benefícios oferecidos pelo sistema de Seguridade Social brasileiro. Nada é mais elucidativo desse processo do que a fala do seu idealizador e dirigente mais destacado na Bahia o Sr. Gilson Costa.



(...) me encontrei com um amigo, Carlos Orlando Monteiro, que tinha ido lá para discutir serviços gráficos para a Empresa onde eu me aposentei e trabalhei mais 10 anos depois. Eu perguntei a ele se ele era aposentado. Ele disse que sim. E naquele momento idealizamos a Associação. Passei do trabalho para o movimento dos aposentados. Chamei minha secretária e

mandei bater uma lista de adesão para a fundação da Associação de Pensionistas e Aposentados da Previdência na Bahia-ASAPREV-Ba.

(...) Eu era membro do Conselho deliberativo do Clube Fantoches, me convidaram e eu fui lá fazer um trabalho. Em conversa eu convidei o Presidente do Clube, que era aposentado, pra fazer parte da Associação. Ele disse: - venha cá! Você já tem sede?

- Não.

- E porque não pode ser aqui?

- Não pode? Vai ser aqui a partir de agora.

Convocamos aqueles que tinham aderido à lista. Marcamos um dia, uma terça-feira às 8:30 horas da noite no Clube Fantoches para a primeira reunião de fundação. Nesse dia apareceram onze pessoas de mais de trezentas que tinham assinado a lista. Fizemos ali a primeira reunião e está ali o nome dos fundadores. Marcamos a reunião seguinte, para um sábado de manhã. Aí, apareceram oitenta pessoas. No outro sábado já apareceram trezentas pessoas e assim foi crescendo e hoje é isto que está aqui.

Naquele momento o movimento dos aposentados no Brasil estava iniciando. Isto foi em novembro 1985. A COBAP e a Federação das Associações dos Aposentados e Pensionistas do Estado da Bahia e Sergipe - FEASAPEB foram fundadas no mesmo ano, quase paralelamente. A maioria que vinha à frente desse movimento, fundando as Associações e Federações, era um pessoal de esquerda. Todos vindos do movimento operário, dos trabalhadores, principalmente, de São Paulo e Rio de Janeiro. Só que aqui na Bahia era muito tímido esse movimento.(...) Numa manhã de sábado o primeiro Presidente da Federação, Itamar, que era da SOTAPE, hoje ASTAPE – Associação dos Trabalhadores Aposentados e Pensionistas da Petrobrás (...) chegou com os pacotes e colocou na minha mesa e disse: você vai tomar conta da Federação. E nunca mais apareceu. Ele não era de esquerda. Era trabalhador da Petrobrás e estava envolvido com a Igreja Evangélica e o pessoal da Igreja Evangélica não tem esse tipo de formação ideológica.

(...) Quando isso aconteceu, eu tomei licença no meu trabalho, eu ainda trabalhava, e fui conhecer o movimento dos aposentados no Rio de Janeiro. Lá o primeiro que eu conheci foi Luiz Viegas da Mota Lima, que era um anistiado ex-exilado que durante o golpe de 1964 teve que ir pra Moscou e outros lugares. Junto com Viegas eu conheci Roberto Pires, que era Presidente da ASAPREV-Rio, a maior Associação do Rio de Janeiro. Era uma Associação como a nossa – eclética. Depois encontrei também um outro ex-exilado anistiado, o Presidente da Federação da São Paulo, Osvaldo

Lourenço. Baseado no que eu conversei com eles eu fui fazendo o movimento aqui. Eu fui buscar uma experiência que eu não vivi antes, mas encontrei companheiros com o mesmo pensamento ideológico meu. Eram militantes ativos.

(...) o primeiro ato nosso aqui na Bahia foi organizado por mim e Israel, ele me conhecia, já tínhamos sido companheiros antes. Eu e ele assumimos. Era um companheiro que foi a mão direita nesse movimento. Convocamos uma concentração no relógio de São Pedro. (...) mandamos fazer uma faixa que dizia assim: 'Este relógio marcou 30 anos de justiça na Previdência Social'. (...) Israel subiu numa escada e botou a faixa lá em cima. Poucas horas depois o jornal "A TARDE" chegou, fotografou e publicou na primeira página: 'ESSE É O INICIO DA LUTA DOS APOSENTADOS NA BAHIA'. (...) Nesse ano de 1985 já estávamos em preparação para o Congresso Constituinte. Eu fui a Brasília com Israel, conhecemos outros companheiros, nos reunimos lá (...) e partimos para uma campanha no Brasil inteiro.

(...) foi feito um Congresso da COBAP no Rio Grande do Sul e o Brasil inteiro se reuniu lá. Assim começou o movimento propriamente dito. Osvaldo Lourenço foi eleito Presidente Nacional nesse Congresso. (...) No fim de 1992 foi votado que o Congresso seguinte seria aqui na Bahia, o XIII Congresso e coube a mim a organização do mesmo (...) Primeiro eu ocupei por uma semana todo o "Clube Fantoques" pra fazer o Congresso. Todas as atividades do clube pararam e eu ocupei todas as áreas. (...) Distribuí, com o patrocínio do Banco Econômico, mais de 300 cartazes, camisas com aquele desenho, uma idéia minha: "O encontro das gerações". Colocamos 30 faixas na cidade, 30 outdoors. Sem dúvida nenhuma, o maior Congresso já realizado e nunca mais superado. E sem dinheiro! Eu comecei a vender as camisas que o Banco Econômico nos deu e mais outras e fiz um bocado de dinheiro e com ele fizemos o Congresso e terminamos numa festa aqui no "Fantoques" com duas orquestras. Eu fui eleito por unanimidade nesse Congresso para Presidente da COBAP.

A Bahia mantém-se até hoje como uma das trincheiras destacadas do movimento dos aposentados/as e pensionistas na luta em defesa da Previdência Social Pública contra a onda privatista, batendo-se, principalmente, em duas frentes: de um lado enfrenta o avanço da concepção de direita, o braço da Força Sindical ancorada no SINDNAP, que vem, a partir da década de 1990, buscando se apresentar como interlocutora dos aposentados/as. Do outro, rema contra a corrente na tentativa de

encontrar formas para neutralizar os prejuízos trazidos ao campo da esquerda pela ofensiva ideológica neoliberal, que no contexto da reestruturação produtiva e do “sindicalismo propositivo” da CUT, difundiu no campo sindical as práticas isolacionistas, setORIZADAS, particularistas, perdendo-se a perspectiva da luta unitária da classe trabalhadora. Nesse quadro, a CUT, criou um outro Sindicato Nacional de Aposentados, sob seu controle, para contrapor ao SINDNAP e dessa forma inicia-se o processo que, de certo modo, vai empurrando o, até então aguerrido movimento autônomo dos aposentados, para a periferia da cena principal da discussão da Previdência Social Pública, como pode-se constatar pelos dados etnográficos registrados a seguir.

4.1. Os velhos baianos fiéis aos heróis de sua história.



Passeata 24/01/2001

Lá iam duas filas em coluna por um, de um lado e do outro da Avenida Sete de Setembro, a partir da Praça da Piedade, às 8:30 horas, onde os participantes portavam bandeiras, cartazes e, animados, respondiam às palavras de ordem em defesa da Previdência, dos aposentados, dos idosos e dos trabalhadores de um modo geral, puxadas por um potente carro de som. Outros distribuía panfletos a todos a quem

encontrassem pelo percurso. Descemos a ladeira da Conceição e chegamos à rua da Polônia, na Cidade Baixa, onde está situado o prédio sede do INSS, para ser mais precisa. As filas se posicionaram, uma de cada lado do quarteirão, tomaram a forma de elipse e, de mãos dadas, simulamos um abraço à Previdência, simbolizando o espírito da luta para protegê-la do processo de privatização a que está ameaçada.

Vale ressaltar que a organização da passeata em coluna por um não é uma prática do movimento dos trabalhadores urbanos. Ela caracteriza o movimento dos trabalhadores rurais. É o símbolo do caminhar diário desses trabalhadores pelos caminhos estreitos entre a vegetação dos campos que constituem as vias de acesso aos seus locais de trabalho. Componente identitário da labuta cotidiana desses homens e mulheres que expressam as suas singularidades na luta pelo direito à vida com dignidade. E essa pluralidade do movimento dos trabalhadores/as urbanos, rurais, aposentados e ativos mesclou, com seus matizes diversos, a manifestação do 24 de janeiro de 2001 em Salvador, Dia Nacional do Aposentado, 78º aniversário da Previdência Social Pública.

Em seguida fomos nos aglutinando em frente ao prédio numa das extremidades do referido quarteirão, e um visual colorido tomou conta da praça. Começou o ato político no qual vários oradores se revezaram ao microfone representando partidos políticos-PCdoB, PT, PCB, vários sindicatos, a CUT-Ba, o MST, num total de 8 oradores. Entre esses, 2 mulheres usaram da palavra, sendo uma como representante do PCB e uma representando o departamento dos aposentados da CUT-Ba. A tônica dos discursos era a defesa da Seguridade Social, especificamente contra as reformas da Previdência, considerada de cunho privatizante, por um salário mínimo que garanta condições de vida digna aos trabalhadores, com especificidade para os aposentados e idosos, contra as reformas ditas neoliberais e a política econômica do país. No meio do ato um grupo de mulheres, todas usando camisa da Associação dos Servidores Aposentados e Pensionistas da Previdência Federal na Bahia / Casa dos Aposentados e Pensionistas – o coral da ASAP/CAP se organizou e cantou a música: “Pra Não Dizer que Não Falei de Flores” de Geraldo Vandré, bem como cantou no final do ato o Hino Nacional, no que foi seguido pelos demais participantes. Neste ato, havia uma participação de aproximadamente 10% de mulheres.

Merece destaque, o lançamento, nesse ato, da “Frente da Sociedade Civil em Defesa das Aposentadorias, Pensões e da Previdência Social Pública”⁴⁰, que tem como objetivo, expresso nos atos, falas e material impresso do movimento, fortalecer a articulação entre o movimento dos aposentados e pensionistas e o movimento dos trabalhadores/as ativos por meio da CUT-Ba e todos os sindicatos de sua base, além de outras entidades organizativas da sociedade, para lutarem em defesa da Seguridade Social Pública. A partir daqui uma sucessão de atos políticos, reuniões e encontros tenta consolidar a unidade entre os dois movimentos de trabalhadores/as do campo da esquerda, separados pela força de suas trajetórias geracionais, que nesse contexto implicou, principalmente, em oferecer maior resistência ou adesão/submissão à avalanche ideológica neoliberal.

A tentativa de uma ação unitária dos trabalhadores/as está em consonância com um dos legados de séculos dos movimentos sociais – a unidade nas lutas – que não pode ser abandonado em nome do “novo”, do “moderno”, de uma postura que execra tudo o que é do passado como “inútil” para os novos tempos. Bem como, com a atuação política numa perspectiva classista, seja para velhas, seja para novas formas de luta, no sentido de enfrentar o avanço das forças conservadoras, que imprime grandes mudanças no perfil do proletariado.

⁴⁰ Daqui em diante será usado somente Frente para referir-se à Frente da Sociedade Civil em Defesa das Aposentadorias, Pensões e da Previdência Social Pública.

4.2. “A Praça da Resistência”.



Praça da Resistência

O sol ardente brilha soberano num límpido céu azul e reluz na folhagem das árvores que farfalhante sombreia uma das laterais da Rua da Polônia, na Cidade Baixa, em Salvador, na qual situa o grande prédio que sedia o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, que ocupa de um lado a outro uma das extremidades do quarteirão. A partir das nove horas dessa bela manhã começa a se aglutinar, nas grandes manchas de sombra da rua, um grupo de pessoas que, num crescendo, vai ocupando cada vez mais todo o espaço em frente ao edifício, encimado pelas Bandeiras do Brasil e da Bahia, indicativo de uma repartição pública. Os cabelos brancos e os rostos marcados pelas lides do tempo revelam que aqui se inicia mais uma das manifestações que acontecem nesse mesmo lugar todas as terças-feiras, desde 24 de janeiro de 2001, precisamente há três anos, por ocasião do lançamento da Frente da Sociedade Civil em Defesa das Aposentadorias, pensões e da Previdência Social Pública. Aqui se reúnem os velhos trabalhadores/as que perseveraram na luta por direitos a uma condição de vida digna para aqueles que dedicaram, diuturnamente, toda a força e arrojio da juventude à labuta de uma jornada de trabalho, no intuito de produzir a riqueza da sociedade brasileira,

pautada, porém, nas normas da produção de mercadorias. Uma jornada desgastante e até mesmo aviltante da condição humana do sujeito trabalhador.

“A Previdência Social é o maior patrimônio construído pelo trabalhador brasileiro. Privatizá-la é transferir esse patrimônio para os bolsos do capitalismo voraz”. Essa e outras faixas, como em todas as manifestações anteriores, alusivas à defesa das aposentadorias e da Previdência Social Pública contra a privatização, bem como reafirmando a disposição de luta e os direitos dos aposentados/as e pensionistas abrem – se sobre o gradeado que circunda toda a praça que é ladeada pela Rua da Polônia.



Praça da Resistência

Um potente carro de som⁴¹ anuncia o evento e intercala músicas que cantam a disposição de luta, às falas de uma seqüência de oradores representantes de sindicatos, associações de aposentados e pensionistas, entidades organizativas do movimento de mulheres, do movimento negro, vereadores que reafirmam este local como “a Praça da Resistência” da forma como foi cunhada por um militante na manifestação do dia 03.03 01: “... essa praça é o espaço da resistência desse movimento que se inicia e aqui está toda terça-feira (...) A rua é nosso espaço”. (representante Sindferro) Naquela ocasião outros oradores seguiram no mesmo diapasão destacando a importância das ruas como

⁴¹ Nem sempre os organizadores dessas manifestações anteriores conseguiam contar com um equipamento de som tão bem instalado como hoje. Os aposentados/as apelaram então para a criatividade e improvisaram um equipamento de som com um amplificador de automóvel, um toca-fita, duas caixas de

espaço de mobilização. “A revolução é feita com o povo nas ruas, do mesmo modo a queda desse governo depende de nós”.⁴² “... aqui estão aposentados e afastados das suas atividades laborais por doenças profissionais, constituindo um fórum de resistência de todos os trabalhadores, inclusive os jovens que estão entrando agora no mercado de trabalho”. (sindicalista metalúrgico). O Sr. Gilson Costa no dia 10.04.01 expressou esse mesmo sentimento quando em sua fala chamou a atenção para a resistência dos aposentados/as e pensionistas contra o descaso do governo para com os idosos: “... cada dia o governo diminui a fatia do pão dos aposentados (...) Somos aposentados, mas estamos vivos. Esta praça da resistência é prova disto”. Esse discurso no sentido de exaltar as ruas, sobretudo, essa Praça como trincheira de luta foi sempre uma constante nos seguidos atos semanais na Rua da Polônia e hoje não foge à regra.



Praça da Resistência

No entanto, há uma diferença marcante entre o conteúdo dos discursos de hoje e aquele das manifestações anteriores. Entre janeiro de 2001 a janeiro de 2003 o sentido das falas de todos os que acorriam à “praça da resistência” era um só: centrava-se nas

som, um microfone, os quais eram plugados na bateria de um dos automóveis trazidos pelos participantes. Todo esse equipamento importou em R\$ 600,00 aproximadamente.

⁴² O governo a que o militante se referia naquele momento era o governo de Fernando Henrique Cardoso.

denúncias contra as políticas do governo federal, as denominadas políticas neoliberais, extensivas aos seus aliados aqui do Estado, com destaque especial contra as investidas desses governos em prol da privatização da Previdência Social Pública, esta, enaltecida como patrimônio do trabalhador/a, construído por este/a, para garantir seu sustento e de sua família quando em situação de risco, (doença, acidente de trabalho, velhice, etc).

A Argentina era sempre lembrada como exemplo das grandes perdas experimentadas pelos trabalhadores/as daquele país em função da privatização do seu sistema de proteção social. Não economizaram adjetivos para desqualificar esses governantes e suas políticas, ao tempo em que discorriam sobre a vida de carências em que vivem os aposentados/as pensionistas e idosos em geral nesse país. As suas reivindicações centralmente direcionaram-se à recuperação das perdas em seus benefícios, decorrentes da defasagem entre os reajustes destes e o do salário mínimo para aqueles que percebiam acima desse piso. Reivindicaram melhorias para o sistema único de saúde – SUS, bem como a distribuição gratuita dos medicamentos com eficiência, visto que os aposentados/as e idosos recorrem constantemente a esses serviços em função de sua saúde frágil decorrente do acometimento freqüente de certas doenças, à medida que a idade vai chegando. Os mais jovens, trabalhadores ainda na ativa, militantes sindicais que participaram das manifestações, centraram também as suas denúncias contra a contradição vivida pelo trabalhador/a brasileiro que ao redor dos 40 anos já é um velho para o mercado de trabalho, porém jovem demais para aposentar.



Praça da Resistência

A constância das denúncias contra as reformas privatistas dos últimos governos conjugou-se ao apelo para a população cuidar com atenção desse período das eleições, no sentido de fazer do seu voto uma arma a favor dos seus interesses, da sua condição de trabalhador/a, jovem ou velho/a aposentado/a, a favor, enfim, da sua condição de classe despossuída, do seu direito à cidadania. “... o nosso voto é uma arma, mas nós precisamos manejá-la bem, senão ela detona contra nós, como fizemos elegendo Fernando Henrique que está aí acabando conosco, inclusive querendo acabar com a CLT” (João Maria da Silva (84) 06.08.02).



Praça da Resistência

A concepção de que por meio do voto, pela via institucional, pode-se construir uma nova organização social transpareceu nos discursos dos principais dirigentes do movimento durante esses atos públicos em que falavam do sofrimento do povo brasileiro, com destaque para os aposentados e os velhos em geral, decorrente da política neoliberal implementada pelos dois últimos governos, no que eram acompanhados pelas lideranças baianas do campo da direita. Ao conclamar os sindicalistas, a juventude, os licenciados por doenças profissionais e todos os maltratados, oprimidos e excluídos deste país a engrossarem as fileiras dessa resistência, um dos participantes da manifestação do dia 10.04.01 lembrou que as eleições estavam

próximas e que “nós daremos a resposta a esses governantes, elegendo aqueles comprometidos com o povo sofrido”. Um outro, no mesmo dia, falou da correlação desigual de forças que compunham o Congresso Nacional, as Assembléias Legislativas Estaduais e as Câmaras Municipais: “... não temos estrutura política na Câmara Federal. De 500 deputados, só temos 113 que votam a nosso favor os demais votam com o governo. O erro está no voto. Quem representa os aposentados no Congresso, nas Assembléias Legislativas e nas Câmaras?” (Arsênio Castro).



Praça da Resistência

Na manifestação do dia 19.03.02: “... esse ano é ano de eleição e se você der um voto errado a um deputado que faz as leis, ele as fará contra você. É preciso mudar o Congresso que está aí, que vota contra os trabalhadores. Não vamos votar porque o amigo pediu, porque o candidato nos prometeu vantagem individual...”.(Gilson Costa).

Todos aqueles que usaram do microfone nessa praça vincularam as dificuldades que vivem os aposentados/as, os idosos e o povo de um modo geral, bem como a ameaça de privatização da Previdência às políticas implementadas pelos dois últimos governos que obedeciam rigorosamente ao receituário neoliberal ditado pelo FMI e faziam apelo a toda a população com especial destaque aos aposentados e pensionistas,

para não votarem em candidatos dos partidos da base de apoio do governo, dando uma acentuada ênfase à força potencial desse segmento da sociedade, em função do seu grande contingente numérico: “... precisamos convencer os vinte e três milhões de aposentados e pensionistas da nossa força nesse país. Nós podemos eleger o representante que defende nossos interesses se quisermos”.(Antônio Pinto manifestação dia 02.04.02).

“Muitos votaram e votam nos seus algozes, nos seus carrascos que estão aí acabando com os direitos trabalhistas”. (Armando Ferraz - Manifestação dia 02.04.02).

“O voto é importante porque é no parlamento que as políticas são definidas” (Fala de uma mulher numa fita gravada - manifestação dia 06.08.02)

Aquelas “terças” constituíam-se, literalmente, em palanque garantido aos militantes e políticos do campo da esquerda.



Praça da Resistência

Pode-se afirmar que ali Lula e os seus aliados tiveram uma forte trincheira contra os projetos de cunho privatizante e neoliberal. “... não votem nos candidatos que possam ameaçar a Previdência com a privatização”. Aqui havia uma oposição sistemática à proposta de reforma da Previdência apresentada por Ciro Gomes, no que se refere à mudança do regime de repartição simples para o de capitalização por entendê-la como privatista e prejudicial aos trabalhadores/as “... esta sempre foi a

proposta do PFL que hoje apóia esse candidato e é também a proposta da Força Sindical onde Ciro buscou seu Vice” (Gilson Costa 27.08.02). O fato de ser uma proposta defendida pelo PFL e Força Sindical é interpretado como indicativo de um conteúdo voltado aos interesses dos grupos privados de previdência, contrário aos requerimentos dos trabalhadores/as, em função das posturas político-ideológicas desses grupos.

A expectativa da vitória de Lula trazia às mentes e corações desses velhos/as trabalhadores/as o velho sonho vestido de novo com a esperança de serem protagonistas do processo de mudança que parecia acenar no horizonte do possível. A esperança que de novo anima suas vidas vem carregada pelas lembranças das velhas lutas que já vão distantes no tempo, as lutas de juventude, que atualizadas, orientam suas práticas do presente. Esse sentimento transpirou nessas manifestações com entusiasmo:

“Estou com Lula porque ele é representante da classe popular”. (Augusto Costa Medrado – Manifestação de 06.08.02).

“... a vitória da luta dos aposentados depende de quem vai entrar como presidente. Acredito em Lula, porque ele pode mudar o rumo desse país (...) o nosso interesse é que seja eleito um operário para defender a classe operária. (...) Vamos ver como vai ficar depois das eleições. Se Lula ganhar vai melhorar”. (Waldivino (75) manifestação 27.08.02).

Panfletos freqüentemente distribuídos aos transeuntes dessa praça e aos usuários do INSS cumpriram o objetivo de melhor publicização da realidade vivida pelos idosos e dos seus anseios representados nas falas dos freqüentadores da Praça da Rua da Polônia.

O conteúdo das denúncias e reivindicações dessas manifestações públicas, porém, não se restringia às questões específicas relativas ao envelhecimento. O tratamento dessas especificidades se fazia de forma articulada com as questões políticas gerais que afetam a vida de todos os cidadãos/ãs brasileiros. “... querem privatizar a água e uma empresa americana deve tomar conta dos nossos rios. O metrô vai ser explorado por uma empresa espanhola. E o que é pior, essas empresas estrangeiras são financiadas com o nosso dinheiro para explorar nossas riquezas e nosso povo”. (Gilson Costa manifestação dia 19.03.02). No encerramento do ato, nesse dia, todos foram

convocados a participarem das atividades da greve geral contra a flexibilização da CLT e vários deputados que votaram pela flexibilização foram denunciados.



Praça da Resistência

A crise de energia no país é tema dos discursos da manifestação do dia 02.04.02 e numa alusão a essa crise: “Não deixem acontecer o apagão na Previdência”. (Gilson Costa). “O governo do município de Salvador não atende à periferia. Só atende os bairros onde os turistas circulam. O saneamento do “Bahia Azul” na periferia é diferente dos bairros da Barra e Pituba”. (Representante do Sindicato dos Ferroviários. Manifestação 02.04.02) A política da bolsa escola é freqüentemente criticada como engodo assistencialista.

No dia 29.04.02 ao som de uma bandinha de música, várias faixas e estandartes, não na “Praça da Resistência”, mas na Rua dos Peixes, no Forte de São Pedro, os aposentados/as e pensionistas, a CUT e alguns poucos sindicatos de sua base formaram um pequeno grupo que protestou na porta do supermercado contra a insignificância do reajuste do salário mínimo.



Rua dos Peixes

A questão posta era: “um salário de 200 reais dá para comprar o que?”. “Será que FHC viveria com 200 reais?” “Este salário daria para comprar a cesta básica, educação, saúde e lazer?”. Uma comissão entrou no supermercado, composta por dez pessoas dentre elas duas mulheres que foram lembradas por serem donas-de-casa, não como militantes do movimento e carregaram um dos três carrinhos de compras para apanharem itens diferentes da cesta básica. “Vamos saber agora se um salário de 200 reais dá para comprar pelo menos a sexta básica de uma família de 3 pessoas. Vamos tirar a ‘prova dos nozes’”. Somaram 94 reais e 83 centavos os itens correspondentes à sexta básica para uma pessoa. Seguiram-se os discursos denunciando a política econômica do governo e convocando os trabalhadores/as ativos a engrossarem a luta em defesa da Previdência Social Pública, que está ameaçada. Encerraram o ato convocando a todos para participarem da manifestação do 1º de maio.

Freqüentemente a Inglaterra e a Argentina eram citadas como exemplos de privatizações que não beneficiaram a população e eram denunciados os serviços mais caros e mal prestados pelas empresas que foram privatizadas, como a COELBA, e que “nos sirva de lição para não permitirmos que a Previdência seja privatizada” (Tonildo – manifestação 06.08.02).



Praça da Resistência

Hoje, 27.01.04, aqui, na “Praça da Resistência”, observa-se uma mudança radical do conteúdo dos discursos. O eixo principal está direcionado ao apoio e à expectativa em relação ao governo Lula, compreendendo que se trata de um governo de disputa e sendo assim é preciso que as forças populares, os movimentos organizados continuem nas ruas para fortalecer o projeto mudancista, em forte tensão com os conservadores que ainda detêm posições estratégicas de poder no campo político brasileiro, ainda sob o comando do FMI. Esse tem sido o conteúdo do discurso dessas “Vigílias”⁴³ e outras concentrações, desde o resultado das eleições de 2002.

Assim é que, no dia 24.01.03, por ocasião da comemoração do Dia Nacional dos Aposentados e 80 anos da Previdência Social Pública, numa entusiasmada concentração

⁴³ Vigília – Assim o Sr. Gilson Costa se refere às concentrações da Rua da Polônia.

na Praça da Sé, a partir das 9:00 horas, um aposentado animava o ato num potente carro de som no qual os oradores se revezavam ao microfone para alertar aos aposentados/as e pensionistas, aos trabalhadores/as em geral no sentido de permanecerem atentos para as reformas da Previdência que “não é um projeto de Lula, mas um projeto que veio do outro governo” e conchamar a todos para a luta no sentido da não permissão da privatização da Previdência Pública e de uma previdência complementar que não atenda aos interesses dos aposentados/as e pensionistas.



Praça da Sé

“A reforma do governo Lula para quem eu fiz campanha e acredito não pode ser para prejudicar os trabalhadores/as”. (vereador Nelson Santana PT). Enfatizam mais uma vez que a luta não é só dos aposentados/as e pensionistas, mas, sobretudo, dos “ativos que correm o risco de ficarem sem proteção no futuro” (Leonídia, Sintsef).

Enfatizaram ainda que a proposta da reforma da Previdência que veio do outro governo ameaça retirar direitos dos funcionários públicos, como aposentadoria integral e reivindica um processo de discussão prévia da reforma com os interessados. “Não podemos permitir que o governo que nós elegemos realize uma reforma contra nós. Não é porque o elegemos que vamos deixar de lutar por nossos direitos” (Leonídia, Sintsef).

Reafirmaram, ainda, que os jovens precisam entender que essa luta também é deles e realçaram a importância da unidade de ativos e aposentados, esse encontro de gerações na defesa de objetivos comuns. “Precisamos defender a força jovem em unidade com os idosos” (Estudante AESB - Associação dos Estudantes Secundaristas do Brasil)

“Queremos a reforma que aumente os benefícios, que não retire direitos adquiridos. Lula está no poder na condição de operário e isso revela a inteligência e maturidade do povo brasileiro. O lugar do aposentado é na rua, reivindicando direitos”. (Gilson Costa).



Praça da Sé

Do mesmo modo, no dia 08.05.03 os aposentados/as reunidos, agora na Praça da Piedade para comemorar o Dia Internacional da Paz, com uma bandeira branca afixada na grade em um dos lados da praça, discutiam sobre a reforma da previdência e qual deveria ser a postura dos trabalhadores/as da ativa e aposentados frente a esta questão para não desgastar o Governo eleito pelos trabalhadores/as “após 500 anos de luta”.



Praça da Piedade

Concordavam que a proposta encaminhada pelo governo ao Congresso não atende a todas as reivindicações dos aposentados/as e pensionistas, do Sistema Geral da Previdência, mas o fato de unificar, em parte, o sistema, é um ponto positivo. Não discordam da definição do teto único, nem da taxaço dos aposentados/as, ressalvando, porém, que o teto estipulado na proposta do governo está muito baixo, bem como o valor mínimo da aposentadoria passível de taxaço, visto que só concordam com a taxaço dos altos benefícios. A ênfase da crítica está, no entanto, na falta de clareza da proposta no que diz respeito ao reajuste dos benefícios a que eles sempre defenderam que seja no mesmo índice do reajuste do salário mínimo, para não ocorrer a defasagem no valor dos benefícios e conseqüente perda do poder aquisitivo das aposentadorias, o que implica na queda da qualidade de vida dos aposentados/as e pensionistas ao longo dos anos, como vem acontecendo nos últimos governos.

Mas um destaque merece ser feito à manifestação do dia 08.04.03. Algo parece mudado nessa terça-feira na “Praça da Resistência”. Não se ouvia à distância as vozes, às vezes trêmulas, mas firmes dos velhos/as trabalhadores/as aposentados/as e pensionistas que não se cansam de reivindicar direitos nessa Praça. Os 26 aposentados,

dentre os quais duas mulheres, todos da ASAPREV, ali reunidos interrogavam e lamentavam a falta do som.



Praça da Resistência

Nenhum sindicato, nem a FEASAPEB se faziam presentes. A entidade responsável pelo som, a FEASAPEB, a partir daquele dia só em dias especiais, como hoje, comparece às manifestações na Praça, “não compreendeu a importância desse ato e que o lugar de aposentado é na rua lutando e não fechado em gabinete, em sedes de associações. O som quebrou e não tiveram o interesse de repará-lo. Eu não falto um dia porque acredito na luta. (...) Antes da eleição, muitos que foram candidatos estavam aqui toda semana e o som nunca faltou”, fala indignado Gilson Costa. O defeito do equipamento do som foi um pretexto para muitos desistirem da Praça por não se sentirem mais interessados em continuar, visto que o motivo imediato que os movera - as eleições - já se realizara.

Este episódio revela que também uma parcela dos dirigentes atuais dos aposentados da base da COBAP na Bahia, sobretudo aqueles com forte presença, atualmente, na FEASAPEB, está impactada pelo propositivismo puro conseqüente do espírito imediatista do aqui e agora característico dos novos tempos. É que esses dirigentes, recém aposentados, trazem em seu *habitus* as estruturas incorporadas no

contexto do pós-64, já discutido anteriormente, sem os pressupostos de uma alternativa de ruptura com o capitalismo e, nesse sentido, não vislumbram com clareza o horizonte dos interesses da classe trabalhadora e suas propostas políticas se confundiram com as pretensões do neoliberalismo. Assim, os condicionantes que levam à negação da totalidade do social e apontam para uma perspectiva particularista, fragmentária, individualista já alcançaram o movimento dos aposentados e pensionistas organizados na COBAP, levados por essa geração de aposentados jovens que acaba de desembarcar do “novo sindicalismo”, cujas âncoras aportaram nos pressupostos do transitório, do presente imediato, rompido com o passado e incapaz de elaborar para o futuro.

O mais sintomático nesse quadro é que até os aposentados e sindicalistas do setor público que estão sendo muito afetados com essa última etapa da reforma da Previdência, não têm comparecido aos atos organizados na Praça. “Os sindicatos que os representam ainda não perceberam a importância da unidade de forças para ampliar o movimento e fortalecê-lo” (Gilson Costa 08.04.03). Desse modo, a cisão entre os trabalhadores/as do setor público e do setor privado expressa-se no movimento em defesa das aposentadorias e da Previdência Social Pública, refletindo as concepções neocorporativistas características do momento atual do processo organizativo da classe trabalhadora brasileira, já discutido acima. Assim, a proposta da reforma da Previdência com todas as nuances privatistas nos moldes neoliberais, que implicou em profundas perdas para os trabalhadores/as, foi aprovada sem enfrentar a oposição organizada e unificada dos trabalhadores/as do setor público e privado, ativos e aposentados como propõe a Frente.

A estratégia dos últimos governos de encaminhar a proposta dessa reforma dividida em dois momentos demonstrou competência política porque conseguiu o previsto: manter a classe trabalhadora ainda mais fragmentada, afetando em momentos diferenciados seus setores, público e privado. Os trabalhadores/as não foram capazes de, rompendo seus corporativismos, montar uma estratégia unificada de enfrentamento. As mobilizações nacionais nesse sentido poderiam ter sido mais eficazes se não fossem isoladas, apesar da grande mobilização nacional dos trabalhadores/as do setor público na última etapa da reforma. Divididos tornaram-se mais frágeis, e ainda perderam, nessa última etapa, seu principal aliado no Congresso Nacional, o Partido dos Trabalhadores, o mesmo partido que, agora no governo, encaminhou e aprovou, juntamente com outros

partidos da base aliada, inclusive os de esquerda, componentes da frente que elegeu Lula - PCdoB, PSB, PPS - a parte que restava da proposta dessa reforma que o governo anterior não conseguiu aprovar⁴⁴. Nesse sentido, Lula e o núcleo do seu governo têm sido obedientes às políticas definidas no consenso de Washington para os países em desenvolvimento e subdesenvolvidos e não têm demonstrado disposição para construir as condições necessárias para viabilizar outro modelo de desenvolvimento, compromisso assumido com as camadas populares durante a campanha, e pelo qual foi eleito. O Governo Lula continua, no curso do seu 2º ano, utilizando a mesma política econômica do governo Fernando Henrique Cardoso, agora, acompanhada do discurso de mudança lenta gradual e segura, o que vai configurando uma posição política de continuidade do modelo anterior e não de mudança, com a qual se comprometeu e obteve a confiança de milhões de brasileiros.

Diante dessas evidências os militantes da ASAPREV-BA não desistiram da Praça e com ou sem som estão sempre aqui, discutindo e mobilizando outras pessoas em torno das suas demandas.



Praça da Resistência

⁴⁴ Sobre a reforma da Previdência no governo Lula ver Filgueiras et al, 2003.

Hoje, 27.01.04, na manifestação comemorativa do aniversário da Previdência, um contingente dos mais expressivos desde janeiro de 2001⁴⁵ trouxe o Estatuto do Idoso, uma antiga reivindicação do movimento dos aposentados/as e pensionistas, recém aprovado no Congresso Nacional, para o centro do debate, tendo em vista pressionar a sua efetivação na prática. Para tanto, lançou-se aqui o Fórum Permanente sobre as Questões do Idoso com o objetivo de mobilizar as diversas entidades representativas da sociedade civil, bem como instituições públicas, no sentido de trazer à vida o que está na Lei. A aprovação do Estatuto do Idoso é entendida como uma sinalização de mudança do rumo da política social brasileira, vitória da luta das forças mudancistas, portanto, mas “a sua efetivação prática só será viabilizada se for realizada uma ampla campanha de publicização e conscientização da população sobre os direitos que foram conquistados e estão garantidos nessa Lei”. (Fala de um participante) O Fórum Permanente sobre as Questões do Idoso que acaba de ser lançado é o primeiro esforço nesse sentido. Assim, duas participantes do ato revezam-se ao microfone para apresentar, resumidamente, os pontos mais importantes do Estatuto. Merece destaque o fato de fazer uso da palavra um número expressivo de mulheres em relação às outras atividades, em torno de 50% dos que usaram o microfone. A proposta é mobilizar em torno desse Fórum o maior número possível de organizações governamentais e não governamentais, sobretudo aquelas que lidam diretamente com a problemática do envelhecimento para que a sociedade como um todo conheça e respeite os direitos dos idosos, submetidos a todo tipo de discriminação e constrangimento nesse país.

Encerra-se o ato organizando-se uma grande fila num dos passeios da Rua da Polônia, que ladeia a Praça, e se distribui exemplares da publicação do Estatuto a um público disposto a fazer-se cumprir o que nele foi conquistado.

⁴⁵ As manifestações contaram com a participação, em média, de 20 a 30 militantes, com exceção dos dias 24.01.01 e hoje 27.01.04, por ocasião do lançamento da Frente da Sociedade Civil em defesa das Aposentadorias e da Previdência Social Pública e do Fórum Permanente sobre as Questões do Idoso, respectivamente, com uma participação de algumas centenas. Desses, em torno de 10%, compunha-se de mulheres em todos os atos.

4.3. Velhas lutas e conflito intrageracional

O grupo de aposentados que traz incorporado em seu *habitus*, segundo a geração, a concepção de esquerda que orientou as práticas da corrente sindical que manteve sua hegemonia na liderança do movimento dos trabalhadores/as no pré-64, representado pela COBAP a nível nacional, vem diminuindo a possibilidade de manter sua hegemonia no movimento dos aposentados. É que um outro grupo articula, sob a direção da Força Sindical, um Congresso em Praia Grande/São Paulo em junho de 2000 e funda o Sindicato Nacional dos Aposentados, cuja diretoria eleita contemplava as diversas Unidades da Federação ali representadas na condição de vice-presidentes, secretários e tesoureiros das seções que deveriam ser criadas nos seus respectivos Estados. Na Bahia, no dia 30.10.2000, foi convocado um Congresso para referendar os eleitos em São Paulo e eleger os outros membros da diretoria local.

No cenário das lutas dos aposentados/as e pensionistas na Bahia o que vai-se configurando cada vez mais é o embate polarizado basicamente em duas grandes unidades de geração (MANNHEIM, 1928): uma de concepção política de esquerda que, aqui na Bahia, é bem relacionada com a CUT, e desde a década de 80 empenha-se na organização dos velhos trabalhadores/as, e outra que traz uma proposta política afinada com a nova direita articulada recentemente pela Força Sindical, visto que composta por grupos de dirigentes que em suas práticas revelam as representações diferenciadas que constroem sobre as questões relativas à vida do trabalhador/a. O grupo mais antigo na luta pelas demandas relacionadas à Seguridade Social cerra fileiras contra o grupo organizado recentemente, lançando sobre ele termos acusatórios: “inimigos dos trabalhadores/as aposentados” “novos pelegos”, “divisionistas”, “aliados do governo”. Suas falas ilustram esta observação:

“A Força Sindical tem tendência de direita. E se o movimento dos aposentados passar a ser dirigido por uma tendência de direita só pode prejudicar os próprios aposentados e pensionistas”. – (Arsênio Castro, (65). Diretor da Associação dos Trabalhadores da Petrobrás-Ba. Entrevista dia 22.03.02).

“O Sindicato Nacional dos Aposentados, dirigido pela Força Sindical, é uma farsa, no meu entender. (...) É apenas uma intervenção do governo na mobilização dos

aposentados, para se infiltrar no movimento e prejudicar os aposentados”. Jonas Lima (51). Diretor da Associação dos Aposentados Metalúrgicos-Ba. Entrevista dia 25.03.02).

“Esse Sindicato Nacional dos Aposentados é vinculado à Força Sindical e seus dirigentes são quase aqueles mesmos pelegos da década de 30. Os sindicatos pelegos praticavam os mesmos atos que a Força Sindical está praticando... esse Sindicato foi criado pra dividir a categoria dos aposentados, eles estão sempre a favor do governo...”. (Luiz da Guia (75). Presidente da FEASAPEB. Entrevista dia 21.05.02).

“Se esse Sindicato Nacional dos Aposentados está vinculado à Força Sindical, que é o braço do governo, (...) vai trabalhar contra nós. O nome ideal seria: sindicato para tirar o direito dos aposentados. A finalidade deles é justamente esta: penetrar no movimento dos aposentados e destruir a resistência. É maléfico ao movimento dos aposentados e ao sindical também”. (Manoel de Oliveira Santos (65). Diretor da Associação dos Aposentados Metalúrgicos-Ba. Entrevista dia 25.03.02)

Os militantes do Sindicato Nacional dos Aposentados, por sua vez, reagem acusando o grupo mais antigo de “baderneiro”, “enganadores”, como ilustra a fala do Sr. José Alves Marinho (64), dirigente do SINDNAP-Ba quando questionado sobre a “mobilização pelos 147%” numa entrevista no dia 13.05.02:

“Aquilo que aconteceu... (pausa) o Sindicato Nacional foi criado justamente pra evitar casos daquele tipo. O que nós temos, sim, é de evitar enfrentamento, nós precisamos é conversar, é expor nossos direitos, discutir os assuntos, inclusive na Justiça, pra não precisar se expor à pancadaria. (...) Concordamos, em parte, com as manifestações públicas desde que elas sejam pacíficas e ordeiras. (...) No entanto, o que a gente vê hoje é um bocado de baderna, um bocado de políticos infiltrados, procurando benefícios próprios que expõem as pessoas, os pobres dos trabalhadores, colocam eles na frente e invade aqui, invade ali, invade acolá, o que é propriedade alheia...”.

As principais fontes de adesão existentes no movimento dos aposentados/as e pensionistas em Salvador escaparam do domínio exclusivo do grupo pioneiro, visto que o SINDNAP vem ajuizando ações no sentido da recuperação das perdas relativas aos benefícios pagos pela Previdência Social Público, efetivando convênios para fazer face ao barateamento dos remédios, do atendimento médico e odontológico, conquistando significativo espaço na imprensa local, e com estes mecanismos atraíram uma parcela dos aposentados/as e pensionistas. Referindo-se ao SINDNAP fala Armando Gonçalves (60) Secretário Nacional da Força Sindical em entrevista no dia 16.01.04. “(...) Um

exemplo foi essa revisão das aposentadorias. Nós conseguimos mais de 300 mil no Brasil todo, 300 mil aposentados entrando com ações pra sua revisão de aposentadoria”. “(...) Aqui na Bahia quando fizemos o convênio com a Justiça Federal nós fizemos em 4 meses 6 mil associados” (Nair Goulart, 20.01.04).

O exercício etnográfico transcrito em seguida fundamenta esta análise.

4.4. Uma manhã de Força na direção dos benefícios...

Uma fila formada por oitenta pessoas, aproximadamente, na manhã do dia dez de junho de 2003 deslizava no passeio do Edifício Themis, na Praça da Sé, Salvador, em direção à porta do prédio onde três mulheres, juntamente com o presidente do Sindicato Nacional dos Aposentados, examinavam os documentos apresentados e prestavam informações sobre os direitos ou não de revisão/correção das aposentadorias ou pensões. Aqueles senhores e senhoras ali estavam motivados por uma ostensiva convocatória/propaganda feita por meio da imprensa falada e escrita sobre a parceria realizada entre o Sindicato Nacional dos Aposentados – Ba e o Juizado Especial Federal Previdenciário no sentido de preparar os processos de reclamação para aqueles segurados que se aposentaram no período entre 1994-1997. A correção, num percentual de 39,67%, seria devida diante de erros de cálculo por ocasião da conversão da URV para o Índice de Reajuste do Salário Mínimo.

Os aposentados entrevistados informaram que nunca tinham ouvido falar, antes, desse Sindicato. Em grande maioria, não tinham nenhum conhecimento sobre as entidades que organizam o movimento dos aposentados. A maioria daqueles que sabia algo sobre elas confundia o Sindicato Nacional dos Aposentados da Força Sindical na Bahia – SINDNAP –Ba com a Associação dos Pensionistas e Aposentados da Previdência na Bahia – ASAPREV-Ba. Alguns, raros, eram associados da ASAPREV, mas não distinguiam uma da outra. Muitos eram associados dos sindicatos de suas respectivas categorias profissionais: metalúrgicos, petroquímicos, marítimos, rodoviários, comerciários, construção civil, bancários e foram militantes dos mesmos quando na ativa.

Muitos deles retornaram ao trabalho na condição de contratados temporários, outros montaram pequenos negócios para complementar a aposentadoria, dita, por

unanimidade, como não atendendo às suas necessidades de provedores da família, tanto que não tiveram ainda a oportunidade de “voltar aos seus aposentos”. As idades variavam entre 50 a 80 anos, num universo de 50 entrevistados nesse grupo de 93 beneficiários da Previdência. Vários, principalmente petroquímicos, recebem aposentadoria especial.⁴⁶

As mulheres, em torno de 10% nesse grupo, pensionistas, em sua maioria, sabiam ainda menos sobre o movimento dos aposentados e pensionistas do que os homens. As aposentadas nunca haviam sido sindicalizadas, não sabiam informar nada sobre os sindicatos. Eram comerciárias, em sua maioria. Algumas pensionistas estavam acompanhadas por seus novos maridos.

Informaram que muitos chegam às 5:00 horas da manhã e vão formando a fila para receber a ficha de atendimento. São distribuídas 150 fichas por dia.

No primeiro andar do prédio, na sala 109, estavam aqueles aposentados/as que já tinham passado pela seleção e, por ordem de numeração das fichas, iam sendo atendidos por uma equipe de três diretores do sindicato. Três auxiliares (mulheres) ordenavam a entrada somente daqueles que estavam com a documentação completa. Ao entregar os documentos os aposentados/as e pensionistas eram convidados a associarem-se ao Sindicato, o que era aceito pela maioria; alguns poucos levavam o formulário para preencher em casa.

Na sala vizinha, três mulheres em computadores processavam os dados relativos às reclamações, para posterior encaminhamento ao Juizado Especial Previdenciário. Interessante é que todos os interrogados são favoráveis à contribuição dos inativos que ganham mais, em benefício daqueles que ganham menos, favoráveis, em certa medida, à proposta da reforma nos moldes em que o governo encaminhou.

A capacidade de mobilização demonstrada pelos velhos trabalhadores/as também impôs dificuldades à implementação das políticas de proteção social de caráter privatizante. Tal fato trouxe à cena os propositores de tais políticas, representados no Sindicato Nacional dos Aposentados da Força Sindical para garantir a sua efetivação. Um dirigente do SINDNAP-Ba, Sr. Aurino em entrevista já citada assim expõe sobre o

⁴⁶ A aposentadoria especial é concedida aos segurados empregados, exceto domésticos, e aos trabalhadores avulsos que tenham trabalhado em condições especiais que prejudiquem a saúde ou a

poder político que a Força Sindical poderá construir, atraindo os aposentados para o seu campo de influência.

(...) e daí deu a idéia para o surgimento desse Sindicato Nacional dos Aposentados que seria, ou vai ser, o maior sindicato do país, tendo a condição de mudar um bocado de coisinhas por aí, de coisinhas em termos políticos. A Força Sindical, notando que este Sindicato de Aposentados vai ser o maior do país, ela chamou pra si esse benefício, porque ela vai ter um apoio para qualquer época que ela precisar, até politicamente. Nosso Sindicato vai ter condições de mudar, inclusive, a política dos Municípios, dos Estados e até a política Federal porque somos mais de 20 milhões atualmente no país e 20 milhões unidos muda qualquer eleição.

O secretário nacional da Força Sindical, Sr. Arnaldo Gonçalves, na entrevista do dia 16.01.04 quando interrogado sobre porque sindicato e não associação de aposentados responde: “(...) Nós entendemos que sindicato tem mais poder de negociação. Ele tem mais força pra negociar. Negociar com o governo, com o Ministério da Previdência. Nós entendemos que o Sindicato Nacional tem muito mais peso nessa negociação”.

O que fica evidente nesta fala é a estratégia política centrada na negociação distanciada de qualquer forma de confronto na qual também se pauta a Força Sindical. A fala de Nair na entrevista já citada é também exemplar dessa concepção e da utilização da força simbólica da palavra “sindicato” daí sua preferência ao invés de associação:

(...) porque você ao criar uma entidade com força, porque é uma entidade que vai representar todos os aposentados, se você tiver estratégia política, articulação, você além de ter esse poder de negociar planos pra discutir projetos de lei, você pode também criar uma série de mecanismo... (...) e ninguém fica sócio de uma coisa quando não acredita. As pessoas procuram (...) vê a proposta e muita gente fala: ah! é isso o que estava faltando, estava faltando um sindicato.

Outras falas revelam a visão corporativa dessa central, sem uma perspectiva classista da luta dos trabalhadores/as e sem uma visão de proteção social do ponto de vista de seguridade social, o que prioriza o aspecto restritivo de seguro e não o de assistência de forma universalizada.

Nós temos muito pouca representação no setor público. O nosso enfoque, a nossa forma de fazer sindicalismo... o que diferencia... Claro que é diferente

integridade física durante 15,20 ou 25 anos, de acordo com o nível de exposição a agentes nocivos.

os setores de acordo com as suas necessidades. Talvez a agenda muitas vezes... o que está colocado vai muito em função do setor que a gente representa. A maior representatividade nossa é no setor da indústria privada. (Nair Goulart, 20.01.04 quando questionada sobre a não participação da Força Sindical na última etapa da reforma da Previdência).

Nós apoiamos a reforma porque entendemos que a Previdência deve ser voltada para as necessidades dos trabalhadores que contribuem para ela. (Arnaldo Gonçalves. 16.01.04).

Com a avaliação do potencial de força política dos velhos trabalhadores/as o SINDNAP passou a investir e ocupar espaços estratégicos no movimento dos aposentados e pensionistas em todo o Brasil, iniciando pela maior Federação das Associações de Aposentados do País – a do Estado de São Paulo.

Na entrevista do dia 17.07.03 o Sr. Gilson lamenta a perda da direção da Federação das Associações de Aposentados do Estado de São Paulo, por parte do grupo organizado na COBAP, para a Força Sindical e considera a “falta de vigilância dos companheiros”, como responsável por essa grande perda. Relembra que, primeiro, dois do grupo adversário passaram a participar da direção da COBAP sob um discurso que aparentava comunhão de idéias com o grupo hegemônico. De lá, eles se organizaram e conseguiram assumir a direção da Federação das Associações dos Aposentados do Estado de São Paulo, até então sob a direção de um destacado dirigente do grupo majoritário comprometido com a política de transformação da sociedade, que fez um excelente trabalho político quando Presidente da Confederação, segundo o entrevistado. O Sr. Gilson fala, com pesar, que ele alertou várias vezes os dirigentes da COBAP sobre o perigo que os ameaçava e eles não lhe deram importância, principalmente, a presidente da época, e declarou:

Hoje em São Paulo o movimento é dividido. A Federação está com a Força Sindical e Lourenço formou uma outra organização (...) que faz trabalho paralelo à Federação, quebrando a nossa unidade. Então é isso que eles querem aqui na Bahia (...), mas eu botei a boca no trombone no primeiro momento. Falei com todos que não devia acontecer o que está acontecendo...

E o que está acontecendo, inclusive na Bahia, é o crescimento do Sindicato Nacional dos Aposentados da Força Sindical que realizou, como descrito abaixo, seu segundo congresso na Bahia.

4.5. “Berzoini, basta de crueldade com os aposentados”

A frase apelativa em epígrafe, constando em uma das várias faixas que se estende hoje, 16.01.04, no auditório do Teatro ICEIA, anuncia o teor central do debate que se desenvolve aqui no II Congresso dos Aposentados e Pensionistas da Bahia sob os auspícios do Sindicato Nacional dos Aposentados da Força Sindical. No saguão do Teatro, logo cedo, se aglomera um contingente de 100 pessoas idosas, aproximadamente, saudando uns aos outros sob as câmeras de TVs que escolhem alguns/as para entrevistas, ao tempo em que vão se servindo de pãezinhos, sucos variados, leite oferecidos a pretexto do café da manhã. Um deles, abordado por mim, disse representar, na condição de presidente, a Associação dos Servidores Aposentados do Sistema FIEB, sendo esta a única organização desse grupo no Brasil e que pretende estruturar nacionalmente os aposentados dessa categoria, não sabendo ainda se independente ou vinculado a alguma organização já existente. Convidado a se fazer presente aqui hoje, pretende analisar as propostas e linha política do SINDNAP. Esse e muitos outros representantes de entidades de aposentados em processo de estruturação, ou simplesmente aposentados de vários municípios do interior do Estado que estão fora de qualquer organização do gênero, compõem um público em torno de 500 idosos acomodados no auditório do Teatro, que atentos esperam pelo desenrolar do Congresso, visto que pretendem sair daqui com o compromisso de estruturar em seus municípios uma seção do Sindicato Nacional dos Aposentados.

Compõe-se a mesa de abertura do evento convidando o secretário do SINDNAP a nível nacional, o secretário nacional da Força Sindical, vários dirigentes da Força Sindical de São Paulo, o presidente da ASTAP⁴⁷ e outros dirigentes da Bahia dentre os quais duas mulheres, sendo uma delas a vice-presidente nacional e presidente da Força Sindical na Bahia, Nair Goulart, num total de 10 membros. A fala inicial é do secretário geral nacional da Força Sindical que ressalta: “nós antecipamos a discussão do Estatuto do Idoso para garantir a Lei na prática”. A ênfase dessa mesa de abertura concentra-se nos direitos dos idosos garantidos nesse Estatuto e os aplausos se intensificaram quando Nair referindo-se a ele:

Estamos dando voz aos aposentados para cumprir na vida o Estatuto do Idoso. Temos direito ao transporte gratuito, à saúde, remédios etc. Aqui tem pessoas que vieram de longe de mais de 500 Km., porque sabe que depende de nós, da nossa luta a garantia de nossos direitos. Vamos sair daqui com a decisão de criar este sindicato em todos os municípios do Estado da Bahia. Vamos alcançar nossos sonhos de construir um país justo.

Desfeita a mesa de abertura, compõe-se a mesa que dirige as atividades propriamente ditas do Congresso. Lê-se e aprova o regimento do Congresso que prescreve que deve ter no mínimo uma cota de um terço de mulheres na sua direção. Faz-se, logo a seguir, a leitura de um documento denominado balanço político, abre-se para discussão, acréscimos e supressões seguidos de aprovação a título de resolução do Congresso. A polêmica constitui-se quanto a avaliação da conjuntura na qual referiu-se ao Governo Lula com pesadas críticas, denotando oposição a sua política. As opiniões polarizaram a discussão quanto a aprovação do documento como apresentado pela direção do Congresso da Bahia ou modificado com moderação das críticas ao governo Lula:

Porque malhou tanto o governo Lula? Ele está começando, vamos lhe dar uma chance. É preciso tomar uma atitude efetiva, não adianta só criticar. Berzoini já está podre, nem adianta falar mais nele.

O Governo Lula sequer aponta para o avanço. É uma continuidade do governo FHC. É importante essa reflexão (grande aplauso da platéia).

Criticar só o governo não basta. É preciso fazer sugestões, isso aqui é que precisa ser feito.

Outras falas seguem um rumo conciliatório entre as duas posições opostas:

Temos que falar porque passamos muitos anos amordaçados. Não é com briga, mas com busca aos canais competentes.

Não adianta falar de Lula, dos governos aqui no nosso país. Presidente de palavra só existe no nome, devemos ir para 'o corpo a corpo' para garantir nossos direitos, tanto faz eleger direita ou esquerda.

Não faltaram críticas sobre a questão das empresas devedoras do INSS que não são cobradas pelo governo, outras sobre o limite máximo de dois salários mínimos de

⁴⁷ Este é o único dirigente de entidade filiada à COBAP. ASTAP-Associação dos Trabalhadores Aposentados da Petrobrás

renda para fazer jus ao transporte gratuito intermunicipal e também sobre o pagamento do IPTU pelos aposentados. Postas em votação as duas propostas, foi aprovado, na íntegra, o documento guia apresentado pela organização do evento, com ampla maioria e uma abstenção com declaração de voto: “Este governo deve ser mais criticado que o de FHC, porque ele nos prometeu e está fazendo tudo ao contrário. Eu cantei com o PT na rua: ‘quem sabe faz a hora’”.

Vale destacar aqui a observação do secretário nacional do SINDNAP, que preside a mesa, no sentido de deixar bem claro que o conteúdo desse documento reflete, tão somente, a posição do SINDNAP aqui da Bahia, que quer uma mudança de rumo do governo.

O que vai ficando claro é que a posição retratada no documento guia do Congresso não traduz apenas críticas ao Governo Lula no sentido de contribuir com as mudanças desejadas pelos trabalhadores/as e o povo em geral, mas oposição sistemática ao mesmo, na medida em que de todas as formas procura desgastá-lo ao apresentar as medidas tomadas por ele, que vão de encontro aos interesses dos trabalhadores/as, sem levar em conta a possibilidade de mudança que se criou com sua eleição, na medida em que os trabalhadores/as e a sociedade civil organizada pressionem nesse sentido. Não aparece nessas críticas nenhuma disposição para fortalecer, no campo político, o pólo comprometido com as mudanças.

Nesse processo, a luta do grupo pioneiro no movimento dos aposentados/as e pensionistas no Brasil torna-se cada vez mais complexa e difícil porque de um lado se bate contra o neocorporativismo embutido na ofensiva ideológica neoliberal, reafirmado nas práticas do “sindicalismo propositivo”, que fragmenta e isola os diversos segmentos em luta da classe trabalhadora, e já exerce influência significativa na direção da COBAP a nível nacional e em algumas entidades de sua base nos Estados, como na Bahia, em que já se configuram duas gerações de aposentados/as militando nesse movimento. Uma que reafirma em suas práticas as disposições estruturadas no pré-64, outra, que nega tudo que possa lembrar esse período, posto que carrega o *habitus* constituído como produto do contexto do “novo sindicalismo”. Assim uma geração de velhos convive com outra de jovens aposentados. E essa convivência, como já discutido, não se faz sem conflito. De outro lado, os velhos aposentados em movimento enfrentam o avanço da Força Sindical que depois que estes, a duras lutas, conquistaram um lugar social que

lhes devolveu a voz com a qual denunciam a situação de carência a que são submetidos neste país, busca emergir como interlocutora dos aposentados/as, pensionistas e idosos em geral, junto às instituições públicas, para dessa forma direcionar o movimento rumo aos interesses de seus projetos políticos, que se alinham aos dos últimos governos neoliberais e dos setores dominantes da sociedade.

No cenário da implementação das reformas da Previdência, a Força Sindical ganha espaço, e não mede esforço para neutralizar as mobilizações que caracterizam o movimento político autônomo dos aposentados/as e pensionistas organizados na COBAP. Uma grande disputa entre essas forças adversárias, desde então, vai tomando grande espaço nas discussões, idéias e ações nos movimentos dos trabalhadores/as, no campo sindical, onde os aposentados/as militantes autônomos continuam enfrentando a estrutura do sindicalismo de resultados da Força Sindical.

Esse conflito intrageracional constitui-se em mais um significativo ingrediente no refluxo do movimento dos aposentados. O grupo de aposentados, que traz incorporado em seu *habitus* de classe a concepção de esquerda numa perspectiva de totalidade social e de um modelo de sociedade alternativo ao capitalismo, vem perdendo espaço nessa luta. As mobilizações refluíram, o movimento perdeu força e entra num clima de descenso e desmotivação a nível nacional. Em Salvador, porém, os dirigentes dos aposentados/as estão sempre atentos para não perder oportunidade de levar a chama da motivação de luta e o fazem de várias formas e nas várias ocasiões, até nas comemorações e confraternizações festivas e a Casa do Aposentado constitui-se em ponto de referência dessas alternativas.

4.6. A Casa do Aposentado



casa do aposentado

Por todos os espaços da casa estão as fisionomias alegres e festivas dos aposentados, aposentadas e pensionistas filiados à Associação dos Pensionistas e Aposentados da Previdência – ASAPREV-BA. Todo o ambiente aqui hoje, 24.01.03, respira festa, entusiasmo e euforia. As componentes do coral “fragmentos” da ASAP/CAP, entidade já referida, vestidas em seus uniformes específicos para essas ocasiões festivas, distinguiram-se dos demais participantes. As mulheres também hoje figuram em um contingente muito superior aos 10% das manifestações e reuniões, isto é, das atividades propriamente políticas do movimento. No salão do 1º andar as bolas de soprar completam o ar de festa em grandes cordões coloridos arrematados ao centro por uma mesa recheada por apetitosos petiscos cuidadosamente decorados, tendo ao centro um bonito bolo confeitado. Este cenário é semelhante a muitos outros preparados por ocasião das festas natalinas e juninas em que os associados da ASAPREV-BA reúnem-se para confraternizações nesse mesmo espaço, antes em construção por três longos anos. Hoje é festa de inauguração.



Festa Casa do Aposentado

Há praticamente um ano, no dia 21.12.02, o Sr. Gilson Costa, Presidente da Associação, usou galhardamente o microfone para anunciar esse mesmo afinado coral composto por 40 mulheres em um total de 42 membros. Saudou a todos, muitos dos quais acomodados em filas de cadeiras que ladeavam o espaçoso salão. O coral deu início à festa entoando animadamente várias músicas, algumas natalinas. Ao final da apresentação canta um “*pot-pourri*” de sambas em homenagem ao Sr. Gilson, aniversariante do dia 24 próximo. O coral encerrou sua apresentação e o Presidente da Associação falou do espírito de solidariedade que sustenta e motiva a participação de todos/as na ASAPREV-BA e no movimento dos aposentados/as e pensionistas como um todo, fazendo ali um destaque especial para as expectativas promissoras com o futuro governo de Lula, enfatizando que todos os eleitores presentes devem ter ajudado com seu voto a elegê-lo. Encerrou sua fala dizendo: “Nós não somos filiados a nenhum partido político, o que nos move é o dever de cidadania para defender a Previdência que é nossa, fruto do nosso esforço”. A Sr^a Eriani (78 anos) uma participante assídua em todas as atividades, usou o microfone para dizer que o Espírito do Natal deve ser vivenciado todos os dias do ano e não só no período natalino e que “todos que elegeram Lula têm agora a tarefa e o dever cívico de colaborar com seu governo, porque as forças contrárias já estão a postos, tentando desgastá-lo antes mesmo da sua posse”. A vice-

presidente da ASAP/CAP, em sua fala, chamou a atenção dos presentes para atentarem quanto à administração do futuro Ministro da Previdência. “Se for preciso vamos contestá-lo, caso sua política seja contrária aos interesses dos aposentados”.

A grande presença das mulheres nessa atividade prioritariamente de cunho festivo, diferentemente daquelas de caráter exclusivamente político nas quais elas estão em absoluta minoria, foi motivo de destaque na fala da Vice-Presidente da ASAP/CAP.



Festa Casa do Aposentado

No entanto, a única mulher da Diretoria da ASAPREV passou a maior parte do tempo cuidando com algumas auxiliares, (jovens não aposentadas) da infra-estrutura da festa, no cumprimento do mesmo papel tradicional da mulher de atuar na invisibilidade dos bastidores. Nos eventos promovidos pela Frente a mulher que mais se destaca do ponto de vista da atuação política é dirigente de uma entidade de aposentados/as, cuja base e diretoria é composta quase que exclusivamente por mulheres. As mulheres do movimento de aposentados/as sentem-se inibidas ou sufocadas nas entidades dirigidas majoritariamente pelos homens, de modo que a convivência de ambos numa mesma direção torna-se problemática.

A festa continuou com todos/as aposentados/as, pensionistas e familiares que confraternizaram, servindo-se livremente dos refrigerantes e guloseimas ao som dos acordes de um cantor que entoava músicas ao estilo de seresta, acompanhado por um órgão executado pelo mesmo. Chamou-me a atenção quando uma aposentada de 78 anos levantou-se e sozinha começou animadamente a sambar. A descontração característica das mulheres nesse tipo de iniciativa foi necessária para dar o toque final da sociabilidade naquele evento, que a partir desse instante encantou os presentes com a cadência dos passos de vários casais que belamente rodopiaram pelo salão até o meado da tarde.



Festa Casa do Aposentado

Hoje, a cerimônia de inauguração da Casa do Aposentado começa com uma aposentada da ASAP/CAP convocando os componentes da mesa: a diretoria atual da ASAPREV-BA, a representante da arquiteta que elaborou e orientou o projeto da construção, o Presidente da FEASAPEB, o recém-nomeado Superintendente do INSS na Bahia.

O primeiro a falar, o Presidente da ASAPREV-BA, Sr. Gilson Costa, faz um breve histórico da vida da Associação. Regozija-se por está hoje inaugurando “A CASA DO APOSENTADO” denominação dada à sede própria da ASAPREV-BA. Fala do

esforço não só dele, mas de todos que com poucos recursos⁴⁸, sem nenhuma ajuda externa, inclusive de qualquer político⁴⁹. “Por isso todos os sócios vão receber um título de sócio-proprietário, porque esta casa é deles. Esta Casa é uma trincheira de luta do aposentado”. Fala que agora pretende investir para montar um gabinete dentário, um consultório médico para prestar esses serviços aos aposentados carentes. Agradece, citando o nome de várias mulheres colaboradoras, porém nenhuma compôs a mesa.

A proposta da ASAPREV-BA de buscar prestar atendimentos de saúde aos associados é uma forma de atrair os aposentados/as ao movimento, desviando-os do assistencialismo oportunista do SIDNAP, segundo seus dirigentes, e não corre o risco de transformar-se em movimento de cunho puramente assistencialista, enquanto estiver sustentada em um projeto político claro de transformação da sociedade, como propugna a atual geração de seus dirigentes.

Um outro sócio fundador fala da alegria da inauguração e lamenta por não estar podendo participar muito nos últimos tempos por questões de saúde. O Superintendente do INSS na Bahia diz que se identifica com a luta dos aposentados, desde seu tempo de sindicalista. “Fomos sempre parceiros, como sindicalista, como funcionário do INSS e agora como Superintendente”. O Presidente da FEASAPEB fala: “trago o abraço fraterno de todas as Associações de Aposentados filiados à Federação por essa obra sagrada”. São lembrados pelos presentes vários outros aposentados colaboradores desta obra “construída por dedicação e, sobretudo honestidade” (Tonildo). Um dos diretores fundadores elogia o esforço do Sr. Gilson e diz que sem ele não haveria esta Casa, nem a Associação e sugeriu que seu nome constasse de uma placa afixada na fachada do prédio para que as próximas gerações tomassem conhecimento e seguisse o exemplo do desprendimento, honestidade e, sobretudo, o espírito de luta do Sr. Gilson e fala tomado pela emoção: “gostaria de ainda ter voz forte para gritar: esta Casa é Nossa”.

É descerrada a placa inaugural pelo Presidente que apresenta em seguida uma breve biografia dos diretores fundadores e dos atuais.

⁴⁸ R\$ 6.300,00 mensais.

⁴⁹ faz questão de enfatizar o fato de não recorrer a qualquer político para manter a independência política da entidade.



Inauguração Casa do Aposentado

Duas mulheres compõem o Conselho Fiscal na atual diretoria. O coral entoava algumas músicas e o evento é encerrado com uma banda de música tocando “parabéns pra você” na porta da Casa.

A Casa do Aposentado abre todos os sábados para a realização da assembléia dos sócios da ASAPREV-BA que há 18 anos, inicialmente no Clube Fantoches, se reúnem para debater os seus problemas e planejar e organizar suas formas de luta, além de sediar as reuniões da Frente, desde a criação desta em janeiro de 2001. Com uma frequência em torno de 30 participantes, mantendo constantes os 10% da presença feminina e o mesmo conteúdo dos discursos da “Praça da Resistência”, considerada como uma extensão desta.



Assembléia Casa do Aposentado

É preciso organizar uma integração da juventude com o nosso movimento e promover nesse encontro de gerações a defesa da vida, porque os jovens, mesmo aos 17 anos, não conseguem emprego. Eu sinto feliz e me renovo todo sábado nesse convívio com os companheiros da minha geração. Esta Casa é uma casa de civismo, de cidadania. A nossa Casa se estende à rua da Polônia toda 3ª-feira onde cumprimos o papel de levar nossas idéias a todos que por lá passam, distribuindo nossos panfletos e mostrando que somos velhos, mas que estamos vivos, reivindicando nossos direitos. O país tem de ser discutido, unindo os trabalhadores, estudantes e sociedade em geral para esse mister. (Gilson Costa. 15.06.02)

A presença de parlamentares do campo da esquerda é também uma constante nesse espaço. É mantida a mesma linha do discurso defendida nas manifestações, no sentido de exaltar as ruas como lugar efetivo das mobilizações que garantem as conquistas: “... é preciso irmos às ruas para botarmos a boca no trombone e recuperarmos nossas perdas”(Astério Costa- Reunião ASAPREV- 28.04.01) . “A rua é nosso caminho porque não temos mais tempo para esperarmos pela morosidade da justiça” (Gilson Costa – Reunião ASAPREV em 28.04.01) Do mesmo modo, é sustentada a defesa do voto como arma eficiente nesse campo constituído por uma correlação de forças extremamente desigual. Assim, na reunião do dia 28.04.01 o Sr. Gilson Costa fazia uma análise da conjuntura política do país e falava sobre o então recente escândalo da violação do painel de votação da Câmara Federal e concluiu:

A culpa é nossa porque votamos há 50 anos em quem não tem ética, nessas oligarquias corruptas. Em breve vai haver renovação do poder político e nós precisamos mudar essa situação e não é para termos saudades do regime militar a quem devemos isso que está aí. Não podemos concordar com a idéia de que todos são iguais, porque ainda há políticos sérios. Aqueles que compõem os partidos que não se aliam ao governo.

No dia 13.12.03, enquanto esperava pela assembléia, um grupo de aposentados discutia e culpava os últimos governos pelas condições precárias de vida em que vivem os de mais idade no país. “Tudo piorou depois que aquele miserável do Collor governou o país”. Outro respondeu: “Já pensou se ele tivesse continuado?”. Continuou a discussão sobre a falta de consciência política dos eleitores, principalmente os aposentados, que são 23 milhões de brasileiros que juntando com os familiares poderiam derrubar qualquer governo e um deles disse: “... a culpa é mesmo de nós pequenos”. Esta fala revela a incorporação da ideologia dos opressores pelos oprimidos de que a responsabilidade pela precariedade de suas condições de vida é exclusivamente de cada um deles individualmente. As dificuldades do governo Lula faziam parte das discussões, mantendo, porém a defesa do mesmo, no que era reforçada pelo reajuste recente dos benefícios em 19.71%, quase o mesmo reajuste do salário mínimo e a sua antecipação de julho para maio, uma reivindicação da categoria dos aposentados/as e pensionistas.

Críticas eram levantadas à publicização das divergências de setores do próprio PT ao governo Lula. A concepção do imediatismo expressava-se em uma das falas descrente em relação à recuperação das perdas e do resultado da luta que não vem de imediato: “continuo perdendo um salário mínimo nos meus benefícios. A luta nas terças-feiras não adiantou de nada. Os aposentados não têm tempo para esperar por 10 ou 20 anos, por isso não adianta lutar”. Quando inquirido sobre a vitória dos 147% , respondeu: “... essa vitória não se deveu à mobilização, mas ao fato de o benefício está vinculado ao salário mínimo pela Lei. A justiça não tinha outra saída a não ser cumprir a Lei”. Foi contestado por outros e houve um que ponderou: “... a luta vale até para os que ficam usufruírem os seus benefícios”, numa demonstração de uma visão da luta numa perspectiva histórica e coletiva, no sentido da continuidade de geração a geração. Outro verbalizou: “Gilson falando pra mim basta. Eu fico aqui até as 11:00 horas pra ouvir Gilson falar”, ou seja, o interesse em se informar sobre a política geral, sobre seus

direitos e o que pode e deve ser feito para tentar mudar as condições de vida dos que vivem da aposentadoria.

Todos desceram à sala de reunião onde outros aposentados/as também esperavam.



Assembléia Casa do Aposentado.

A intervenção do Sr. Gilson iniciou, lamentando o “massacre” do Iraque pelo egoísmo e afirmou que aqui no Brasil o egoísmo expressa-se nas privatizações e traz da mesma forma o desemprego, a fome a degradação humana, consequência da política de globalização:

O mundo globalizado desejado seria aquele em que os mais ricos ajudassem os mais pobres. Mas isso não é o que acontece. O que vemos são as máquinas substituindo os trabalhadores e esses ficando desempregados. A máquina que surgiu para facilitar o trabalho do homem, para libertá-lo e não para escravizá-lo. O egoísmo floresce na sociedade. O lucro é a lógica. Precisamos fazer estas reflexões com nossos netos no final de cada ano.

Da platéia um aposentado interrompe e diz em voz alta: “Só tem um jeito é Jesus Cristo”, expressão da idéia de que os próprios homens e consequentemente os

aposentados não têm força suficiente para dar ou mudar o rumo de suas vidas. E o Sr. Gilson continua a intervenção e responde: “... não que não devamos rezar, mas é preciso lutar. A luta é que nos trará soluções. Bush, o Hitler atual, em nome de Deus lançou bombas no Iraque. Que Deus é esse?”.



Assembléia Casa do Aposentado

Vários questionamentos foram levantados da platéia sobre as negociações que podem ser feitas com o Governo no que se refere às perdas com base numa matéria publicada no Jornal “A Tarde” no dia 11.12.03, intitulada “Aposentado deve optar por reajuste”⁵⁰, na qual o Sr. Gilson propõe uma negociação com o governo em cujos

⁵⁰ Trechos da matéria de Gilson Jorge. Jornal A Tarde 11/12/2003, caderno ECONOMIA pg.17. “Presidente da Associação dos Pensionistas e Aposentados da Previdência defende troca de revisão por aumento de 39,67%.”

Os aposentados que entraram na justiça para reaver a correção da Unidade Real de Valor (URV) que não foi paga pelo governo entre 1994 e 1997 deveriam abrir mão do montante a que tem direito em troca de um aumento de 39,67% nas aposentadorias a partir de agora. Quem sugere é o presidente da associação dos Pensionistas e Aposentados da Previdência na Bahia, Gilson Oliveira.

(...) ‘O governo vai sempre recorrer quando tiver que pagar - até porque esta é uma obrigação constitucional’, pondera Oliveira, que prevê uma longa estrada que deve culminar no Supremo Tribunal Federal. A espera para ter seus direitos reconhecidos dura quase uma década, quando foi criada a URV, a unidade monetária que precedeu o lançamento do real. Somente na Bahia, há mais de dois mil aposentados que aguardam a correção dos seus benefícios, mas que vêem o tempo passar sem que o dinheiro que lhes pertence seja pago. Aos 76 anos, Oliveira acha que é mais negócio assegurar um aumento de 39,67% sobre as pensões que ainda vai receber do que insistir em um processo que pode se

termos os aposentados abririam mão da correção da Unidade Real de Valor - URV que não foi paga pelo governo entre 1994 e 1997 em troca de um reajuste dos benefícios, a partir de agora, no valor de 39, 67, visto que a espera por todos os trâmites na Justiça, inclusive pelo fato do INSS sempre recorrer das decisões, pode demandar um tempo de que os aposentados não mais dispõem. A reunião foi encerrada após a discussão de que no sistema de repartição simples, como é o que rege a Previdência brasileira, mesmo o trabalhador/a aposentado/a, porque ocupa uma vaga no mercado, tem de contribuir para garantir a sustentabilidade do sistema, embora não faça jus a outra aposentadoria.

As reuniões de avaliação da Frente são sediadas também na Casa do Aposentado nas quais são pensadas discutidas e organizadas as ações da mesma, cujos discursos rumam no mesmo sentido daqueles dos demais fóruns do movimento:

Estamos num momento ímpar para a oposição ganhar espaço político com vistas a dar um novo rumo ao país. O movimento político atual é favorável às forças populares. Nunca houve momento melhor para quem quer transformar o país, desde 1964. O povo está revoltado com os políticos e isso vai repercutir nas próximas eleições. (Gilson Costa 16.06.01 - Reunião da Frente)

Nesse mesmo dia é planejado ampliar as “vigílias” da Rua da Polônia para os bairros, portas dos Shoppings com apresentação de peças de teatro, bonecos alusivos aos políticos corruptos, bem como a realização de um debate com parlamentares de todos os partidos, o que não foi efetivado.

Na reunião do dia 04.04.02 foi discutida a organização de uma mobilização para explicar a importância do voto, vinculando-o às dificuldades vividas por todos os cidadãos trabalhadores como desemprego, baixos salários etc e para tal propôs-se uma comissão para estruturar uma cartilha para servir de roteiro das discussões nos bairros, contendo os seguintes pontos: a questão do salário mínimo, a CLT, a guerra no Afeganistão, a ALCA a questão da água etc., envolvendo nesse trabalho de “conscientização da população para o voto” os estudantes e os sindicalistas. “... é preciso conscientizar o povo de que muito do que está aí é fruto do voto mal dado e que

arrastar durante anos. Ele faz questão de frisar que essa não é uma posição da entidade que representa, mas o pensamento de uma pessoa que teme não chegar a usufruir o dinheiro. (...) ‘é melhor ter um aumento no poder efetivo agora. Esse acréscimo na renda seria útil no momento atual’, afirma Oliveira

pode ser corrigido com um trabalho de conscientização. Como não temos a mídia do nosso lado temos de organizar atividades nas ruas”. (Gilson Costa 04.04.02). Nessa mesma data foi proposta pelo representante do SINTSEF – Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Federal, uma manifestação para mostrar o que se compra com o atual salário mínimo, acompanhada pela distribuição de panfletos sobre a questão, numa tentativa de romper com a indisposição atual para unificar as atividades e que até por isso a Força Sindical está tomando para si a defesa do salário mínimo, cuja realização aconteceu, como discutido acima, no dia 29.04.02.

A crise do movimento sindical é tema freqüente dessas discussões. “Há nos sindicatos uma briga interna em torno das candidaturas e os problemas principais são esquecidos e isto está desintegrando o movimento sindical” (representante do Sindvigilante reunião da frente em 04.04.02)

“... a participação do movimento sindical nas atividades como um todo não satisfaz, está em baixa. Só os diretores dos sindicatos abarrotariam a Avenida Sete e isso, no entanto, não acontece”. (Walter Ribeiro – diretor da CUT)

Essas reuniões, também, servem de espaço para a explicitação das divergências entre o movimento de aposentados/as e o sindical: “... no movimento dos aposentados deveria ter pelo menos um representante de cada sindicato. Não tenho a fórmula...” (Walter Ribeiro, representante da CUT na reunião da Frente -16.06.01) Ele propõe que os dirigentes dos aposentados devem visitar os sindicatos e solicitarem um espaço nas reuniões de diretoria dos mesmos para tentar persuadí-los quanto à importância da unidade de ambos os movimentos. Do mesmo modo, devem buscar participar do coletivo de políticas sociais da CUT e se inserir na agenda da Central com o mesmo intuito.

A discussão de estratégias no sentido de estreitar a articulação entre os dois movimentos o de aposentados/as e pensionistas e o sindical de base cutista para fortalecer o enfrentamento à ofensiva neoliberal e o seu destacamento no movimento dos trabalhadores/as - a Força Sindical - ganha sempre destaque nessas reuniões de avaliação e encaminhamento do movimento e é nesse rumo que o representante do

que defende uma mobilização dos aposentados junto ao governo e ao Congresso Nacional para que se tente um acordo...”“.

Sindsaúde, da rede privada, ao avaliar o descaso dos dirigentes sindicais com relação às demandas dos aposentados/as, na reunião citada acima, informou sobre o seu esforço para organizar o grupo dos aposentados do seu sindicato na condição de associado. Essa discussão gira principalmente em torno das idéias sobre como articular com outras entidades de aposentados e sindicais as estratégias políticas do movimento, com vistas ao crescimento da mobilização dos aposentados e pensionistas organizados na COBAP, para fazer frente ao crescimento da Força Sindical no movimento dos aposentados/as e pensionistas na Bahia.

E nesse mesmo sentido, na tarde do dia dez de junho de 2003, ainda na Casa do Aposentado três dos seus diretores estavam trocando idéias sobre o que já havia sido articulado com outras entidades de aposentados em relação às estratégias políticas do movimento para os próximos meses, tendo em vista o crescimento da mobilização dos aposentados e pensionistas da Bahia sob a orientação da COBAP.

O presidente da ASAPREV-Ba recebeu, logo em seguida, um telefonema de uma repórter da TV-Aratu procurando pelo presidente do Sindicato Nacional dos Aposentados para informar-se sobre as ações que o mesmo estava encaminhando à Justiça. (Confundi as duas entidades, visto que, na história da Bahia, a referência destacada como liderança do movimento dos aposentados e pensionistas sempre foi o Sr. Gilson Costa). Recebeu a resposta seguinte:

Olhe! Não se trata de nenhuma novidade, nós já vimos recorrendo à Justiça com essa reclamação desde setembro de 2002. Só que não foi divulgado pela imprensa da mesma forma. Esse Sindicato da Força Sindical não representa os aposentados e pensionistas. Quem representa é a COBAP, que há 18 anos dirige e coordena o movimento dos aposentados com grandes conquistas; no entanto, a imprensa está dando grande cobertura à Força Sindical, contribuindo para que ela destrua o nosso trabalho junto aos aposentados.

Nesse momento ele combinou com a repórter uma entrevista com ele às 8:00 horas da manhã seguinte. Confirmou na agenda a data de uma entrevista sua na rádio Excelsior. Informou-nos, depois do telefonema, que a repórter dissera que a imprensa não cobre as atividades da ASAPREV-Ba por falta de “marketing” por parte desta, no que ele concordou, dizendo-se mal assessorado nesse campo e que não economizará esforços para enfrentar mais este desafio.

No dia 17.06.03 os mesmos diretores, Sr. Gilson, Sr. Lino, Sr Antônio Pinto, comentavam sobre o contato que mantiveram com o Juiz que responde pelo Juizado Especial da Previdência em Salvador, no qual discutiram com o mesmo, os termos de um convênio no sentido do encaminhamento das ações àquele órgão, solicitando a recuperação das perdas dos aposentados que, em 1994, no momento da conversão da URV para o Índice de Reajuste do Salário Mínimo – IRSM, o Governo aplicou um índice menor na base de cálculo de 39,67%. O Juiz concordou e combinou que agendaria um dia para efetivar a parceria, na Casa do Aposentado, para o que seria amplamente convocada a imprensa falada e escrita.

A Casa do Aposentado também serve para sediar atos políticos de grande amplitude



Festa Casa do Aposentado

Por ocasião das comemorações dos 81 anos da Previdência Pública brasileira, inicia-se aqui uma rica discussão sobre a situação política do governo Lula e as mudanças nos Ministérios, inclusive o da Previdência e Assistência Social.

As comemorações desse aniversário da Previdência reafirmam o conflito já discutido acima entre duas gerações de militantes aposentados organizados na COBAP, na medida em que as atividades de hoje dividiram-se em dois atos. Um ato público na

Praça da Piedade, coordenado pela FEASAPEB, sob a influência dos aposentados jovens, e outro ato aqui na Casa do Aposentado coordenado pela ASAPREV-Ba, dirigida pelos aposentados velhos, depois de uma missa conjunta na Igreja de São Pedro na Praça da Piedade no dia 24 de janeiro de 2004.



Missa aniversário Previdência

O Sr. Gilson inicia com uma rápida retrospectiva histórica da Proteção social no Brasil para um público em torno de 70 pessoas, majoritariamente homens, como de resto os demais atos de caráter mais político desse movimento, com a presença de apenas três mulheres.

O eixo do seu discurso versa sobre o novo Ministro da Previdência, membro do PMDB, partido político que ajudou a retirar direitos dos aposentados. Outro diretor da ASAPREV-BA, o Sr. Lino, faz a leitura de uma carta que a entidade enviou ao Senador Paulo Paim, expressando as preocupações com a mudança do Ministro e defendia a manutenção de Berzoini, argumentado que Amir Lando na condição de relator da

Emenda Constitucional nº 20, em 1997, defendeu o teto das aposentadorias em valores nominais de R\$ 1.200,00, ao invés de dez vezes o salário mínimo, o que permitiu reajustes dos benefícios diferenciados do índice de reajuste dos trabalhadores/as ativos, provocando hoje uma perda de 40% nos ganhos dos aposentados/as e pensionistas.

Na fala de Marina ela expressa a mesma preocupação. “... Estou triste porque vejo que são aqueles mesmos que há seis anos estavam no poder destruindo nossos direitos, defendendo a privatização da Previdência. Em 1998, eu assisti uma reunião desse grupo que assumiu a Previdência ontem, discutindo com estrangeiros, a forma de lhes entregar a Previdência”. Um representante do sindicato dos Bancários revelou a mesma preocupação dos anteriores, mas que acredita na disposição de luta e clareza política desse movimento de aposentados que foi o primeiro movimento de massas a reclamar nas ruas o *impeachment* de Fernando Collor de Mello por ocasião do Congresso da COBAP no Rio de Janeiro em 1991. Um outro aposentado contestou a preocupação, considerando-a prematura, porque “a orientação é do governo, eu não gostaria de me desiludir do governo Lula” no que foi retrucado por outro: “não devemos esperar, nós temos é que lutar”. Vários oradores expressaram essa preocupação:

“... o que eu estou entendendo disso tudo é que é preciso mobilização para garantir nossos direitos”.

“... é preciso reforçar a luta para ajudar Lula e se for preciso nós puxaremos suas orelhas”.

A importância da unidade da classe trabalhadora novamente é enfatizada.

Acho importante essa construção da unidade dos trabalhadores para fazer frente à globalização do capital. A luta dos aposentados não pode isolar-se das outras lutas. A solidariedade e a união são fundamentais. E a união significa politicamente juntarmos todos aqueles que têm problemas comuns, para dar soluções coletivamente. Essa Casa é símbolo dessa possibilidade de realizar quando queremos. Essa casa é símbolo dessa solidariedade... O Estatuto do Idoso foi garantido na lei pela luta. É preciso que a luta garanta-o na prática... Precisamos de união, de poder, de política. E poder só se tem com organização unitária. (Edson, SINTSEF)

Essa discussão expressa, às vezes ambigüidade, “eu não gostaria de me desiludir do governo Lula”, mas vai também construindo e clarificando a idéia de que não é a classe trabalhadora que está no poder e que o governo atual também não traz um projeto alternativo claro de ruptura com as políticas neoliberais. Essa possibilidade está posta,

mas só se viabilizará com os trabalhadores/as ativos e aposentados nas ruas. Homens e mulheres, jovens e velhos em grandes mobilizações, martelando na lembrança de Lula que o povo o elegeu para garantir os direitos dos oprimidos e nesse processo pode construir essa realidade.

O Sr. Luiz da Guia, que chegou atrasado a esse ato, juntamente com os outros representantes da FEASAPEB que estavam coordenando a manifestação na Piedade, encerra-o lembrando para “3ª-feira alertarmos a todos, na porta do INSS, sobre essas preocupações e relançarmos nossa luta”. Ao final 116 pessoas assinaram o livro de frequência.

Essas iniciativas constituem-se numa aguerrida resistência do antigo grupo dos aposentados/as face ao crescimento da participação do SINDNAP no movimento dos aposentados/as e pensionistas, num contexto de grande dificuldade para reconstruir a unidade da luta dos trabalhadores/as, no campo da esquerda, até mesmo no interior do grupamento organizado na COBAP.

4.7. “O primeiro Congresso do novo Brasil”

“I Congresso Estadual do 3º Milênio

Congresso Israel Ferreira.

Federação das Associações de Aposentados, Pensionistas e Idosos

do Estado da Bahia

FEASAPEB

Dias 03 e 04 de outubro de 2003”.

Um grande painel com a legenda acima abre-se na parede central do auditório da FUNDACENTRO atrás da grande mesa ornamentada com um belo arranjo de flores de onde o aposentado Aloísio Paim convida o vigário para celebrar a cerimônia religiosa que dá início ao Congresso Estadual dos Aposentados e pensionistas do Estado da Bahia com 67 participantes, dentre os quais 15 mulheres. Na homilia o pároco começa explicando o significado da ampulheta desenhada no centro de outro painel circulada pela inscrição: Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas – COBAP.

Fundação 13.10.1985. A ampulheta representa contagem do tempo, paciência, acúmulo do saber dentre outros, afirma ele. E continua: “Estão aqui as pessoas que não estão satisfeitas com o mundo que aí está. E é assim que Deus nos quer, com sentimento de luta (...) Estamos aqui no testemunho ao contrário do adágio: ‘é tempo de murici, cada qual cuida de si’”. Fala, também, da importância da solidariedade entre as gerações muito bem representada em um outro painel à esquerda nas figuras de um velho em traje desportista correndo á frente seguido por um jovem acompanhado de uma criança. O painel traz na parte superior a legenda: “NUNCA É TARDE PARA LUTAR” e na parte inferior está inscrito: Associação dos Pensionistas e Aposentados da Previdência Social da Bahia. CASA DO APOSENTADO.

Terminada a cerimônia religiosa é composta a mesa propriamente política de abertura do evento com uma mulher na condição de secretária, ladeada por oito homens que se sucedem ao microfone, representando várias entidades. O Sr. Luiz da Guia, presidente da FEASAPEB, lembra episódios da trajetória de luta do Sr. Israel Ferreira um dos homenageados do Congresso. O Delegado Regional do Trabalho fala da legitimidade da sua presença em função da luta passada dos atuais aposentados, na condição de trabalhadores ativos. O Presidente da Associação dos Funcionários Públicos diz que governo é governo e que os funcionários e os trabalhadores não podem se confundir com ele e chama a atenção para as perdas que os trabalhadores terão com a aprovação da proposta de reforma da Previdência, ainda em tramitação no Congresso Nacional. A representante do INSS refere-se ao governo como o governo da inclusão e cita o empenho do mesmo para incluir os que estão fora do sistema previdenciário, lembrando a proposta de redução da taxa atual de contribuição do INSS para os trabalhadores autônomos e a aprovação do Estatuto do Idoso como atendimento aos reclamos dos mais velhos.

“Este é o primeiro Congresso não só do terceiro milênio, mas do Novo Brasil”. Assim o Presidente da CUT – Bahia, Everaldo Augusto, saúda o Congresso, reconhecendo de certo modo a relação de conflito que se estabeleceu, a partir do “novo sindicalismo” entre os militantes da ativa e os aposentados ao afirmar:

A minha presença aqui hoje não preenche a lacuna que há na relação entre o movimento sindical e o movimento dos aposentados e embora alguns sindicatos da nossa base tenham feito certo esforço no sentido de superar a

distância entre os dois movimentos, como o sindicato dos bancários, por exemplo, ainda há muito o que fazer pela unidade dessa luta. O que posso garantir é que a CUT está no mesmo rumo deste Congresso no sentido de defender o trabalhador, seja ele ativo ou aposentado.

Ao mesmo tempo em que discorre sobre a luta do povo para conquistar esta “oportunidade de ouro de ter a nossa cara no Governo, de que temos de ter a dimensão do fato de que este Governo é o nosso Governo”, expressa o descontentamento dos trabalhadores com a política econômica que não é a do Governo Lula, mas a do Governo anterior e fala da necessidade de trazer o governo para o lado das mudanças centrais por meio das lutas nas ruas. “A CUT e outras Centrais vão apresentar propostas para ampliar direitos, melhorar salários e direcionar o rumo do Governo”. Este foi o eixo central dos discursos neste evento, como de resto, nos demais, sob a direção do movimento dos aposentados da Bahia vinculado à COBAP no período pós-eleitoral, já relatado em páginas anteriores. Não é outro o significado que o representante de Iaçú imprimiu na sua fala ao avaliar a conjuntura do país:

Agora não é mais Lula é luta. Muitos ainda não assumiram esse governo como nosso. Não vamos resolver sentados os problemas de 500 anos. Precisamos lutar com Lula para não perdermos a oportunidade de mudanças que soubemos construir. Lula sozinho com seu governo não resolve os nossos problemas.

O Presidente da ASAPREV-BA, Sr. Gilson Costa, fez uma breve retrospectiva do ano de 1985, citando várias entidades do movimento dos aposentados criadas nesse ano, inclusive a COBAP, dirigidas por militantes egressos do movimento sindical, a cuja experiência deve-se o sucesso dessa luta. Historiou, resumidamente, as conquistas a partir de 1988 e enfatizou que a mobilização pelos 147% despertou a sociedade para a situação dos aposentados e idosos nesse país e conclui: “A luta continua. Este Congresso faz parte dessa luta”.

Depois do lanche, servido no intervalo à base de sucos variados, pãezinhos, biscoitos, café e leite, discutiu-se as finanças da FEASAPEB. O interessante aqui é que constou na pauta da discussão o débito deixado pela direção anterior que foi de uma mulher, já discutido anteriormente, cujo nome foi inicialmente omitido pelo tesoureiro, mas explicitado posteriormente por pressão de alguns dirigentes presentes. Durante a discussão sobre o índice de contribuição das Associações para a Federação foi citada a

baixa contribuição exigida dos associados pelo Sindicato Nacional dos Aposentados da Força Sindical, que vem envolvendo vários aposentados/as e prejudicando a “verdadeira” luta dos aposentados; o que gerou uma discussão com um representante da COBAP, que minimiza a questão e afirma: “Não temos que nos preocupar com isso porque o Sindicato Nacional dos Aposentados não existe”, sendo imediatamente contestado por outro participante que acusou a COBAP de omissa quanto ao enfrentamento desse problema. Essa discussão revela que a emergência do SINDNAP é pensada de forma divergente pelos dirigentes atuais da COBAP e os dirigentes das Associações da base do movimento aqui de Salvador, expressão do conflito interno no próprio movimento articulado por essa Confederação, já discutido anteriormente.

Vários dirigentes de Associações de Aposentados/as do interior do Estado demonstraram preocupação com a ampliação do movimento no sentido de alcançar os idosos em geral. Assim é que a representante do Centro Sul propôs a modificação das Associações dos Aposentados com vistas à implementação do Estatuto do Idoso: “...nem todo idoso é aposentado, por isso devemos transformar as associações de aposentados em OSCIP - Organização Social Civil Pública. As associações dos aposentados não são para fazer caridade, mas se não realizarem trabalho social não vão adiante”. Esta fala revela a busca de variadas formas para mobilizar os idosos de um modo geral. O representante dos aposentados de Iaçú informa que assumiu a direção da Casa de Solidariedade de Iaçú, entidade de cunho exclusivamente assistencialista, mas “agora vamos fazer de lá um centro de cidadania com a participação de jovens, adultos e velhos”.

A preocupação com a formação dos jovens no sentido da continuidade dos valores que norteiam suas vidas aparece nas análises que os aposentados fazem da crise atual da sociedade brasileira e ressaltando a esperança que os move na luta, expressam sua auto-imagem como agentes de mudança sem nenhuma identidade com os atributos negativos de dependência, inatividade e até mesmo de inutilidade e estorvo que lhes são imputados pela sociedade atual, como uma espécie de punição por teimarem em continuar vivendo após sua vida laboral:

...Nós idosos somos cheios de esperança, por isso estamos aqui, não somos velhos, somos idosos cheios de vida, contribuindo para uma sociedade mais justa. Hoje com a família desestruturada, com o filho vendo o pai

desempregado, brigando é de onde nascem os drogados, os ladrões. Precisamos trabalhar pela juventude que está aí, porque em nós pulsa a vida e a esperança. (Representante de Ilhéus).

As atividades do Congresso hoje, dia 04.10.03, foram iniciadas com uma palestra seguida de debate, proferida pelo Sr. Gilson Costa, sobre o Estatuto do Idoso recém aprovado no Congresso Nacional. Após a apresentação sucinta de alguns artigos a tônica do debate centra-se nas sugestões para fazer do cotidiano da vida dos idosos a prática permanente dos direitos prescritos na Lei. Para tal,

O Estatuto deve ser estudado, discutido em todas as Associações de Aposentados, em toda a sociedade, envolvendo, inclusive, os jovens, para que eles se conscientizem sobre os direitos do idoso e sobre as penalidades relacionadas à sua infração. Este trabalho deve começar na escola com as crianças. (...) Vamos nos tornar um exército em defesa das leis que protegem o idoso. O tempo pra nós é mais curto, por isso nós temos que correr, não podemos esperar muito. Vamos pras ruas para obrigar o cumprimento do Estatuto. Não há nada mais forte do que o povo nas ruas reagindo. Vamos lutar pelo Estatuto do Idoso nos bairros, nas associações de aposentados, vamos botar uma banca com som na praça para chamar o povo para conhecê-lo. A tribuna do povo é a rua. A trincheira do povo é a rua. (Trechos da fala do palestrante).

Muitos participantes seguiram na mesma linha do palestrante enfatizando tratar-se de uma conquista simbólica, porque vivemos no mundo dos símbolos, “mas iremos transformá-la em conquista material concreta”. (Edson, SINTSEF). A representante da ASAP/CAP informou que na sessão em que a Lei foi aprovada o Senador Paulo Paim, em seu discurso, lembrou que a COBAP há 10 anos atrás na pessoa do seu presidente, à época, o Sr. Gilson Costa, contribuiu bastante com as discussões e mobilizações relativas ao Projeto de Lei sobre o estatuto do idoso que culminou com sua aprovação no dia 23 próximo passado.

Seguiram-se as homenagens aos dois militantes, Valter Amado (in memória) e Israel Ferreira, a leitura de uma carta de Paulo Paim saudando o Congresso, outra da Federação dos Aposentados do Rio Grande do Sul, bem como a leitura das moções de apoio, agradecimentos e também de repúdio e por ultimo a leitura da “Carta de Salvador”, documento conclusivo do Congresso, na qual foi ressaltada a vitória de Lula como o maior acontecimento da história recente do Brasil que recuperou a esperança de

170 milhões de brasileiros. Ao elencar os problemas e índices de exclusão social do país, conclui: “não basta reclamar”. Termina reafirmando a conquista simbólica que o Estatuto do Idoso representa, mas que precisa transformar-se em conquista concreta.

O Congresso foi encerrado com a participação do Presidente atual da COBAP, que começa na defensiva, – “(...) Dizem que a COBAP não faz nada, mas tudo é passado para as Federações. Se elas não repassam às bases, não é culpa de João Lima” – expressão de desarticulação e divergências entre a direção atual da COBAP e suas organizações de base. Esta divergência é de tal ordem que os principais dirigentes da ASAPREV-BA, pertencentes à geração dos aposentados velhos não permaneceram no Congresso para discutir com o presidente da COBAP, justificando sua retirada em função do seu grande atraso.

Quando interpelado sobre a orientação política da COBAP, sob a sua direção, de prioridade ao recurso jurídico em detrimento das mobilizações nas ruas, responde: “Não tivemos motivo para ir às ruas. Vamos às ruas agora porque temos motivos. Porque nossas negociações não estão sendo atendidas. Temos perdido no STF”. Continuou: “(...) a COBAP tem assento em todos os fóruns do Governo, não para pedir cargos, mas para discutir as questões e direitos dos aposentados”. Falou das iniciativas da Confederação em relação a acordos com o INSS e Ministério da Saúde quanto à possibilidade da distribuição gratuita de medicamentos ser feita pelas associações de aposentados e da criação de um Fundo COBAP de auxílio funeral, além de uma TV e rádios comunitárias sob o comando da COBAP para divulgação da política dos aposentados.

Estas declarações revelam o impacto do “sindicalismo propositivo”, premido pela ofensiva ideológica neoliberal, sobre a atual direção da COBAP que aderiu à prática do “negocionismo”, sem a efetiva sustentação na mobilização de massa e restringindo a luta a ajuizar ações contra as perdas nos benefícios, descolada de uma perspectiva coletiva mais ampla no sentido classista da luta. Esta concepção isolacionista, singularista assumida pela atual direção da COBAP explica o não tensionamento das bases desta, no sentido das mobilizações de protesto nas ruas por ocasião da votação da reforma da Previdência Social Pública, que implicou em perdas

significativas para os trabalhadores/as, tanto da ativa, quanto aposentados, das quais ele não falou.

4.8. “Acolher a chegada do tempo com sabedoria”



Sessão Especial-Câmara Municipal

A resolução do I Congresso Estadual do 3º Milênio, constante da Carta de Salvador, que orienta a luta dos aposentados/as e pensionistas no sentido de transformar o Estatuto do Idoso de “conquista simbólica” em conquista concreta, teve a primeira iniciativa nesse sentido numa Sessão Especial realizada na Câmara de Salvador, na comemoração dos 18 anos da ASAPREV-BA, do modo posto a seguir.

O plenário Cosme de Farias da Câmara Municipal de Salvador hoje, 16.10.03, está pequeno para acomodar tantos cabelos brancos que atenderam à convocação da Vereadora Olívia Santana, (PcdoB) presidente da Comissão dos direitos Humanos da Câmara de vereadores de Salvador em parceria com o Deputado Federal Daniel Almeida, (PcdoB) para essa festa de aniversário nem um pouco convencional. A

ASAPREV-BA comemora aqui seus 18 anos de luta sem tréguas pela proteção social dos mais velhos, desfraldando mais uma bandeira: a implementação do Estatuto do Idoso.

Não está só, está aqui em companhia de várias entidades representativas da defesa dos direitos do idoso, dentre as quais a Sociedade Protetora dos Desvalidos, fundada há 170 anos, por ex-escravos, para comprar cartas de alforria e lutar contra a escravidão. É, por conseguinte, uma irmandade de população negra. Estão aqui também membros dos Conselhos Estadual e Nacional do idoso, várias outras associações de aposentados, vários grupos intitulados de “3ª idade”.

Membros do grupo denominado “Celebração da Maior Idade” dirigido pela dançarina e coreógrafa Nadir Nóbrega abre os trabalhos da manhã apresentando um belíssimo espetáculo de dança ao ritmo afro, sob os acordes da música “Santa Clara Clariou”. O espetáculo é seguido pela apresentação dos principais pontos do Estatuto do Idoso feito pela secretária executiva do Conselho Nacional do Idoso a principal palestrante da sessão. Ela inicia sua apresentação falando que esta é uma conquista dos idosos que deve muito à luta da COBAP, que teve um papel destacado nos fóruns constituídos para discutir e aprimorar o Projeto de Lei que hoje dá corpo ao Estatuto do Idoso, ao lado do então Deputado Federal Paulo Paim. Discorre sobre os pontos constantes da nova legislação que na sua opinião trarão problemas à sua implementação e para tanto irão demandar muita luta da sociedade, dentre os quais ela destaca o que proíbe a discriminação do idoso nos planos de saúde pela cobrança de valores diferenciados em razão da idade e o que incumbe ao poder público o fornecimento gratuito de medicamentos aos idosos, especialmente os de uso continuado, bem como órteses, próteses e outros recursos indispensáveis ao tratamento, à sua habilitação ou reabilitação.

A Vereadora Olívia Santana inicia sua fala dizendo que “é preciso acolher a chegada do tempo com sabedoria...” e dedicou a sessão especial ao Sr. Fabriciano dos Santos, como uma denúncia pelos maus tratos sofridos por esse velho até morrer por falta de atendimento médico.



Sessão Especial Câmara Municipal

O Sr. Gilson inicia enfatizando que:

O Estatuto do Idoso precisa ser debatido em vários fóruns com os jovens para que eles tomem consciência dos direitos do idoso e efetive o seu cumprimento. Deve ser discutido nas escolas, nas famílias, como foi aprovado no Conselho Estadual do Idoso, bem como efetivar uma chamada sobre o mesmo nas empresas dos ônibus, nos supermercados, etc. O Estatuto é para o Idoso o que a Constituição é para o povo brasileiro.

Encerra falando do seu orgulho em, como presidente da COBAP, ter buscado junto ao deputado Paulo Paim formas de agilização no Congresso Nacional dos trâmites do projeto desse Estatuto que “hoje torna uma realidade na lei, mas que precisamos continuar lutando para fazê-lo realidade na vida”.

Um dos pontos candentes que se expressa nesse debate público aqui hoje, sobre o qual recai o maior número de denúncias, refere-se à questão do transporte coletivo, sobretudo, no que diz respeito aos maus tratos por parte dos motoristas de ônibus, que na maioria das vezes, só permitem o acesso gratuito àqueles portadores do cartão de passe de idosos, assim como não respeitam o ritmo mais lento dos idosos durante o

embarque e desembarque, expondo-os freqüentemente ao risco de acidentes. Os passageiros, também, na maioria das vezes, não respeitam os lugares reservados aos idosos.

O Estatuto do Idoso dá conta desse problema ao prescrever no parágrafo primeiro e segundo do Art. 39, respectivamente :

§ 1º Para ter acesso à gratuidade, basta que o idoso apresente qualquer documento pessoal que faça prova de sua idade.

§ 2º Nos veículos de transporte coletivo de que trata este artigo, serão reservados 10% (dez por cento) dos assentos para os idosos, devidamente identificados com a placa de reservado preferencialmente para idosos.

E no Art. 42: “É assegurada a prioridade do idoso no embarque no sistema de transporte coletivo”.

O Estatuto prevê ainda em vários parágrafos e incisos dos seus diversos artigos penalidade de 6 (seis) meses a 1 (um) ano de reclusão e multa para aquele que discriminar pessoa idosa por qualquer motivo.

Vários oradores representantes de diversas entidades presentes ratificaram esse momento de reafirmação da cidadania dizendo que o tempo não retira as idéias, a capacidade de formulação das pessoas. O difícil é fazer a eficácia das leis, é fazer executa-las efetivamente. Ao mesmo tempo em que denunciam a falta de atendimento às demandas de seus associados por parte dos sucessivos governos e os poucos recursos de que dispõem expressam esperanças de que o Estatuto venha de fato trazer melhoras nas suas condições de vida. Encerra-se a sessão com o compromisso da vereadora Olívia Santana de encaminhar a moção, da ASAPEREV-Ba, de apoio aos idosos, acompanhada da solicitação de audiência ao Prefeito Municipal, em cuja pauta deve constar a solicitação do funcionamento do Conselho Municipal do Idoso, bem como a validação da carteira de identidade como exigência de comprovação de idade junto às empresas de transporte coletivo do município, ao invés da carteira de passe, visto que estas foram, dentre outras, propostas dessa sessão.

A bandeira da efetivação prática do Estatuto do Idoso continua tremulando no planejamento e nas atividades políticas do movimento dos aposentados/as e pensionistas na Bahia, na tentativa de imprimir novo ânimo ao movimento, com a ampliação cada vez maior do seu raio de ação no sentido de alcançar não só os aposentados, mas os

idosos em geral. Nesse sentido uma comissão dirigida por Maria da Penha tem-se reunido todas as segundas-feiras na Casa do Aposentado para organizar as atividades do Fórum Permanente Sobre as Questões do Idoso e definiu como objetivos:

- 1- Atuar como espaço de discussão e reflexão sobre as questões do idoso, contribuindo na solução dos problemas através da elaboração de propostas de políticas e programas.
- 2- Criar condições de assegurar às pessoas com idade igual ou superior a 60 anos os seus direitos, promovendo sua participação efetiva na sociedade.

Assim é que no dia 15.04.04 realizou-se na Casa do Aposentado o Seminário Aberto Sobre as Questões do Idoso no qual representantes dos órgãos governamentais do Estado responsáveis por implementar políticas de atendimento aos idosos foram convidados a apresentar seus programas de ação nesse sentido, no que foi seguido de um longo debate por uma platéia, em torno de 200 pessoas, crítica e disposta a fazer cumprir os direitos dos mais velhos, agora mais garantidos pelo Estatuto do Idoso.

Os pontos destacados pela coordenação para dirigir a discussão foram os referentes à gratuidade nos transportes coletivos, prioridade na tramitação dos processos e procedimentos dos atos e diligências judiciais, a discriminação do idoso nos planos de saúde com cobrança de valores diferenciados em função da idade, o fornecimento gratuito pelo poder público de medicamentos para o idoso, prioridade na compra de moradia nos programas habitacionais, a implantação de equipamentos urbanos comunitários específicos para essa faixa etária e o desconto de 50% nos espaços culturais.

Um outro evento de discussão semelhante sobre os direitos garantidos no Estatuto do Idoso aconteceu na Reitoria da UFBA no dia 16.06.04, agora direcionado especificamente à reivindicação da gratuidade do transporte coletivo no município de Salvador a partir dos 60 anos de idade, visto que o Estatuto prevê no § 3º do art 39 que ficará a critério da legislação local dispor sobre a referida gratuidade para as pessoas compreendidas na faixa etária entre 60 e 65 anos. No que concerne a essa reivindicação, as manifestações das terças-feiras ocorridas à Rua da Polônia estão acontecendo agora na Praça em frente a Câmara Municipal para pressionar os vereadores a aprovarem a Lei

para garantir essa condição de gratuidade. Os manifestantes também empenham-se aguerridamente na coleta de assinaturas, fazendo circular um abaixo assinado com os respectivos dizeres:

Nós abaixo assinados, aspirantes à condição de cidadãos e cidadãs brasileiros, residentes na cidade de Salvador, das mais diversas categorias profissionais e sociais, nos dirigimos a V.Exas. abaixo nominados (as) no sentido de que se dignem a estabelecer normas legais para garantir o direito ao transporte gratuito (e outros direitos necessitados de ordenamento jurídico municipal ou necessários à dignidade da pessoa humana) para pessoas acima de 60 anos de idade, considerados idosos, conforme atual Estatuto do Idoso (Lei Federal 10.741/2003).

Esta é mais uma raiz fincada na resistência dos aposentados em movimento, tentando apontar novas estruturas que possam garantir a pavimentação desse caminho, de modo a retomar a unidade dos trabalhadores e trabalhadoras ativos e aposentados, ao tempo em que estão empenhados também em garantir sua autonomia na interlocução das suas especificidades junto à sociedade e aos poderes constituídos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vislumbram-se perspectivas no amanhã?

Os dados apresentados neste trabalho nos impõem amarrar algumas questões como a que diz respeito ao descenso do movimento dos aposentados/as, pensionistas e idosos em geral e ao recente interesse do movimento sindical pelas demandas desses velhos/as trabalhadores/as. Essas questões são atravessadas pelos conflitos geracionais matizados, nesse campo, por relações de desigualdade entre homens e mulheres.

Agora esse segmento constituiu-se como força política inquestionável, notabilizou-se junto à opinião pública e aos poderes públicos constituídos; deu visibilidade aos problemas cruciais vividos pelos idosos abandonados, maltratados, isolados e sem voz e sem lugar social; mobilizou toda a sociedade civil numa aliança estratégica à causa dos aposentados/as e pensionistas, legitimando-se como representantes dos idosos em todo o País.

A partir da demonstração dessa força política dos aposentados e idosos em geral o movimento sindical da atualidade despertou seu interesse por esse segmento da classe trabalhadora até então esquecido e abandonado à sua própria sorte. A expressão desse interesse revela-se também no reconhecimento, por parte dos sindicalistas, quanto ao abandono dos aposentados pelos seus respectivos sindicatos, o que é avaliado atualmente como grave erro do movimento sindical como um todo. Os sindicalistas entrevistados são unânimes em reconhecer que os sindicatos preocuparam exclusivamente com os ativos, suas campanhas salariais, suas greves, não atentando para as conquistas e direitos dos aposentados, desse modo os afastando de suas organizações sindicais. “Poucos sindicatos tem departamento ligado a aposentado (...) o pessoal fica solto (...) realmente essa atenção não foi dada” (Deoclides, (53) – bancário – 23.01.04).

(...) pra mim foi uma falha que houve do movimento sindical, de não atentar e não dar, assim, organicidade aos aposentados. (...) Na verdade o movimento sindical não respondeu à questão dos aposentados. Até pela preocupação com os ativos, aquela questão da luta ser pelos ativos, as campanhas salariais, o movimento grevista (Germano Brito (51) 28.01.04).

O despertar pelas demandas dos velhos/as trabalhadores/as trouxe à cena a disputa entre correntes ideológicas opostas no campo sindical, pelo que aquele segmento representa hoje em termos de capital político nesse campo. Depois que os aposentados e pensionistas, a duras lutas, conquistaram um lugar social que lhes devolveu a voz com a qual denunciam a situação de carência a que são submetidos neste país, a Força Sindical busca emergir como sua interlocutora junto às instituições públicas, para dessa forma direcionar o movimento rumo aos interesses de seus projetos políticos, que, como já analisado, se assemelham aos dos últimos governos e dos setores dominantes da sociedade. Foi buscar na Itália o modelo para tentar colocar sob seu campo de influência esse grande potencial de força, criando o SINDNAP:

(...) O sindicato dos metalúrgicos de São Paulo foi o primeiro a ganhar a ação dos 147%. E aquilo ali, já naquele momento já mostrava pra gente que era preciso uma articulação maior. Você vê hoje todos aqueles processos da URV, plano Collor, todos aqueles processos de mudança do plano econômico os aposentados perderam. Você ia pra justiça, mas assim por meio do sindicato num processo coletivo, ou então por meio das federações de associações pulverizadas... (...) Nessa relação que nós temos com a central italiana... nós fomos na Itália há uns 4 ou 5 anos e vimos que o maior sindicato na Itália de todas as três centrais é o de aposentados (...) nós fomos lá eles vieram aqui... caramba, essa é uma idéia genial, (...) foi com base nessa experiência da Itália que nós começamos a discutir. Em 98 nós fomos em uma reunião na Itália, conhecemos como é que funcionava lá o sindicato e a gente passou a definir como é que organizaríamos esse sindicato aqui (Nair Goulart, 20.01.04).

A CUT, por sua vez, a despeito de divergências em seu interior, sem uma discussão profunda e amadurecida sobre a questão, criou também seu Sindicato Nacional de Aposentados. Sobre esta questão o presidente da CUT-Ba revela como esse processo vem se dando nos fóruns dessa central:

A CUT fez uma plenária e fundou um Sindicato Nacional de Aposentados, porém não foi uma iniciativa da CUT enquanto central, foi iniciativa de um grupo vinculado à sua corrente majoritária – a Articulação Sindical, contrariando, inclusive, as deliberações da própria CUT, deliberações de plenárias de várias categorias, inclusive os Servidores Públicos Federais que decidiram que não se deveria criar um Sindicato de Aposentados da CUT só pra contrapor ao Sindicato de Aposentados da Força Sindical. (...) não

adquiriu representatividade, não se tornou reconhecido nem mesmo dentro dos sindicatos filiados à CUT, porque nós temos que pensar também no seguinte aspecto: nós não podemos fragmentar a classe trabalhadora mais do que ela é fragmentada. (...) Se é para fundar sindicato de aposentado vamos discutir se é um sindicato estadual, regional ou municipal. Segundo, se é pra fazer assim, como é que se vai incorporar as outras entidades de aposentados que já existem? E para que é mesmo esse sindicato de aposentado? E que papel jogaria? Qual a sua autonomia territorial, sua amplitude territorial? Sindicato Nacional não iria dar certo. (...) Não achamos que nacionalmente este problema está resolvido com a fundação do Sindicato dos Aposentados da CUT. (Everaldo Augusto, 04.05.02).

A conjuntura adversa que se abateu sobre os movimentos dos trabalhadores/as, desnudou e aprofundou as suas fragilidades antigas e criou novas dificuldades, com as quais se embatem seus ativistas. Dentre essas dificuldades não devidamente resolvidas destaca-se a organização dos velhos/as trabalhadores/as aposentados que construíram sua autonomia organizativa face ao descaso dos seus requerimentos por parte dos sindicatos, e com suas massivas mobilizações públicas deram visibilidade à problemática dos idosos deste país, contribuindo para que a difícil situação de vida vivida por idosos fosse reconhecida como problema social.

Não obstante, a fragilidade da organização do movimento autônomo dos aposentados, tanto do ponto de vista estrutural quanto ideológico, sob o impacto do avanço neoliberal e suas conseqüências no mundo do trabalho e da luta dos trabalhadores/as veio à tona, abrindo flancos para que o braço das políticas neoliberais no movimento dos trabalhadores/as, a Força Sindical, vá se fortalecendo nessa frente de lutas, configurando assim o descenso do mesmo. Enquanto isso ganha corpo no interior do movimento sindical organizado na Central Única dos Trabalhadores - CUT a discussão sobre a forma de enfrentamento dessa questão. Se a organização dos aposentados deve continuar em suas entidades autônomas ou não, levando em conta a superação da crise, com a qual se embatem todos os segmentos do proletariado na atualidade, e conseqüente avanço das correntes de direita no seu interior, de modo a elucidar os vínculos que os unificam, com vistas a ações organizativas e políticas unitárias e de ruptura com os corporativismos que os debilitam:

(...) é preciso procurar mecanismos para fazer com que o conjunto do movimento sindical crie condições para se aproximar desse trabalhador

aposentado (...) as entidades de aposentados que surgiram aí ao longo desse período podem contribuir muito pra isso também, porque também o que predomina nessas entidades é um interesse também muito corporativo. (...) Os sindicatos na hora que lutam em defesa do emprego e dos salários teriam que compreender que existe uma parcela grande da classe trabalhadora que também vive de salário, porque teve seu emprego antes e se aposentou. E os aposentados, por sua vez, teriam que compreender que as suas aposentadorias, seus rendimentos têm vinculação direta com a luta política mais geral de todos os trabalhadores. Então a luta em defesa do aumento de salário de cada categoria, de todas as categorias tem muito a ver com a luta em defesa do salário mínimo que é a principal referência dos aposentados hoje (Everaldo Augusto, 04.05.02).

Como visto, essa discussão recente no campo da CUT sobre a forma de organização dos aposentados/as e pensionistas continua polêmica. A fala de Germano Brito (51) em entrevista no dia 28.01.04⁵¹ revela uma posição diferenciada daquela que a CUT nacional efetivamente assumiu e não surtiu o efeito desejado:

A visão que eu tenho em relação ao aposentado é que ele tem que ser representado pela entidade sindical da sua categoria e a CUT como Federações Estaduais e Confederações também devem ter um departamento de aposentados e as reivindicações dos aposentados têm que ser ligadas às reivindicações dos trabalhadores da ativa, porque os trabalhadores da ativa também serão um aposentado um dia. E a luta tem que ser única, tanto do pessoal da ativa como do aposentado por categoria e se unificando no geral na Central Única dos Trabalhadores, porque deve ter uma secretaria específica do aposentado pra encaminhar todas as lutas nacionais dos aposentados. Isso tanto a nível de funcionários públicos, empresas estatais, como da iniciativa privada. (...) porque senão nós estamos dividindo, separando os aposentados numa luta específica que não é específica... (...) eu sempre defendi e defendo que os trabalhadores se unam e não se dividam. E aí seria separar aposentado de ativo.

Questionado sobre a organização autônoma dos aposentados da base da COBAP e se a sua proposta prevê uma articulação com essas entidades existentes e de que forma se daria esse processo, responde:

⁵¹ Germano Brito é aposentado (aposentadoria especial) da Petrobrás e diretor do sindicato do ramo químico e petroleiro, fundador da CUT, formado em administração de empresa e licenciado em matemática. Hoje é também professor da Rede Estadual de Ensino Público da Bahia.

Essas entidades de aposentados existem porque o movimento sindical não deu resposta a isso. Conseqüentemente proliferaram essas entidades sindicais de aposentados. Se o movimento sindical existente se organizar em termos a atender os aposentados, lutar e brigar pelos aposentados, uma tendência natural vai ser as pessoas se aposentarem e continuarem em seus sindicatos. Uma vez que o sindicato dê resposta às questões dos aposentados, a tendência natural, não que eu seja contra as entidades existentes de aposentados, mas a tendência é haver um esvaziamento dessas entidades, uma vez que o sindicato da categoria vai organizar... Essas entidades sindicais é que vão dar encaminhamento à luta dos aposentados.

O argumento de divisão da classe operária quando se refere às suas especificidades que demandam tratamento diferenciado já foi muito utilizado em passado recente no movimento sindical brasileiro, quando da emergência do “novo sindicalismo”, em relação a proposta de criação das secretarias destinadas ao tratamento específico das questões da mulher trabalhadora, que já tive oportunidade de discutir em capítulo anterior. É preciso atentar nessa discussão para não fazer reforçar as ideologias discriminatórias em relação aos mais velhos maquiadas pelo discurso da unidade e da ruptura com o neocorporativismo.

A classe trabalhadora é uma só, mas não é homogênea. Os dados apresentados e discutidos neste trabalho corroboram o entendimento de que o fenômeno das classes e luta de classes não é capaz de dar conta, sozinho, da complexidade da sociedade contemporânea, reconhecendo-se, porém, os limites de classe das outras formas não-classistas de luta. Parte-se do pressuposto de que a emancipação humana não se efetiva em sua plenitude se permanecer qualquer uma das formas de opressão constituída no processo de construção do ser social, seja ela de classe, gênero, raça/etnia, de geração ou qualquer outra e que a eliminação de qualquer uma delas não garante, por decreto, a eliminação das demais. No entanto, para se reconhecer a relevância de outras dimensões do social não é preciso negar a capacidade da ação política no processo de articulação da luta de classes, isto é, a organização das relações na esfera econômica, como um dos elementos mais importantes na estruturação das lutas sociais em sociedades marcadas pela produção de valores de troca. Por isso as diversas lutas específicas no sentido da emancipação das diferentes formas de opressão devem ser articuladas com a luta geral

no âmbito da classe – que – vive – do – trabalho (ANTUNES, 1995) sem, contudo, priorizar uma em detrimento da outra.

Nessa relação entre os ativos e aposentados no campo sindical, os ativos detêm maior capacidade de mobilizar os recursos que legitimam o poder, como de resto os jovens na relação com os velhos, os homens na relação com as mulheres, os brancos na relação com os não brancos e muitas outras formas de relações de poder em toda sociedade atual. E como em toda relação desigual de poder os interesses daqueles em posição dominante sobrepõem-se aos dos demais, as experiências parecem indicar que a organização dos aposentados /as por meio de departamentos sindicais corre maior risco de as suas demandas continuarem nas franjas das pautas sindicais, na medida do enfraquecimento do seu poder de decisão, visto que dispõem de menor controle sobre os recursos dessas entidades.

Evidencia-se pelos dados analisados neste estudo, que as representações simbólicas construídas no processo das relações de poder no interior do campo sindical, nas quais se desenrolam as lutas em defesa dos/as mais velhos/as trabalhadores/as, são marcadas pelas diversas identidades posicionais de classe, gênero, geração, e muitas outras e nessa dinâmica emergem os diversos conflitos, tensões e convergências desse campo, destacando aqui aqueles referentes à dinâmica das relações inter e intrageracionais.

Conforme a discussão no capítulo 3, no contexto da crise dos movimentos sociais, no seio da qual se elabora a proposta de sindicalismo propositivo da CUT, caudatário de um novo corporativismo no sindicalismo brasileiro do campo da esquerda, insere-se o descenso do movimento dos aposentados/as e pensionistas e conseqüente investida da Força Sindical na pretensão de controlar a organização desse segmento. Do mesmo modo, o movimento sindical cutista começa a mudar sua postura anterior de “tudo pelo ativo” e já reserva espaço em seus fóruns para a discussão sobre as formas de responder aos reclamos desse contingente proletário. Contudo, ao se reafirmar o conflito de *habitus*, segundo a geração, no curso das demandas por seguridade social, uma nova forma de acirramento vai-se constituindo nessa dinâmica da pretensão dos sindicalistas assumirem-se como interlocutores dos trabalhadores/as aposentados/as, na medida em que desautorizam sua autonomia, impossibilitando a articulação adequada entre o

específico e o geral na química complexa de entrelaçamento de interesses pertinentes a uma classe que deve-se construir uma em suas mais variadas diferenças.

Do lado do movimento autônomo dos aposentados/as e pensionistas na Bahia, as novas articulações criadas vão fermentando, nesse contexto adverso, possibilidades futuras, mostrando a disposição dessa geração de dirigentes em não arredar pé do lugar conquistado em função do saber trabalhar a sua independência, da qual não abre mão, assim como não abre mão da perspectiva de unidade das lutas da classe trabalhadora em obediência ao que lhe informa o seu *habitus* segundo a geração. A tendência aponta no rumo do crescimento organizativo dos aposentados vinculado às organizações sindicais. A dúvida, porém, surge quanto ao futuro da sua autonomia, da manutenção e fortalecimento da voz própria dos aposentados e pensionistas para a efetiva defesa dos seus interesses, possibilidade que eles tão bem souberam construir.

Relações desiguais de poder são reproduzidas, tanto no movimento de aposentados, quanto no movimento sindical, como analisado neste trabalho, não só do ponto de vista geracional, como também no que refere a relações de gênero e muitas outras, embora os trabalhadores de ambos os movimentos formulem em seus discursos a defesa de uma sociedade livre de todas as formas de opressão. A problemática relacionada às questões do envelhecimento social dos trabalhadores/as apresenta-se na atualidade de forma ambígua. Ainda que se constitua como objeto de disputa entre correntes opostas no campo sindical, não é pautada como relevante nas reivindicações cotidianas dos sindicatos. E não é por outra razão que os assuntos pertinentes a essa questão podem até ser tratados por uma mulher, como ocorre muitas vezes na CUT –Ba. Como já foi analisado no capítulo 2, as mulheres em suas lutas pelo empoderamento têm conquistado espaços no mundo público a exemplo das sindicalistas que vêm ocupando cargos nas direções, ainda que em sua maioria sejam aqueles pouco prestigiados politicamente nesse campo - as secretarias de políticas sociais, primeira e segunda secretárias, dentre outras.

Este estudo, ao analisar o fato de algumas mulheres assumirem, na CUT-Ba, a responsabilidade pela direção das questões relativas à Seguridade Social, destaca que, ainda assim, nesses movimentos, não se pensam essas políticas sob a perspectiva de gênero. Nem essas dirigentes, na Bahia, quanto menos os/as militantes do movimento dos aposentados/as e pensionistas, atentam para o aprofundamento das condições de

grupo vulnerável trazido pela situação de envelhecimento das mulheres, como indicam os índices do capítulo 1. Tais condições tornam-se mais graves sob o impacto da reforma da Previdência Social Pública no Brasil orientada pelo receituário das políticas neoliberais que afetam, principalmente, as mulheres, sobretudo as mulheres negras.

A não atenção a essas questões de desigualdade de gênero que perpassam as organizações dos trabalhadores/as, sobretudo, o movimento dos aposentados/as e pensionistas deve-se, de um lado, ao fato das mulheres, com destaque para a atual geração das aposentadas e pensionistas, não dominarem, ainda hoje, certas habilidades que figuram nesse campo como o capital simbólico indispensável para concorrer nesse jogo de forças e lhes garantir o empoderamento necessário para pensar e interferir na definição das metas e necessidades dessas organizações. Orientadas por um *habitus*, segundo o gênero e a geração, estruturado em um contexto em que as mulheres, sobretudo aquelas das camadas populares, pouco ou quase nunca participavam do jogo do poder no espaço público, não desenvolveram os mecanismos que lhes permitem dominar os códigos desse jogo, como falar em público com desenvoltura e assim assegurar apoio com vistas à definição das normas, regras e práticas da organização.

Por outro lado a cultura organizacional dessas entidades como um todo é informada pela ideologia de gênero. Nesse sentido, a equidade, como estratégia política para o movimento dos aposentados/as e pensionistas, pressupõe mudanças na sua cultura organizacional, que por sua vez demanda criar condições que possibilitem articular questionamentos sobre as práticas atuais de gênero, com vistas à defesa de um sistema de proteção social pautado no reconhecimento de necessidades e prioridades diferenciadas entre homens e mulheres, por serem desigualmente constrangidos no processo social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo, In: SADER, Emir e GENTILI, Pablo (org.), Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995.
- ANTUNES, Ricardo. O novo sindicalismo. São Paulo, Brasil Urgente, 1991.
- _____ O que é sindicalismo. São Paulo, Brasiliense, 1984.
- _____ Adeus ao trabalho? : ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo, Cortez; Campinas. SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1995.
- _____ Os sentidos do trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo, Boitempo, 2002.
- BARSTED, Leila de A. Linhares. Em busca do tempo perdido: mulher e políticas públicas no Brasil 1983-1993. In: Revista Estudos Feministas, Rio de Janeiro, 1994.
- BAUDELLOT, Christian. Nada está decidido... In: MARUANI, Margaret/HIRATA, Helena (orgs), Clevis Rapkiewicz (tradutora) As novas fronteiras da desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho, São Paulo, Editora Senac, 2003.
- BELTRÃO, K. I, CAMARANO, A. Características sócio-demográficas sobre o envelhecimento da população idosa brasileira. Estudos Feministas. Rio de Janeiro, IFCS/UFRJ, vol. 5, nº 1, 1997.
- BIRMAN, Joel – Futuro de todos nós: temporalidade, memória e terceira idade na psicanálise. in: VERAS, Renato (org). Terceira idade: um envelhecimento digno para o cidadão do futuro. Rio de Janeiro, Relume-Dumará/UnATI/UERJ, 1995.
- BLASS, Leila Maria da Silva. Novo sindicalismo: Persistência e descontinuidade. In: RODRIGUES, J. Iram (org.). O novo sindicalismo: vinte anos depois. Petrópolis, RJ. Ed. Vozes, 1999.
- BOITO, Jr Armando. O sindicalismo de Estado no Brasil: uma análise crítica da estrutura sindical. Campinas, SP, Ed. da UNICAMP; São Paulo, HUCITEC, 1991a.
- _____ Reforma e persistência da estrutura sindical. In: BOITO, Jr. Armando (org.). O sindicalismo brasileiro nos anos 80. Rio de Janeiro, Paz e terra, 1991b.

_____ Política neoliberal e sindicalismo no Brasil. São Paulo, Xamã Editora, 1999.

BOLETIM DIEESE. Edição especial – maio de 2004. 1º de maio - dia do trabalho a questão do salário mínimo. Sítio: www.dieese.gov.br

BOSCHETTI, Ivanete. Previdência e Assistência: uma unidade de contrários na Seguridade Social. Universidade e Sociedade ANDES - Sindicato Nacional. Brasília: Ano X, n.22, nov/2000.

_____, BEHRING, Elaine Rossetti. Seguridade social no Brasil e perspectiva do governo Lula. Universidade e Sociedade ANDES - Sindicato Nacional. Brasília: Ano XIII, n.30, junho/2003.

BOURDIEU, Pierre. A “juventude” é apenas uma palavra. Questões de sociologia. Rio de Janeiro, Ed. Marco Zero, 1983.

_____ O poder simbólico. Rio de Janeiro, Bertran Brasil, 1989.

_____ Esboço de uma teoria da prática. São Paulo, Editora. Ática, 1994.

_____ Meditações Pascalianas. Rio de Janeiro, Bertran Brasil, 2001 a.

_____ A economia das trocas simbólicas. São Paulo, Perspectiva, 2001b.

_____ Razões práticas: sobre a teoria da ação. Campinas, S.P Papirus, 2003.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, Senado Federal, Centro gráfico, 1988.

BRAZ, Marcelo. O valor estratégico da seguridade social pública na realidade brasileira atual. Universidade e Sociedade ANDES - Sindicato Nacional. Brasília: Ano XIII, n.30, junho/2003.

BRITTO DA MOTTA, Alda. As dimensões de gênero e classe social na análise do envelhecimento. In: DEBERT, Guita (org.). Gênero em gerações. Campinas, SP cadernos Pagu (13), 1999.

_____ “Chegando pra idade”.in: BARROS, Myriam M. Lins de. (org.) Velhice ou terceira idade? Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 2000.

BRUSCHINI, Cristina e LOMBARDI, Maria Rosa. Mulheres e homens no mercado de trabalho brasileiro: um retrato dos anos 1990. In: MARUANI, Margaret/HIRATA, Helena (orgs), Clevi Rapkiewicz (tradutora) As novas fronteiras da desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho, São Paulo, Editora Senac, 2003.

Cadernos FENAFISCO- nº 2. A previdência não é mercadoria, é um direito: previdência social é um direito universal. FENAFISCO- Federação Nacional do Fisco Estadual.

CABRAL, Benedita Edina da S. Lima. De trabalhadores a aposentados do PRORURAL: as contradições da política social e a concessão tardia de direitos. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Paraíba, Campus II. Campina Grande, 1986.

CASTRO, Mary Garcia. Alquimia de categorias sociais na produção dos sujeitos políticos: gênero, raça, classe e geração entre líderes do serviço doméstico organizado em Salvador. In: Revista Estudos Feministas, vol. 0 n. 0, Rio de Janeiro: UFRJ/CIEC, 1992a.

_____. Gênero e Poder no espaço sindical. In: Revista Estudos Feministas, Rio de Janeiro, v. 3, n.1, Rio de Janeiro: UFRJ/IFICH, 1995.

_____; LAVINAS, Lena. Do feminino ao gênero: A construção de um objeto. In: COSTA, Albertina; BRUSCHINI, Cristina. (org.) Uma questão de gênero. Rio de Janeiro/São Paulo: Rosa dos Tempos/Fundação Carlos Chagas, 1992 b'.

COGGIOLA, Osvaldo. A falência dos fundos de pensão. Universidade e Sociedade ANDES - Sindicato Nacional. Brasília: Ano XIII, n.30, junho/2003.

COHN, Amélia. Previdência social e processo político no Brasil. São Paulo, Ed. Moderna, 1980.

CRUZ, Antônio. A janela estilhaçada: a crise do discurso do novo sindicalismo. Petrópolis, R.J, Vozes, 2000.

DELGADO, Berenice M. Godinho. Mais mulheres na direção da CUT. In: Revista Estudos Feministas, Rio de Janeiro n.1, 1996.

DRUCK, Graça. Globalização, Reestruturação produtiva e movimento sindical. Caderno CRH, Salvador, n.24/25. jan/dez. de 1996, p.21-40.

ELIAS, Norbert & SCOTSON, John. Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 2000

FILGUEIRAS, Luiz. Reforma da previdência, capital financeiro e contratos. Jornal A Tarde de 26/1/2003 – Salvador Bahia.

_____. e Bruno Lobo. Política e economia na reforma da previdência. Bahia Análise & Dados, v.13, n.3, Salvador, dez.2003 p.717-738.

Folha de São Paulo de 06 de abril de 1995. pg. 3.

Folha de São Paulo de 25 de janeiro de 2003, pg. A-4.

FORACCHI, Marialice M. O Conflito de gerações. In: FORACCHI, Marialice. A juventude na sociedade moderna. São Paulo, Pioneira, 1972.

FORUM BRASIL CIDADÃO: justiça fiscal e social para reconstruir o Brasil. Janeiro/2003.

GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro, Editora. Guanabara, 1989.

GRUN, Roberto. Conflitos de geração e competição no mundo do trabalho. Campinas, SP, Cadernos Pagu (13), 1999.

HADAD, Eneida. O direito à velhice: os aposentados e a previdência social. São Paulo, Cortez, 2001.

_____ A velhice de velhos trabalhadores: o cenário, o movimento e as políticas sociais. São Paulo, Universidade de São Paulo, Tese de Doutorado, 1991.

HAREVEN, Tamara K. Novas imagens do envelhecimento e a construção do curso da vida. In: DEBERT, Guita (org.). Gênero em gerações. Campinas, SP cadernos Pagu (13), 1999.

HIRATA, Helena. Nova divisão sexual do trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade. São Paulo, Boitempo Editorial, 2002.

HOBSBAWM, Eric. Era dos extremos: o breve século XX 1914-1991. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

HOCHMAN, Gilberto. Políticas de previdência social no Brasil. Gênese, história e possibilidades. In: DEBERT, Guita Grin e GOLDSTEIN, Donna M.(orgs.). Políticas do corpo e o curso da vida. São Paulo. Editora Sumaré, 2000.

IANNI, Otávio. (org.) Marx. São Paulo, Ática, 1979.

Jornal A TARDE. Salvador, 1º de maio de 2003: “‘A sorte está lançada’, afirma Lula”, pg .12.

KABEER, Naila. Desde as contribuições feministas, para um quadro analítico: as desigualdades de gênero em uma perspectiva institucional. Artigo publicado originalmente em inglês(Kabeer,N (1996), “From Feminist Insights to na Analytical Framework: na institucional perspective on gender inequality”. In: N Kabeer & R. Subrahmanian (eds.), Institutions, relations, and Outcomes. Framework and Case-

Studies for gender-Aware Planninig. London and New York:ZED Brooks). Tradução: Cecília M.B. Sardenberg (NEIM/UFBA) para o DFID, com fins didáticos.

KERGOAT, D. Relações sociais de sexo e divisão sexual do trabalho. In LOPES, M. J.M. ESTERMAN, D e WALDOW, V.R. (orgs.). Gênero & saúde. Porto Alegre. Artes Médicas, 1996.

LAURETIS, T. de. A tecnologia de gênero. In: HOLLANDA, H. Buarque de (org). Tendências e impasses. O feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro, Rocco, 1994.

LÖWY, Michael. Ideologias e ciência social: Elementos para uma análise marxista. São Paulo, Cortez, 2000.

MANNHEIM, Karl. O problema das gerações. In: Sociologia do Conhecimento. Porto, Portugal, Res Editora, 1928.

MARX, Karl. O capital: crítica da economia política. Livro 3, v. VI 4^a ed. Tradução de Reginaldo Sant'ana, São Paulo, DIFEL-Divisão Editorial S.A, 1985.

MARX/ENGELS. Manifesto do partido comunista. São Paulo Editora Anita Garibaldi, 1989.

NEGRO, Antônio Luigi. Nas origens do “novo sindicalismo”: o maio de 59, 68, 78 na indústria automobilística. In: RODRIGUES, J. Iram (org). O novo sindicalismo: vinte anos depois. Petrópolis, RJ. Ed. Vozes; São Paulo SP. 1999.

NEPOMUCENO, Vladimir. Quem perde e quem ganha na reforma da Previdência. In: Revista Debate Sindical, n. 19, CES - Centro de Estudos Sindicais, 1995.

NORONHA, Eduardo. A explosão das greves na década de 80. In: BOITO, Jr.Armando (org.). O sindicalismo brasileiro nos anos 80. Rio de Janeiro, Paz e terra, 1991.

OFFE, Claus. “Trabalho como categoria sociológica fundamental?”. In: Trabalho & Sociedade: problemas estruturais e perspectivas para o futuro da “Sociedade do Trabalho”. Vol.I, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1989.

PEDROZA, Ruy B.de Oliveira. A nova reforma da previdência. Cadernos Debate DIAP – Departamento Intersindical da Assessoria Parlamentar n.2, 1995.

PESSANHA, Elina G. da Fonte e MOREL, Regina Lúcia M. Mudanças recentes no modelo de relações de trabalho no Brasil e novo sindicalismo. in: RODRIGUES, J.Iram (org) O novo sindicalismo: vinte anos depois. Petrópolis, RJ. Ed. Vozes; São Paulo SP., 1999.

_____ Gerações operárias: rupturas e continuidades na experiência de metalúrgicos do Rio de Janeiro. In: RBCS no.17, ano 6, out. 1991.

POCHMANN, Márcio. Novidades do salário mínimo no Brasil. Campinas, 2000, sítio www.dieese.gov.br.

PZEWORSKI, Adam. A organização do proletariado em classe: o processo de formação de classe. In: capitalismo e social-democracia. São Paulo, Companhia das letras, 1989.

RAMALHO, José Ricardo. Estado-patrão e luta operária: o caso FNM. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989.

RIDENTI, Marcelo. Classes sociais e representação. São Paulo, Cortez, 2001.

Revista de Seguridade Social. A “pilarantropia” desmascarada ANFIP-Ano XI nº 68 Brasília, maio/junho de 2001

_____ A constituição da proteção: Ministro Marco Aurélio diz que Carta Magna precisa ser respeitada. ANFIP - Ano XI Nº 69. Brasília, set/out./2001.

_____ Sonegação: quem perde é a sociedade. ANFIP Ano XI nº 76. Brasília, abril/junho de 2003.

RODRIGUES, Leôncio Martins. Conflito industrial e sindicalismo no Brasil. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1966.

_____ Industrialização e atitudes operárias (estudo de um grupo de trabalhadores). São Paulo, Brasiliense, 1970.

_____ As tendências políticas na formação das centrais sindicais. In: BOITO, Jr.Armando (org.). O sindicalismo brasileiro nos anos 80. Rio de Janeiro, Paz e terra, 1991.

RODRIGUES, J. Iram. A trajetória do novo sindicalismo. in: RODRIGUES, J.Iram (org). O novo sindicalismo: vinte anos depois. Petrópolis, RJ. Ed. Vozes; São Paulo SP. 1999.

RUY, José Carlos. A história do peleguismo no movimento sindical do país. Debate Sindical n.3, CES – Centro de Estudos Sindicais, 1988, p38-42.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. Rearticulando gênero e classe social.In: A. O Costa & C Bruschini (orgs.). Uma questão de gênero. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, São Paulo: Fund. Carlos Chagas, 1992.

- SANTANA, Marco Aurélio. Política e história em disputa: o 'novo sindicalismo' e a idéia da ruptura com o passado. in: RODRIGUES, J.Iram (org). O novo sindicalismo: vinte anos depois. Petrópolis, RJ. Ed. Vozes; São Paulo SP, 1999.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira. Rio de Janeiro. Campus, 1979.
- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. Educação e Realidade, Porto alegre, Jul/dez, 1990.
- SIMÕES, Júlio Assis. Solidariedade intergeracional e reforma da Previdência. In: Revista Estudos Feministas, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 1, 1997.
- _____. Entre o lobby e as ruas: Movimento de aposentados e politização da aposentadoria. Tese de doutorado, Campinas: UNICAMP – IFCH, 2000 a .
- _____. “A maior categoria do país”: o aposentado como ator político. In: BARROS, Myriam M. Lins de. (org.) Velhice ou terceira idade? Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 2000 b.
- SOUZA-LOBO, Elisabeth . A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência. São Paulo, Brasiliense, 1991.
- STOLCK, V. Sexo está para gênero assim como raça para etnicidade? Estudos Afro-Asiáticos, 20, São Paulo, 1991.
- TAVARES, Laura. Reforma da previdência e seguridade social: equidade de gênero e raça. In: as mulheres na reforma da previdência: o desafio da inclusão social. Brasília, CFEMEA; São Paulo, FES/ILDES, 2003. xxxp.
- THOMPSON, E.P. La sociedad inglesa del siglo XVIII: lucha de clases sin clases? In: tradición, revuelta y consciencia de clase, Barcelona, Editora Crítica, 1989.
- _____. Prefácio, in: A formação da classe operária inglesa. v.I São Paulo, Paz e Terra, 1987.
- TODESCHINI, Remígio. Gestão da previdência pública e fundos de pensão: a participação da comunidade. São Paulo, LTr, 2000.
- TROYANO, Andraus Annez. Estado e sindicalismo. São Paulo.Símbolo, 1978.

This document was created with Win2PDF available at <http://www.daneprairie.com>.
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)